

RELATÓRIO & CONTAS 2021



BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE
DESDE SEMPRE · PARA SEMPRE



01	PRINCIPAIS INDICADORES	1	08	RECURSOS HUMANOS	47
02	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	4	09	RESPONSABILIDADE SOCIAL	50
03	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	7	10	ANÁLISE FINANCEIRA	52
	3.1 Estrutura Acionista	7		10.1 Componentes do Balanço	52
	3.2 Órgãos Sociais	7		10.2 Componentes da Demonst. de Resultados	53
	3.3 Marcos da Atividade	7			
04	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO	9	11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	55
	4.1 Contexto Internacional	9			
	4.2 Contexto Nacional	16			
05	ESTRATÉGIA DE NEG. E PRESENÇA GEOGRÁF. DO BISTP	26	12	RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA	56
	5.1 Estratégia e Modelo de Negócio	26			
	5.2 Presença Geográfica e Canal de Distribuição	28			
06	PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2018	29	13	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	59
	6.1 Banca de Retalho: Particulares	29			
	6.2 Banca Corporativa: Empresas e Instituições	33	14	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	63
	6.3 Banca Eletrónica (Cartão de Déb. e e-Banking)	37			
07	PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO	40	15	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	105



01

PRINCIPAIS INDICADORES

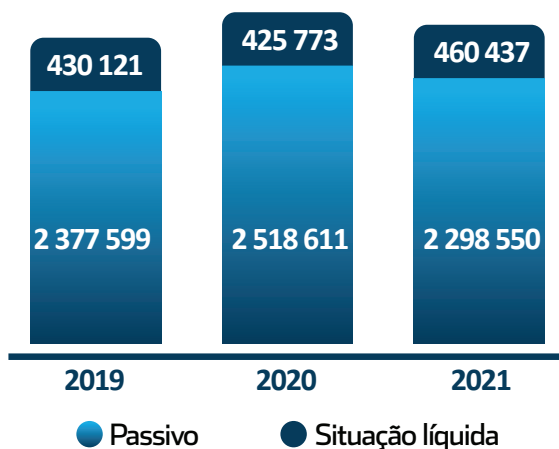
1. PRINCIPAIS INDICADORES

EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO BANCÁRIO

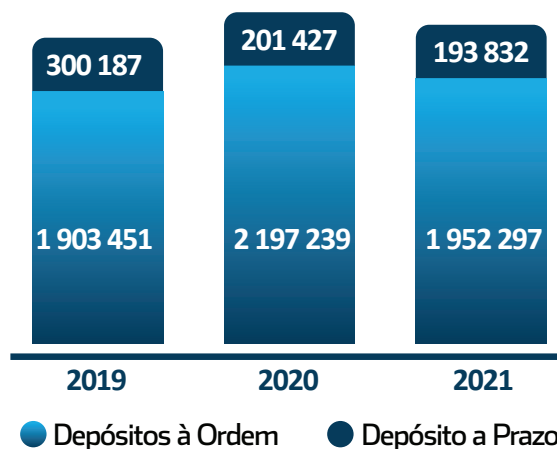
VALORES EXPRESSOS EM DOBRAS	2021	2020	2019	VARIACÃO HOMÓLOGA	
				2021 Vs. 2020	2020 Vs. 2019
Volume de Negócio					
Crédito a Clientes	3.071.477.979	3.453.772.192	3.363.543.031	-11,07%	2,68%
Recursos de Clientes	890.506.276	1.008.594.461	1.067.092.976	-11,71%	-5,48%
Crédito Documentário	2.146.129.128	2.398.666.713	2.203.638.068	-10,53%	8,85%
Garantias Bancárias Prestadas	17.271.030	17.067.487	8.953.956	1,19%	90,61%
	17.571.545	29.443.531	83.858.031	-40,32%	-64,89%
Balanco					
Ativo Líquido	2.759.025.950	2.944.383.490	2.807.720.172	-6,30%	4,87%
Crédito Líquido	675.547.892	789.186.518	857.972.776	-14,40%	-8,02%
Recursos de Clientes	2.146.129.128	2.398.666.713	2.203.638.068	-10,53%	8,85%
Situação Líquida	460.469.337	425.772.926	430.121.053	8,15%	-1,01%
Resultados					
Margem Financeira	118.445.290	115.487.271	135.738.149	2,56%	-14,92%
Margem Complementar	133.669.908	97.567.875	109.448.678	37,00%	-10,86%
Produto Bancário	252.115.198	213.055.146	245.186.827	18,33%	-13,10%
Resultado de Exploração	115.136.495	84.042.328	114.715.640	37,00%	-26,74%
Resultado antes de Imposto	84.880.003	48.800.751	84.384.181	73,93%	-42,17%
Resultado Líquido	62.844.253	35.610.772	62.325.287	76,48%	-42,86%
Rácios					
ROE	13,65%	8,36%	14,49%	-5,28% p.p	-6,13% p.p
ROA	2,28%	1,21%	2,22%	+1,07% p.p	-1,01% p.p
Margem Financeira/ Activo	4,29%	3,92%	4,83%	+0,37% p.p	-0,91% p.p
Margem Complementar/ Produto Bancário	53,02%	45,79%	44,64%	+7,22% p.p	-1,16% p.p
Rácio de Eficiência (Cost-to-Income)	63,93%	70,79%	63,48%	-6,86% p.p	+7,31% p.p
Capitais Próprios/ Activo	16,69%	14,46%	15,32%	+2,23% p.p	-0,86% p.p
Rácio de Transformação					
Crédito Líquido/Depósitos	31,48%	32,90%	38,93%	-1,42% p.p	-6,03% p.p
Títulos de Dívida Pública/Capital Próprio	90,98%	105,04%	159,02%	-14,06% p.p	-53,98% p.p
Crédito Vencido/ Crédito a Clientes	26,88%	25,40%	21,04%	+1,49% p.p	+4,36% p.p
Provisão para Crédito Vencido/Crédito Vencido	89,79%	85,65%	96,42%	+4,14% p.p	-10,77% p.p
Solvabilidade	30,82%	28,51%	26,38%	+2,31% p.p	2,13% p.p
Liquidez	62,73%	58,33%	45,65%	+4,40% p.p	+12,68% p.p
Nº de Empregados	151	158	158	-4,43%	0,00%
Nº de Agências	12	12	12	0,00%	0,00%
(Crédito + Depósitos) / Agência	235.139.752	265.654.436	255.134.237	-11,49%	4,13%
(Crédito + Depósitos) / Empregado	18.686.603	20.434.957	19.377.284	-7,38%	4,12%

SÍNTESE DA PERFORMANCE E ACTIVIDADE

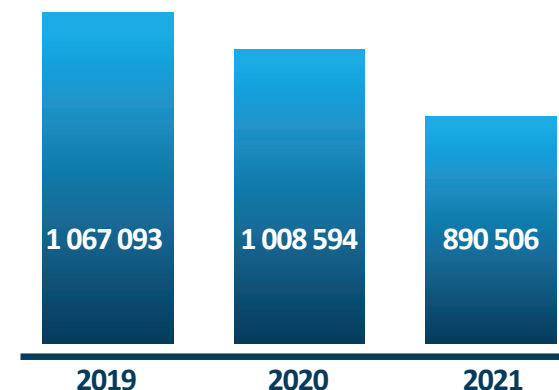
BALANÇO



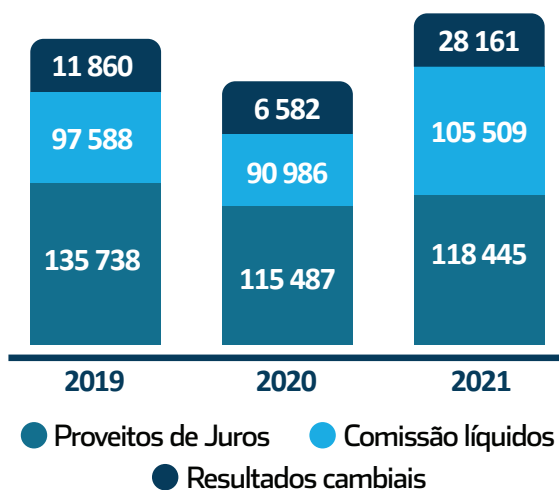
DEPÓSITOS TOTAIS



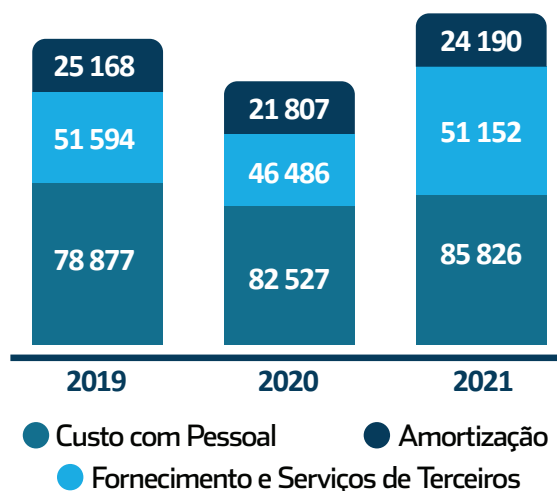
CRÉDITO BRUTO



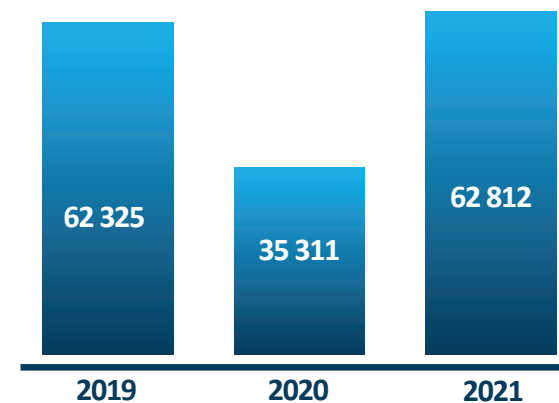
PRODUTO BANCÁRIO



CUSTO DE ESTRUTURA

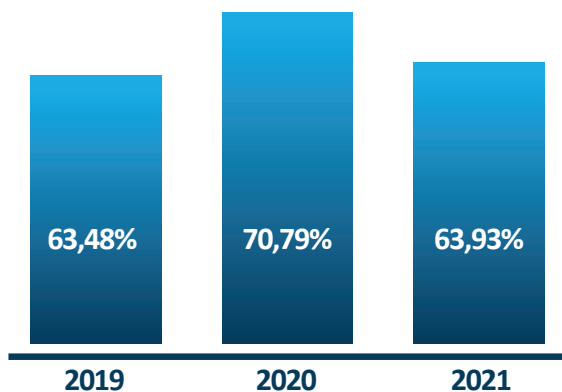


RESULTADOS TOTAIS

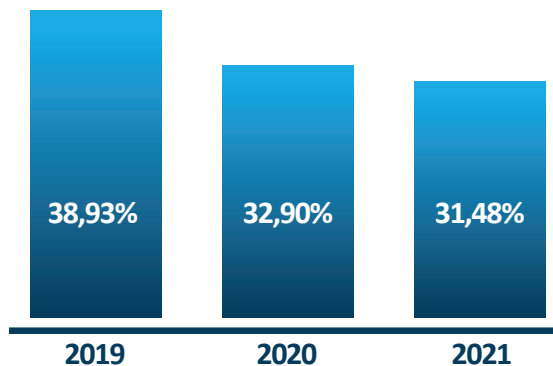


SÍNTESE DA PERFORMANCE E ACTIVIDADE

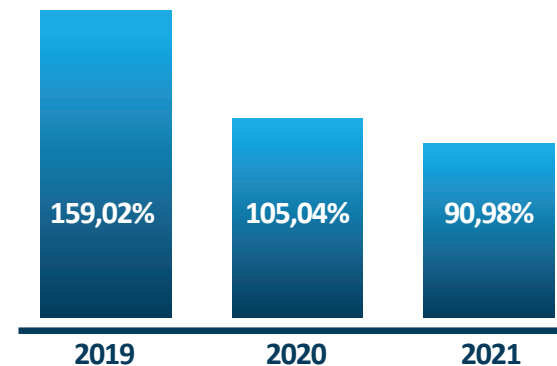
COST-TO-INCOME



CRÉDITO LÍQUIDO / DEPÓSITO
DE CLIENTES



TÍTULO DE DÍVIDA
PÚBLICA / CAPITAL PRÓPRIO





02

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O BISTP desenvolveu a sua atividade em 2021 num contexto marcado pela pandemia de Covid-19, a qual continuou a não querer dar tréguas, e, pelas consequências socioeconómicas resultantes das medidas tomadas para controlar a propagação do vírus.

O abrandamento da produção mundial, tendo a escassez de matérias-primas como um dos motivos, em face de uma política de estímulo ao consumo e investimento adotado por vários países através da injeção de liquidez na economia, contribuíram para pressionar o aumento dos preços de forma generalizada e aumento de constrangimentos (atrasos) na entrega das compras por parte dos fornecedores.

Sem margem para dúvidas que a COVID-19 trouxe consigo alterações significativas para a economia e maiores desafios para todos os setores de atividade, em particular para o setor financeiro, que historicamente, em S. Tomé e Príncipe, apresenta significativa dificuldade para ter uma rentabilidade positiva, agravado pelo baixo índice de produtividade, elevado nível de ativo não produtivo (excesso de liquidez em moeda nacional) e um elevado nível de risco de crédito.

Numa tal conjuntura de grandes incertezas e agravamento do cenário económico, torna difícil a integral execução, e de forma fiel, do plano definido para o ano, pois, as variáveis exógenas são maiores e variam mais rapidamente.

Dispor de um modelo de negócio assente numa maior diversificação de fontes de receita, uma equipa flexível e com uma adequada capacidade de rápida adaptação aos novos cenários e prospeção de negócios, associada a uma clara visão do caminho que o BISTP deve trilhar para ser um banco do presente e

futuro, continuam sendo fatores decisivos para que, mesmo em conjunturas adversas, o Banco desenvolva de forma eficiente a sua atividade e mantenha os indicadores do banco em terreno positivo.

Estando a continuidade de negócio intrinsecamente associada às pessoas que o executam, o foco foi igualmente mantido na proteção dos Colaboradores. Em termos de ações adotadas pelo Banco, com base nas orientações do comité criado para definir o plano de atuação do banco perante o COVID-19, destaca-se a sensibilização feita aos Colaboradores para serem vacinados, o pagamento dos testes de COVID-19 em caso de suspeita de contágio, e, a distribuição de kits contendo máscaras e álcool.

No que diz respeito aos Clientes, foi mantido o protocolo sanitário de acesso às instalações, ao mesmo tempo que os Clientes foram incentivados a usarem os canais eletrónicos como o meio mais rápido para acederem aos serviços do banco, nesta conjuntura.

Em 2021, com a visão do Banco também posta no futuro, foram de facto aceleradas ações visando maior utilização dos canais digitais. O BISTP lançou o seu aplicativo móvel de internet banking, de forma a facilitar o acesso dos clientes aos serviços do banco. Foram efectuados de igual forma mais investimentos na aquisição de Caixas Automáticas/ATM's e Terminais de Pagamento Automático/TPA's, bem como realizada mais publicidade nesta matéria. O aumento do leque de canal de acesso aos serviços do BISTP, para além de ser o cumprimento da estratégia do banco, pode também ser enquadrada como uma resposta de adaptação ao novo paradigma e à significativa mudança do ambiente do negócio.

Ainda nos meios de pagamento eletrónico destaca-se a introdução do serviço de pagamento internacional Visa no País. Este serviço é de elevada importância para S. Tomé e Príncipe na sua estratégia de crescimento do fluxo turístico, e, estratégico para o BISTP na sua missão de modernização dos serviços financeiros e contribuição para o crescimento socioeconómico e agregação de valor acrescentado para todos os stakeholders.

Os sinais da consequência da desaceleração da atividade económica provocada pelo COVID-19, estão refletidos na contração da carteira de crédito na ordem de -11,7%, dos recursos de clientes em -10,53% e do Ativo Líquido em -6,30%.

Apesar da contração da carteira de crédito no ano de 2021, destaca-se que, do ponto de vista económico-financeiro, houve sinais positivos, como a Margem Financeira a crescer na ordem de +2,5%, a Margem Complementar em +37% e o Resultado Líquido em +76,38% em relação ao ano anterior.

O ROE cresceu em 5,28p.p, o rácio Solvabilidade registou um crescimento em 2,31p.p e o rácio de Liquidez reforçou-se em 4,40p.p, fixando-se num nível bastante confortável (62,73%), sendo 2,9 vezes acima do mínimo regulamentar, que é de 20%.

Apesar da conjuntura, importa destacar que, não obstante os diversos constrangimentos, foi possível melhorar os resultados, o que, uma vez mais, evidencia a grande capacidade de resiliência do modelo de negócio do banco, bem como uma rápida capacidade de adaptação às novas condições do mercado.

Deste modo, o Resultado em 2021 revelou-se ser o maior na história do Banco, sendo este o reflexo do contributo dos seus Colaboradores, cujo trabalho

conjunto tem permitido ao Banco, mesmo em condições adversas, manter um desempenho positivo.

Em simultâneo, o BISTP, como a maior Instituição Financeira do mercado, e, imbuída da importante missão de contribuir de modo imperativo para o desenvolvimento económico e social nacional, tendo em perspetiva o alcance do equilíbrio entre controlo de Risco, crescimento sustentado, Solidez financeira, Liquidez e Rentabilidade, tem procurado levar os serviços financeiros a todo o País, de forma que toda a população sem exceção possa aceder e usufruir dos benefícios dos serviços financeiros/bancários.

Perspetivas e compromissos para 2022

Com o COVID-19 a parecer perdurar, o ano de 2022, certamente, irá ficar ainda algo marcado por esta pandemia. À problemática da pandemia associa-se a aceleração do preço e escassez das matérias-primas que tem concorrido também para maiores atrasos na entrega dos fornecimentos a nível mundial, aumento de crimes cibernéticos e as tensões crescentes a nível mundial à volta das questões geopolíticas.

Espera-se um ano de 2022 marcado com mais e novas variáveis exógenas que afetaram a atividade económica a nível mundial, e, certamente, S. Tomé e Príncipe, com as suas debilidades já conhecidas, poderá sentir um maior impacto negativo desta nova conjuntura em formação acelerada.

Dispondo de uma estrutura económica muito pouco diversificada, com baixo nível de arrecadação de receitas fiscais, com fornecimento irregular de energia

e de fonte economicamente insustentável, desequilíbrio da balança de pagamentos e escassez de divisas, o País poderá ter ainda mais dificuldades em 2022. A entrada em vigor do IVA, inicialmente esperada para 2021, poderá ocorrer em 2022, o que provavelmente irá impactar na redução do poder de compra das famílias.

Para o setor bancário, o desafio continuará assente na aceleração da transformação digital do negócio, na melhoria da eficiência e produtividade, e, no rigoroso controlo de risco. O reforço da resiliência aos choques internos e externos dependerá do sucesso alcançado nestes desafios.

Embora pressentindo uma conjuntura novamente adversa para mais este ano económico de 2022, o Banco continuará a manter o atual modelo de governo, com foco nos princípios e nos valores que norteiam o BISTP, estando o alcance da “Excelência” no coração da sua estratégia, no eixo de Clientes, nos Recursos Humanos, Processos e Resultados.

Assim, para 2022 manteremos o nosso foco na garantia da segurança dos nossos Colaboradores e dos nossos Clientes, e, na busca do aumento do volume de negócios e rentabilidade, através das seguintes ações:

- Apostar nas novas tecnologias e nos meios digitais;
- Continuar a intensificação no reforço da segurança do sistema informático e da banca eletrónica;
- Dinamizar o bom crédito a particulares e empresas;
- Diversificar e melhorar a repartição de risco;
- Dinamizar a atividade de recuperação do crédito em atraso/incumprimento;
- Aumentar a pró-atividade e dinamização comercial de modo a alcançar

objetivos fixados por unidade de negócio;

- Aumentar o número de clientes, nomeadamente através da obtenção de uma maior taxa de bancarização da população;
- Melhorar o controlo e racionalização dos custos;
- Reforçar as áreas de controlo interno.

Em nome da Comissão Executiva terminamos deixando os nossos sinceros agradecimentos aos Clientes, Colaboradores, Acionistas, que são a razão da existência do BISTP, e, que, em situações desafiantes e adversas, continuam contribuindo para que o Banco siga cumprindo a missão para a qual foi criado, que é a geração de valor para todos os seus stakeholders.

Por isso é que, pela nossa parte, faremos o nosso melhor para que o BISTP e o seu slogan “**desde sempre - para sempre**” continue merecendo a confiança dos Clientes, dispondo de uma sólida situação económico-financeira e permitindo que os nossos Colaboradores possam realizar os seus sonhos profissionais.

Bem-haja.

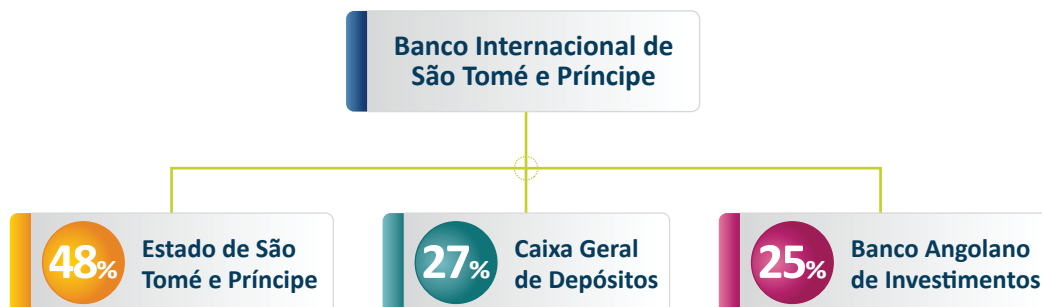


03

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

3. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

3.1 ESTRUTURA ACIONISTA



Comissão Executiva:

Miguel Malheiro Reymão - Presidente
Diallo da Costa Pires dos Santos - Administrador Executivo
Lucamba Magalhães - Administrador Executivo

Conselho Fiscal:

João Miguel Pacheco de Sales Luis - Presidente
João Cândido Soares de Moura Oliveira Fonseca -Vogal

3.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

José Lourenço Soares - Presidente
Maria Tomé Ferreira Araújo - Secretária
Inokcelina dos Santos - Secretária

Conselho de Administração:

Nelson Lombá Fernandes - Presidente
Miguel Malheiro Reymão - Vogal
Diallo da Costa Pires dos Santos - Vogal
Lucamba Magalhães - Vogal
Francisco José dos Santos Silva - Vogal

3.3 MARCOS DA ATIVIDADE

MARÇO 2021

Comemoração do 28º aniversário do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe e distribuição de brindes aos Clientes;
Patrocínio à atividade SPORTBOOTCAMP, programa de empreendedorismo no desporto, com apoio da Direção de Empreendedorismo.
Patrocínio de EUR 20.000,00 para a Comissão Expo Dubai 2020, para apoiar a participação de São Tomé e Príncipe no evento.

ABRIL 2021

Assinatura de protocolo com os Leigos Para o Desenvolvimento, com o intuito de apoiar os projetos que têm em curso em São Tomé e Príncipe.
Patrocínio ao Hospital Central Dr. Ayres de Menezes, para apoiar as obras de requalificação do Serviço de Pediatria, no valor de STN 122.500,00, bem como

o apoio com material de escritório para apetrecho do edifício.

MAIO 2021

Patrocínio à MOVE para a realização da Feira do Empreendedor.

JUNHO 2021

Lançamento da nova aplicação para telemóveis BISTP KWA NON MOBILE.

JULHO 2021

Lançamento do novo spot publicitário sobre os novos meios eletrónicos e a app BISTP KWA NON MOBILE.

Patrocínio à participação são-tomense na Expo Dubai 2020.

AGOSTO 2021

Patrocínio à Procuradoria-Geral da República para a realização do XVII Encontro dos Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), cujo tema foi a “Recuperação de Ativos no Espaço da CPLP”

NOVEMBRO 2021

Patrocínio à federação de Xadrez de São Tomé e Príncipe – FEXA STP, para participar no Campeonato Africano de Xadrez Juvenil, que teve lugar na capital liberiana, Monróvia, a convite da Federação Internacional de Xadrez – FIDA e a Confederação Africana de Xadrez – ACC.

DEZEMBRO 2021

Patrocínio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Tomé e Príncipe, para formação de 50 novos voluntários.

Patrocínio à Homenagem da Poetisa e Jornalista São de Deus Lima, através da publicação de um livro intitulado “SESSENTA GRAVANAS PARA SÃO LIMA”, organizado pela União Nacional dos Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe – UNEAS:

Patrocínio à MOVE para realização da Feira do Empreendedor.



04

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

Havia uma expectativa que o ano de 2021 fosse de retoma da economia, com o avanço da vacinação contra o Covid-19. Mas o cenário não foi como o previsto e acabamos por ter um ano com algumas crises que afetaram os múltiplos setores da economia mundial.

Observou-se uma queda na produção de uma série de produtos na pandemia contrastando com uma demanda intensa conforme as economias foram abrindo. O resultado foi um desequilíbrio que elevou os preços e levou à falta de alguns produtos.

Neste ano de 2021, a alta dos preços foi um fenómeno global, reduzindo o poder de compra das pessoas e dificultou a retoma da economia. O mundo teve de lidar com o alto valor da energia, tanto para os consumidores como para a indústria. Um pouco por todo o mundo, os governos decidiram intensificar os esforços para reduzir a emissão de gases poluentes e conter o uso do carvão e não conseguiram conter a demanda de energia com fontes renováveis. A China chegou a ter alguns apagões e o governo teve até que permitir a retoma do uso do carvão e aumentou a compra do gás natural para gerar energia. Já na Europa, com a reabertura das economias, houve uma corrida à compra de gás e a sua demanda subiu. Isto tudo conjugado com uma menor produção de parques eólicos, os preços do gás dispararam.

Outra problemática no ano que findou, relacionou-se com o petróleo. Com a retoma da economia, esperava-se que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), retomasse a produção pré-pandemia, mas isso não ocorreu. Com uma maior procura do que oferta, os preços dispararam em cerca

de 60%. Países dependentes do petróleo, caso dos Estados Unidos da América (EUA), Japão, China e a Índia, tentaram unir-se para pressionar a OPEP a aumentar a oferta da commodity e reduzir os preços, mas a tentativa falhou e esta Organização manteve a sua projeção de retomar a produção gradualmente só a partir de 2022.

Devido à pandemia e alguns fatores climáticos, a Ásia que é atualmente o principal produtor de chips para semicondutores e equipamentos usados no fabrico de diversos produtos eletrónicos, desde carros a smartphones, tiveram que fechar unidades de produção.

Observou-se uma grande queda na produção e algumas fábricas por todo o mundo tiveram que fechar. Esta menor produção levou a uma oferta reduzida de produtos e os preços cresceram.

Estas crises todas juntas, geraram uma outra, a da inflação global. A última projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), estima que a maioria dos países do G20 (20 maiores economias do mundo), iriam terminar o ano com uma inflação maior do que a de 2019, antes da pandemia.

Este quadro não é nada favorável à retoma das economias. A estratégia mais comum de combate à inflação é elevar a taxa de juros, algo que já começou a ser feito pela maioria dos países desenvolvidos e emergentes. No entanto, o controle que a taxa de juros pode fazer em relação à inflação é o desaceleramento da atividade económica e do consumo. Com a combinação de inflação e dos juros altos é de crer-se que o cenário económico para 2022 não venha a melhorar. Por outro lado, a perspetiva dos analistas é que a maioria das crises em 2021 devem ser solucionadas em 2022. Muitos dos

países que foram afetados economicamente pela pandemia do Covid-19, também devem terminar o ano com crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB), mostrando que os problemas não foram suficientes para travar a retoma das suas economias.

ZONA EURO E EUA (ECONOMIAS MAIS AVANÇADAS)

ZONA EURO

A economia da Zona Euro tem vindo a recuperar mais rapidamente do que o previsto após a recessão provocada pela pandemia. Com o avanço das campanhas de vacinação e a supressão das restrições, assistiu-se na primavera à retoma do crescimento, cujo dinamismo prosseguiu ao longo do verão e teve por base a reabertura da economia. Não obstante o crescente peso de fatores adversos, a economia na Zona Euro restabeleceu o nível do PIB alcançado antes da pandemia e passou da retoma para uma fase de expansão.

Segundo a Comissão Europeia, a procura interna deverá continuar a impulsionar esta expansão. As melhorias nos mercados de trabalho e o declínio projetado da taxa de aforro deverão contribuir para favorecer um ritmo sustentado das despesas de consumo. No entanto, esta dinâmica de crescimento enfrentou fatores adversos. Os estrangulamentos e as perturbações no aprovisionamento mundial têm vindo a afetar a atividade na Zona Euro, em especial no setor transformador que se caracteriza por um grau de integração extremamente elevado. Além disso os preços de energia, em especial o gás natural, aumentaram a um ritmo turbulento, situando-se muito acima dos níveis pré-pandémicos, afetando o consumo e o investimento.

Dados da última previsão económica, o FMI prevê que a economia na Zona

Euro cresça em torno de 5,2%, impulsionada pela melhoria do mercado de trabalho, graças à flexibilização das medidas que restringiam as atividades de consumo. A taxa de desemprego diminuiu e há até setores com falta de mão de obra.

Prevê-se também que os défices tenham uma diminuição, graças à supressão progressiva das medidas de apoio e do funcionamento dos estabilizadores automáticos à medida que a expansão foi prosseguindo.ao elevado nível de apoio orçamental que se mantém desde o princípio do ano.

Na Alemanha, a chanceler Angela Merkel, deixou o poder após 16 anos de governação. O líder dos sociais-democratas, Olaf Scholz foi o escolhido para a suceder. Segundo a Agência Federal de Estatísticas da Alemanha, a economia da alemã não conseguiu retornar aos valores pré-pandemia, uma vez que a escassez de microchips afetou a produção da indústria automóvel e algumas restrições contra Covid-19 desaceleraram a recuperação da maior economia da Europa. No entanto, prevê-se que o PIB cresça até aos 2,7% em 2021 depois do tombo verificado em 2020. Este resultado ficou em linha com a expectativa dos analistas e os principais motores desta expansão foram o salto nas exportações e os fortes gastos públicos para compensar o impacto do Covid-19.

A economia francesa, está em franca recuperação e a saída da crise deverá continuar num ritmo de crescimento acentuado. Segundo o FMI, o PIB voltou a terreno positivo em 2021, registando um crescimento de 6,7%, algo inédito em mais de meio século e um dos melhores valores da Zona Euro em contraste com o ano 2020 marcado por uma grande contração devido aos confinamentos e restrições. Este crescimento foi impulsionado pela forte progressão na produção de bens e serviços. O comércio externo também contribui para esta

melhoria, embora de forma mais limitada, já que as exportações e as importações estão ainda em níveis bastante inferiores aos registados antes da crise sanitária.

Na Itália, um dos países mais afetados pela pandemia, passando por períodos severos de confinamento, teve uma grande melhoria, e, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas o PIB de 2021 chegará aos 6,2%, promovido pelo aumento da procura interna e pelo comércio externo. A política lançada pelo governo anterior e seguida pelo governo em funções, denominada de Pacto de Exportações, está a dar os seus frutos. Este programa, constituído por um fundo de 1,4 mil milhões de euros, financia as empresas (principalmente as pequenas e médias empresas) para que estas tenham uma maior presença em mercados estrangeiros. O pacto também ajuda a ampliar o leque de produtos vendidos e assim a Itália tem conseguido minimizar as flutuações dos mercados.

Também em Portugal, o resultado do PIB superou todas as previsões, embora tenha ficado abaixo da média europeia. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas português, a economia nacional cresceu 4,9%, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% verificada em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia. A explicar esta evolução está o contributo muito positivo da procura interna, registando uma recuperação do consumo privado e do investimento. Já o contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em relação ao ano de 2020, onde se observou uma aceleração em volume de exportações de bens e serviços.

As diversas medidas de apoio à economia, lançadas pelo Governo, contribuíram materialmente para uma rápida e acentuada recuperação

económica, e as medidas adotadas para enfrentar os efeitos socioeconómicos da Covid-19, nomeadamente as medidas de apoio ao emprego e às empresas (manutenção dos postos de trabalho, subsídios diretos às empresas, linhas de crédito e moratórias bancárias, diferimentos de impostos e contribuições) traduziram-se também no aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis melhores que os pré-pandémicos.

O Reino Unido deixou o mercado único europeu no dia 1 de janeiro, enfrentou escassez de mão-de-obra, especialmente no transporte rodoviário, levando à escassez de vários produtos nos supermercados, restaurantes e postos de gasolina. O Brexit também criou tensões entre o Reino Unido e os seus vizinhos

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E CHINA

No princípio do ano de 2021, Joe Biden tomou posse como presidente da maior economia do planeta. A recuperação económica dos Estados Unidos da América (EUA), foi forte no ano de 2021. Depois de serem duramente atingidos pela pandemia da Covid-19, o PIB norte-americano cresceu 5,7%, o ritmo mais forte desde 1984.

O crescimento económico dos EUA acelerou no quarto trimestre porque as empresas reabasteceram os stocks que estavam esgotados para atender à forte procura por bens, ajudando a atividade do país a registar o melhor desempenho em quase 40 anos. Este crescimento foi também alimentado por estímulos fiscais massivos, assim como juros baixos.

Porém, esta alta na economia levou também a uma alta da inflação. O caos no fornecimento de matérias-primas, a escassez de mão de obra e o avanço acentuado da procura levaram os preços a subir rapidamente. Assim, o

estímulo que ainda sustentava a economia está quase no fim e a Federal Reserve (FED), planeia reverter as suas compras mensais de ativos e irá aumentar as taxas de juros para conter a inflação.

Esta recuperação do crescimento, veio oferecer algum animo ao país e ao presidente Joe Biden, cuja popularidade tem caído, depois de observar-se uma agenda económica doméstica paralisada, após o Congresso dos EUA não aprovar o seu projeto de investimento de 1,75 triliões de dólares.

Na China, segundo os dados da Agência Nacional de Estatísticas do país, o crescimento do PIB foi de 8,1%. Esta expansão foi a maior desde 2011 e praticamente em linha com as expectativas dos analistas. Este crescimento foi impulsionado pela produção industrial que cresceu 4,3% em relação ao ano anterior. Porém, houve uma desaceleração no consumo interno, com as vendas a ficarem abaixo do que era esperado.

A China enfrentou este ano uma série de problemas com os impactos da crise energética e com o enfraquecimento do setor imobiliário. A imobiliária chinesa Evergrande tem vindo a lutar para pagar as suas dívidas e foi recentemente condenada a demolir algumas dezenas de prédios no país. Uma série de surtos de Covid-19 que bloqueou o centro industrial de Xi'an, afetando as linhas de produção de fabricantes globais de chips como a Samsung e a Micron. A segunda economia mundial tem adotado uma política de tolerância zero com o Covid-19 no seu território, monitorizando casos isolados e realizando testes em massa. Assim, quando existem casos positivos são suficientes para o Governo confinar cidades inteiras, prejudicando um maior crescimento económico

PAÍSES EMERGENTES

Desde o início da pandemia de Covid-19, os mercados globais têm vivido mais turbulências económicas nos últimos dois anos do que nas últimas décadas. No entanto, apesar dos desafios sem precedentes enfrentados por famílias e empresas, e dos tropeços das campanhas de vacinação, os mercados dos países emergentes demonstraram resiliência.

O FMI estima que a economia nos países emergentes suba 6,5% apoiados pela maior procura e pelos preços elevados das commodities, isto porque muitos destes países são altamente dependentes das exportações de commodities. Por outro lado, em consequência desses preços elevados, a inflação nos países emergentes alcançou o índice mais alto desde 2011. Muitos governos foram eliminando as políticas de apoio para conter bem as pressões inflacionárias para posteriormente conseguirem atingir a recuperação.

Estes países, para além de todos os obstáculos que estão a tentar ultrapassar, têm ainda a dívida pública que teve um aumento substancial com a pandemia do Covid-19, chegando a 64% do PIB, segundo as estimativas, com grandes variações entre os países.

Dados do último relatório do FMI, prevê que a economia na Índia cresça 9%. A resposta aos impactos provocados pela pandemia do Covid-19 foi rápida, seguido por um compreensivo pacote fiscal (um adicional de 10%) do PIB para mitigar o impacto nos mais pobres juntamente com outras medidas de proteção social, assim como liquidez e apoio financeiro a pequenas e médias empresas. Com a implementação destas reformas orientadas para o crescimento, visando recuperar a economia, o foco do governo foi também

diminuir as desigualdades existentes no país, onde mais de 30% da população jovem está desempregada.

No Brasil, o FMI estima que o a expansão do PIB atinja 4,7%. Este valor foi alavancado pelo consumo das famílias e pelo setor dos serviços que teve uma alta devido ao avanço da vacinação contra o Covid-19. Assim, as pessoas puderam sair mais, ir a restaurantes e viajar. O setor da indústria também teve uma boa atuação, mas por outro lado, o setor da agropecuária registou uma baixa. Mas o Brasil continua a enfrentar a alta taxa de desemprego, que veio piorar com a pandemia, acima dos 14% e a inflação que aumentou 25% desde a recessão e os salários que não conseguiram acompanhar esse nível. Portanto, mesmo que a inflação fique estagnada, o consumo privado precisa de ganhar um grande estímulo. Para mitigar o impacto da pandemia o Governo implementou uma série de medidas fiscais de 12% do PIB que incluíram gastos com a saúde, suporte de renda para as famílias de baixa renda, redução de impostos e taxas de importação de produtos essenciais.

Dados referentes à economia da Rússia, dizem-nos que esta cresceu 4,5% no ano de 2021, mostrando que está a recuperar-se da profunda contração desencadeada pela pandemia. Quase todos os setores da economia viram um aumento da produção, principalmente nos serviços (hotéis e restaurantes) e pela recuperação nos preços globais das commodities. Mas os padrões de vida da população e outros setores não se recuperaram totalmente, sofrendo com o rublo mais fraco e a inflação elevada. A pressão sobre os preços teimosamente alta, levou o Banco Central da Rússia a aumentar a sua taxa básica de juros várias vezes ao longo do ano de 2021

África do Sul foi o país africano mais afetado pela pandemia do Covid-19. Este

polo financeiro e industrial, concentrou o maior número de casos nas três ondas que assolaram o continente africano. A sua economia de serviços altamente dependente do movimento internacional quase que desmoronou durante a pandemia. Como consequência, assistimos a várias revoltas e os ataques a centros logísticos criaram ainda mais problemas de abastecimento de alimentos e combustível. No entanto, a vacinação tem sido satisfatória e a atitude do país tem sido exemplar em relação à pandemia. O Governo sul-africano prevê o crescimento do PIB de 4,6%, devido ao apoio decisivo à política monetária e fiscal que incluíram medidas para fortalecer a saúde de vários setores, com taxas de juros mais baixas, o apoio de uma procura internacional forte e preços de matérias-primas mais altos.

ÁFRICA SUBSAARIANA

A África Subsaariana foi duramente atingida pela pandemia do Covid-19, com a atividade económica a diminuir drasticamente na região. Muitos países entraram em confinamento fazendo com que as suas economias tivessem um grande afrouxamento, principalmente aqueles que dependem muito do turismo, manufatura e serviços. A crescente agitação social, insegurança e conflitos civis, especialmente na região do Sahel, levaram a uma redução nas despesas de investimento. O espaço político para apoiar as recuperações diminuiu ainda mais em toda a região devido ao aumento dos níveis da dívida pública e à perda de receitas fiscais. Não obstante todas estas contrariedades, o FMI estima que a região tenha um crescimento de 4%, impulsionada pela recuperação nos preços das commodities e no abrandamento das restrições sociais e também devido à recuperação do comércio global. Na Nigéria e em Angola, o crescimento foi impulsionado pela recuperação nos setores não

petrolíferos. É que a produção de petróleo em toda a região permaneceu abaixo dos níveis pré-pandemia, devido a interrupções nos trabalhos de manutenção e diminuição dos investimentos nas indústrias extrativas.

PERSPETIVAS PARA 2022

Depois do cataclismo económico de 2020, a recuperação da economia mundial em 2021 foi efetiva, mas, a escassez de produtos essenciais, a inflação e a situação sanitária provocada pela pandemia, trazem à tona os temores de uma desaceleração em 2022. Os países ricos beneficiaram do acesso às vacinas, contudo, o aumento de uma nova onda epidémica e a descoberta de novas variantes acendem o sinal de alerta, porque poderão prolongar a pandemia e induzir novas ruturas económicas. As interrupções na cadeia de suprimentos, a volatilidade dos preços da energia e as pressões salariais reforçam a incerteza sobre a inflação. Com as elevadas taxas de juros nas economias avançadas, podem surgir riscos de estabilidade financeira e os fluxos de capital, moedas e posições fiscais dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento, especialmente com os aumentos significativos de dívida nos últimos dois anos. As tensões geopolíticas, principalmente entre a Rússia-Ucrânia e a China-Taiwan, e a ameaça de uma escalada de violência a nível mundial vão agravar ainda mais as previsões de um crescimento assim como da perspetiva de inflação. A emergência climática em curso, com a probabilidade de mais desastres naturais, permanece elevada. Com todo este cenário de incerteza, o FMI reduz o otimismo para o crescimento em 2022 e afirma que a economia global deverá crescer 4,4%, numa posição mais fraca do que se fazia prever.

Na Zona Euro, o FMI estima que o crescimento económico não vá além dos

3,9%. Para este resultado pesaram o retomar das restrições à mobilidade devido a atual vaga pandémica da variante Omicrón e também a manutenção dos estrangulamentos nas cadeias de abastecimento. O impacto negativo deverá desaparecer a partir do segundo trimestre, assumindo que o aumento global desta nova variante diminuirá e o vírus não sofrerá mutações que exijam mais restrições de mobilidade.

A impactar o crescimento na Zona Euro, estarão as principais economias da moeda única, com o FMI a estimar que o crescimento do PIB da maior economia europeia, a alemã, não irá para além de 3,8%, devido a maior exposição ao comércio internacional. Para a França, o crescimento será de 3,5% e para a Itália andar por 3,8%. Estas projeções são agravadas devido às expectativas quanto ao comportamento dos preços, com o FMI a assumir que estes irão permanecer mais elevados por mais tempo e também devido aos constrangimentos da cadeia de abastecimentos que só devem desanuviar mais para o final de 2022. O Diretor do Departamento Europeu do FMI, reiterou que os apoios desta Organização serão direcionados para os setores mais afetados pela pandemia, para reforçar as redes de segurança, facilitar a realocação da mão-de-obra e aumentar o investimento público.

O FMI ressalta que a desaceleração do PIB mundial será também influenciada em boa medida pela perda de vigor do crescimento de outras duas potências mundiais: os EUA e a China.

No caso da economia norte-americana, face às últimas projeções conhecidas, o crescimento não deverá expandir-se além de 4%. As novas perspetivas já contam com a retirada do pacote de estímulos proposto pelo Presidente Joe Biden, que não foi aprovado pelo Congresso, no valor de 1,75 triliões de dólares

para as áreas sociais, de educação e combate às mudanças climáticas. Por outro lado, estão a acelerar o processo de normalização monetária pela Reserva Federal, para uma primeira subida de juros, assim como a manutenção dos estrangulamentos na oferta de vários bens e matérias-primas.

Em relação à China, considerada a locomotiva do crescimento mundial, o FMI diminuiu a estimativa de crescimento para 4,8%. Foram determinantes para estas novas previsões, as restrições impostas pelo Governo de Pequim para conter a proliferação do Covid-19 que tem limitado o consumo privado e a redução do investimento no setor imobiliário. A persistente crise de liquidez no mercado imobiliário da China, está muito ligada à entrada em default da Evergrande Group, que é a segunda maior imobiliária do país em vendas, outrora a empresa imobiliária mais valiosa do mundo.

Apesar das projeções de que nas economias avançadas, a produção e o investimento devem retomar às tendências pré-pandemia, os níveis permanecerão mais baixos nas economias de mercados emergentes. Todas estas mudanças tornaram mais incertas as perspetivas para os mercados emergentes. Estes países irão também enfrentar desafios relacionados com o aumento generalizado dos preços, as interrupções no fornecimento de produtos, que resultam numa inflação mais alta e mais ampla, e, uma dívida pública substancialmente maior. Embora os custos de captação de empréstimos em dólar permaneçam baixos, a preocupação com a estabilidade do financiamento externo vai levar muitos mercados emergentes a elevarem os juros, como a Rússia, Brasil e África do Sul. Sendo assim, é expectável que a economia nos países emergentes cresça 3,5% para o ano de 2022 e a longo prazo estes países precisarão implementar reformas que mitiguem a sua

vulnerabilidade aos choques das commodities, que reduzam as desigualdades e aumentem a preparação para as próximas crises.

A Comissão Europeia melhorou as previsões de crescimento para a economia portuguesa em 2022, mesmo tendo revisto em baixa as estimativas para a Zona Euro. O PIB deverá crescer 5,5% e a inflação também será mais forte do que estava previsto, embora Portugal sinta menos impacto do que outros países, a esse nível. O recrudescimento das infeções por Covid-19 no início do de 2022, bem como uma nova quebra nas viagens internacionais, deverá abrandar o crescimento económico português no primeiro trimestre. Porém, assumindo uma melhoria das condições pandémicas, é previsível uma retoma nas taxas de crescimento no segundo trimestre, quando se espera que a economia volte aos níveis anteriores à pandemia. A Comissão Europeia antevê que a procura interna deverá contribuir significativamente para o crescimento em 2022 e a execução do Plano de Recuperação e resiliência será um elemento muito importante.

Relativamente à África Subsaariana, está previsto um aumento de 3,7% para 2022. Esta perspetiva reflete ainda os efeitos continuados da pandemia, a redução do apoio às políticas e a incerteza política e a degradação da situação de segurança em alguns países desta região. Espera-se que os preços mais elevados das mercadorias apoiem a recuperação a curto-prazo, com preços mais altos do petróleo e a flexibilização gradual dos cortes da OPEP, beneficiando a Nigéria e Angola. Os altos preços dos bens alimentares, o café e o algodão irão beneficiar os exportadores agrícolas da Etiópia, Quênia e Tanzânia. No entanto, para alguns países, a expansão das atividades agrícolas será limitada por diversas incertezas, incluindo secas e uma pluviosidade

abaixo da média, bem como a intensificação de conflitos. A pandemia veio atrasar o progresso na redução da pobreza e nas principais metas de desenvolvimento em toda a região, revertendo mais de uma década de ganhos nos rendimentos per capita em alguns países. Uma moderação substancial do crescimento económico global poderia desencadear uma correção significativa nos preços das mercadorias em detrimento dos produtores de petróleo e metais na região.

4.2 CONTEXTO NACIONAL

Tal como aconteceu em todos os países do Globo, São Tomé e Príncipe foi igualmente afetado pelos efeitos da pandemia do Covid-19. A pandemia obrigou a muitas restrições e teve um impacto negativo na vida social e económica no País. Embora o vírus não tenha atingido São Tomé e Príncipe com a mesma intensidade do que noutras partes do mundo, a baixa cobertura de vacinação contra o Covid-19 no arquipélago tem preocupado as autoridades de saúde. Apesar dos vários avisos e informações oficiais recomendarem cuidados preventivos e proteção por causa do coronavírus e das suas variantes, a vida quotidiana tem sido vivida com normalidade. Todos os setores foram afetados, principalmente do turismo, e, persiste o risco da deterioração da situação macroeconómica. A dívida do setor público é muito elevada, impulsionada principalmente pelas importações de combustível para geração de energia. Segundo o FMI, a mitigação do impacto da pandemia continua a exigir apoio externo adequado e acompanhado de uma consolidação orçamental gradual. É inevitável que haja reformas na administração de receitas, gestão de finanças públicas, governação e transparências para se chegar a uma credível estratégia

orçamental a médio prazo.

POLÍTICA

No princípio do ano de 2021, o então Presidente da República, Evaristo de Carvalho, vetou a nova lei eleitoral, recusando-se a promulgar a lei até que fosse possível uma reforma integral, reclamada para todos os quadrantes da sociedade, incluindo quase todo o universo da classe política nacional. Evaristo de Carvalho explicou que, sendo o principal garante da Constituição, não poderia dar o seu aval a um texto com o qual não está em total harmonia, mormente no que respeita aos limites do exercício de direitos civis e políticos de forma livre.

A Assembleia Nacional, aprovou em Janeiro de 2021, o Orçamento Geral de Estado (OGE), de 166 milhões de dólares para o ano económico de 2021, com 30 votos da maioria parlamentar. No final da votação, o Primeiro-ministro Jorge Bom Jesus, afirmou que este era um plano de retoma económica face à pandemia do Covid-19, tendo sublinhado que iria começar a injetar financiamento, crédito no setor privado para reanimar o tecido empresarial nacional.

Em Fevereiro de 2021, Rui Fernando Sucena do Carmo, apresentou ao Presidente da República, as suas cartas credenciais como novo Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe. O novo diplomata português, prometeu reforço da cooperação entre os dois países, com destaque para o setor da saúde.

Em Abril de 2021, o Intendente Samuel da Conceição António foi anunciado como novo diretor da Polícia Judiciária em substituição de Aurito Vera Cruz,

que exercia as funções de coordenador desta polícia.

Sob a presidência conjunta de Jorge Bom Jesus, Primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe e Rosário Bento Pais, Embaixadora da União Europeia (UE), acompanhada pelos Chefes de Missão dos Estados Membros acreditados em São Tomé e Príncipe (França, Espanha e Portugal) realizou-se o diálogo político anual entre São Tomé e Príncipe e a UE. A discussão entre as duas partes permitiu fazer o ponto de situação sobre as relações políticas bilaterais e abordar questões relacionadas com a segurança marítima, a boa governação, os direitos humanos e a cooperação entre São Tomé e Príncipe e a União Europeia.

O Presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoko Embaló visitou São Tomé e Príncipe, pouco tempo depois de Evaristo de Carvalho ter feito uma viagem à Guiné-Bissau. Esta visita permitiu que os dois governos rubricassem alguns acordos, nomeadamente a isenção de vistos de entrada dos dois países, assim como a negociação de aspetos políticos relacionados com a Cimeira de Chefes de Estado e de Governos da CPLP, que foi realizada no mês seguinte em Angola.

São Tomé e Príncipe foi a eleições para a escolha do novo presidente. O candidato Carlos Vila Nova obteve 57,6% na segunda volta das eleições presidenciais de 5 de Setembro, enquanto o outro candidato, Guilherme Posser da Costa obteve 42,4%. Na sua primeira declaração à imprensa após a vitória, o novo Presidente da República destacou o compromisso com a pacificação da sociedade e manifestou a intenção de levar todas as propostas que foram debatidas com o eleitorado ao longo do período da campanha eleitoral e que o momento é de começar a arregaçar as mangas e a trabalhar, porque o futuro só se faz com trabalho.

O Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe, Osvaldo Vaz, pediu a sua demissão do cargo. Osvaldo Vaz, deixou o Governo, numa altura em que o executivo de Jorge Bom Jesus tem no Parlamento uma proposta de reajuste salarial, que o Governo prometeu aprovar para imprimir maior justiça salarial na Função Pública são-tomense. Para o seu lugar foi nomeado Engrácio da Graça, economista e ex-Diretor dos Impostos. Engrácio da Graça, teve desafios urgentes pela frente, nomeadamente a preparação do OGE para o ano de 2022 e os acordos financeiros entre São Tomé e Príncipe e os parceiros internacionais.

São Tomé e Príncipe e Gana assinaram um acordo geral de cooperação com realce para a mobilidade dos cidadãos, entendimento sobre consultas políticas e diplomáticas, incluindo memorando nas áreas do turismo, artes e cultura. Os documentos assinados pelas Ministras dos Negócios Estrangeiros de ambos os países, a são-tomense Edite Tenjua e a ganesa Shirley Botchwey, vem trazer uma melhor cooperação entre os dois países no que concerne ao mercado livre, o mercado de transportes aéreos e o protocolo de livre circulação de pessoas e bens, criarão possibilidades para o progresso entre os dois povos.

A Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe aprovou o Orçamento Geral de Estado para o ano económico de 2022 com 28 votos favoráveis da maioria parlamentar no poder. Estimado em cerca de 158 milhões de euros, Jorge Bom Jesus afirmou que 98,2% da estrutura de investimento público será assegurada pelos recursos externos, cabendo apenas 1,8% das despesas de investimento público a serem asseguradas pelos recursos internos, o que denota uma grande dependência externa do nosso país em termos de ajuda pública ao desenvolvimento.

O Primeiro-ministro de Portugal, António Costa, fez uma visita rápida a São Tomé e Príncipe. No encontro com o seu homólogo são-tomense, Jorge Bom Jesus, o Primeiro-ministro português realçou a consolidação dos laços de cooperação entre os dois países, após a assinatura do Programa Estratégico de Cooperação (PEC), avaliado em 60 milhões de euros para 5 anos. As áreas de cooperação são a educação, a defesa e segurança e a saúde, realçando mesmo que o projeto Saúde para Todos tem sido um caso de sucesso.

SOCIEDADE

Os Calema, dupla musical composta pelos irmãos António e Fradique Ferreira, e a estilista Roselyn Silva destacaram-se na Celebração dos 25 anos da emissora RDP África em Portugal. Oriundos de São Tomé e Príncipe, os Calema venceram o prémio Prestígio RDP Africa 25 Anos na categoria de música e dedicaram o prémio a todos os músicos e reforçaram que o prémio é um incentivo para fazerem mais e elevar a cultura lusófona para mais longe. A são-tomense Roselyn Silva foi a grande vencedora do prémio na área da moda, que já é uma referência no espaço lusófono. No seu discurso, Roselyn salientou o papel ativo dos vários africanos nos seus países e na diáspora, que tudo tem feito para elevar as suas nações, e as raízes do continente mais além no espaço Global.

Mário Lopes, ativista social e embaixador para São Tomé e Príncipe da Carta Africana da Juventude da União Africana e da Next Einstein Forum, foi reconhecido como umas das 100 personalidades mais influentes de descendência africana 2021. A lista promovida pela ONU para mostrar as contribuições positivas feitas pelos afrodescendentes em todo o mundo e os homenageados são atores relevantes na união de espírito, justiça e reconhecimento da África, do seu povo no continente e toda a sua diáspora. É

a primeira vez que um são-tomense entra para a lista onde se destaca também a Ministra da Justiça de Portugal, Francisca Van Dunem. A cerimónia de reconhecimento contou com a presença do Presidente Barack Obama.

O escritor são-tomense, Albertino Bragança, foi agraciado com o Prémio Literário Guerra Junqueiro Lusofonia 2021 em Portugal. Este galardão é atribuído no âmbito do Freixo Festival Internacional de Literatura, e visa resgatar os valores da literatura no espaço de língua portuguesa. Albertino Bragança considerou que este prémio é um alerta aos são-tomenses para a importância do livro e da leitura.

São Tomé e Príncipe foi considerado o país africano com menos crime organizado, de acordo com o Índice Global de Crime Organizado Transnacional. O relatório avalia os níveis de crime organizado nos países e a sua resistência à atividade do crime organizado. São Tomé e Príncipe teve uma boa avaliação, pondo-o num lugar cimeiro no que à segurança diz respeito. Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a partir do mais seguro, São Tomé e Príncipe é seguido por Cabo Verde, Guiné Equatorial, Angola, Guiné-Bissau e por fim Moçambique.

EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

No segundo ano de Covid-19, a pandemia condicionou a economia do país e o Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe, Américo Barros, confirmou a desaceleração da economia em 2021. Américo Barros afirmou que os dados recentes apontam a uma contração do PIB que rondará 1,8%, justificados pela diminuição dos investimentos públicos e pelo enfraquecimento do setor privado, com realce para o setor do turismo. O ano

de 2021 veio confirmar que o país importa muito e exporta pouco, causando um agravamento do défice comercial que rondará os 22,1%, promovendo a pressão sobre as reservas cambiais, sem comprometer as condições para a preservação da paridade fixa com o euro, no âmbito do acordo de cooperação económica com Portugal, bem como os compromissos assumidos com o FMI.

Foi efetuada uma missão virtual do FMI, chefiada por Eteri Kvintradze, para realização da terceira avaliação do programa económico de São Tomé e Príncipe, apoiado pelo acordo de Facilidade de Crédito Alargado (ECF). As discussões no âmbito de avaliação da ECF centraram-se nas medidas para suprir as necessidades sanitárias, sociais e económicas urgentes e apoiar a retoma da economia. A equipa do FMI observou que a pandemia do Covid-19 abalou o frágil equilíbrio no país, colocando os meios de subsistência em risco. Para 2021 é expectável que o crescimento abrande para 2%, refletindo o atraso no regresso dos turistas. A mitigação do impacto da pandemia exige apoio externo adequado, acompanhado de uma consolidação orçamental gradual. Eteri Kvintradze saudou o compromisso das autoridades para introdução do IVA, ao mesmo tempo que são salvaguardados os programas de redução da pobreza e despesas sociais.

As soluções permanentes para as recentes falhas de energia implicaram acelerar o desenvolvimento de fonte de energias sustentáveis e alternativas no âmbito da estratégia geral para a reforma do setor energético.

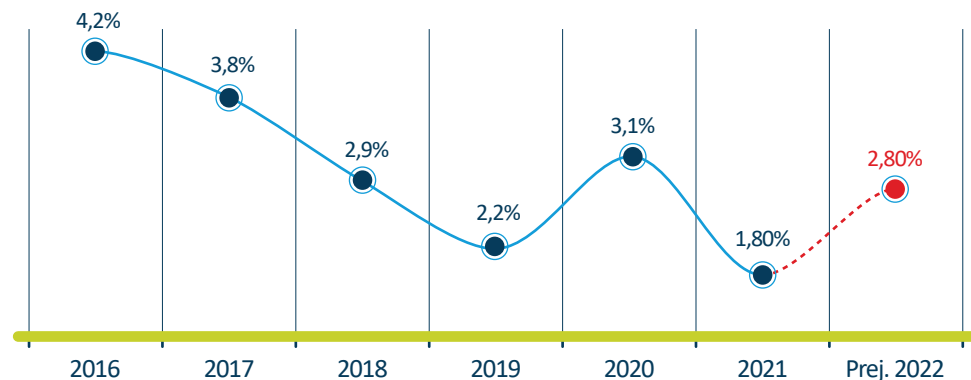
Foi recomendado que o país acelere outras reformas estruturais para ajudar a reduzir as vulnerabilidades do país e aumentar o potencial de crescimento a longo prazo. O compromisso com as autoridades com vista à adoção de medidas para retirar o país da lista de operadores de aviação proibidos da EU

iria contribuir para a uma maior recuperação do turismo. As reformas tendo em vista a melhoria do ambiente empresarial, a promoção da igualdade de género e a adaptação às alterações climáticas também são importantes.

De acordo com o BCSTP, para 2021 importa ressaltar que na sequência do aumento extraordinário das despesas públicas em 2020, para atenuar os efeitos da pandemia (financiada por recursos externos), o declínio acentuado dos donativos para investimentos públicos, o agravamento da crise energética, espera-se que 2021 a taxa de crescimento do PIB ronde os 1,8%, uma vez que a retoma do turismo e das atividades de serviços será um processo gradual.

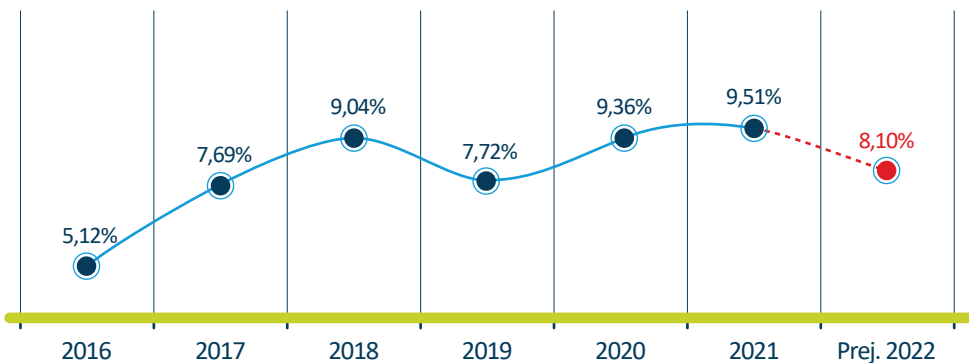
Para 2022, o Banco Central perspetiva um crescimento moderado da economia, em torno de 2,8%, sugerindo um otimismo sobretudo na recuperação das atividades ligadas ao turismo, à recuperação esperada do setor agropecuário e pescas e à dinâmica mais forte que é esperada no setor dos serviços. No setor da indústria é esperada a estabilização energética e o aumento da produção nas empresas de relevo como a Rosema e a Agripalma.

Taxa de crescimento do PIB



Apesar da contração do PIB, a inflação subiu para 9,51% para o ano de 2021, refletindo o choque do lado da oferta do setor primário doméstico (produtos hortícolas e pescado), bem como alguma pressão de bens importados influenciados pela alta de preços dos produtos alimentares. Para o ano de 2022, a inflação deverá apresentar um perfil descendente, embora moderado, projetando-se uma taxa de 8,1%. Apesar da escassez do lado da oferta de peixes e derivados, decorrente de um quadro estrutural duradouro, haverá compensação por melhorias da produção hortícola ao longo do ano.

Evolução da Inflação



Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Dados dos Banco Central de São Tomé e Príncipe, após o agravamento dos défices globais e primários verificados em 2020, atingindo 4% e 3,3% respetivamente, com a evolução menos favorável da pandemia ao longo de 2021, os indicadores apontam para um declínio mais considerável dos donativos. Os esforços das autoridades irão no sentido de privilegiar o

financiamento de despesas de curto prazo agravadas pela pandemia. Assim, o défice primário irá continuar a manter-se acima dos 2% do PIB nominal, situando-se em 3,7% e 3,8% do PIB nominal em 2021 e 2022. Relativamente ao défice global, prevê-se um desagravamento de 4,5 para 3,7% em 2021 e 2022 respetivamente, resultante da restrição para conter o avanço da dívida pública.

Até Novembro de 2021, a exportação de bens totalizaram 17,337 milhões de dólares, um aumento de 27,1% face ao período homólogo. A exportação do cacau totalizou 52,9% enquanto a exportação do óleo de palma contribui com 32,5% do total das exportações, tendo-se fixado nos 9,174 milhões de dólares e 5,632 milhões de dólares respetivamente.

As importações de bens apresentaram um total de 138,305 milhões de dólares, explicado essencialmente pelo aumento de importações de bens de consumo, de capital e produtos petrolíferos. Apesar do aumento acentuado das exportações, projeta-se que o agravamento do défice da balança comercial no final de 2021 seja em torno de 123,2 milhões de dólares, representando um agravamento de 67 milhões de dólares da balança face ao período homólogo, explicado essencialmente pelo aumento das importações em cerca de 23% e a da redução de entrada de donativos para o apoio orçamental. No horizonte de 2022 a variação do saldo corrente não sofrerá alterações significativas, no entanto deverá rondar os 123,9 milhões de dólares.

No que toca às Reservas Internacionais Líquidas (RIL), espera-se que estabilizem em torno de 5 meses das importações, uma vez que o apoio financeiro e os desembolsos ao abrigo da Facilidade de Crédito Rápido (RCF) e ECF financiaram as necessidades externas no país.

ECONOMIA E INVESTIMENTOS

Apesar da crise sanitária provocada pela pandemia do Covid-19, o setor das finanças conseguiu aumentar as receitas no ano de 2021. Para além da recolha dos impostos, do alargamento da massa tributária e outras medidas fiscais, a produção local de cerveja tem sido das grandes contribuintes para o aumento das receitas de Estado.

O Conselho de Administração do Banco Mundial (BM), aprovou um financiamento adicional de 8 milhões de dólares para o Projeto de proteção Social e desenvolvimento de Competências (SPSD). Esta doação reforça o trabalho do SPSP em curso e fortalece o apoio do governo para o desenvolvimento, gestão e operação de um sistema nacional de rede proteção social eficaz e sustentável para famílias pobres. A aprovação deste financiamento adicional eleva o orçamento total do SPSP para 18 milhões de dólares.

O Conselho Executivo do FMI, decidiu pelo desembolso de 2,73 milhões de dólares, visando suportar os gastos sociais e a recuperação pós-pandemia. O bom desempenho macroeconómico alcançado pelo Governo são-tomense, mesmo em momento de pandemia, permitiu a revisão positiva do acordo. Este desembolso de 2,73 milhões de dólares para 2021, eleva para 10,34 milhões de dólares o valor total do financiamento já desbloqueado pelo FMI para São Tomé e Príncipe desde 2019.

No âmbito das medidas para a retoma das atividades económicas pós-pandemia do Covid-19, o Governo são-tomense anunciou a negociação com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), do reforço da linha de

crédito para o setor privado nacional. Estas negociações tinham como objetivo negociar com o BAD o aumento dos atuais 3 milhões para 6 milhões de dólares.

Este fundo é concedido por parceiros internacionais e está a ser gerido pela Agência para Promoção de Comércio e Investimentos (APCI).

O Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais, Osvaldo Abreu, garantiu que o Governo continua apostado na construção de um porto de águas profundas na localidade de Fernão Dias. As autoridades são-tomenses e um consórcio ganês denominado SAS Ebonb Africa assinaram um acordo compreendendo não só a construção do avultado empreendimento como a concessão dos Portos de Ana Chaves, na Ilha de São Tomé e o Porto na Ilha do Príncipe, no âmbito de uma Parceria Público Privada (PPP). Num projeto orçado em 250 milhões de dólares em que o Estado vai estar presente em todas as fases da obra, os operadores nacionais e estrangeiros residentes no país terão a participação num empreendimento que se pretende estratégico para os são-tomenses.

A petrolífera anglo-holandesa SHELL, vai realizar furos no bloco da Zona Económica Exclusiva (ZEE) de São Tomé e Príncipe. Segundo o acordo assinado, os trabalhos de perfuração do bloco 6 no mar territorial do país deverão acontecer no primeiro trimestre de 2022. As ações da SHELL na ZEE de São Tomé e Príncipe, começaram após a aquisição em Setembro de 2020 dos direitos de participação sobre os blocos 6,10,11 e 13 que eram detidos pela empresa norte-americana Kosmos Energy.

O Fundo de Desenvolvimento Africano aprovou 10,7 milhões para São Tomé e Príncipe. Este fundo, visa incentivar a retoma do setor económico. As pequenas

e médias empresas do país ligadas aos setores da agricultura e do turismo, são um dos principais alvos do financiamento que pretende também melhorar o ambiente de negócios e remover os obstáculos que impedem que o setor privado seja propulsor do crescimento económico. Estes 10,7 milhões vão permitir a implementação da primeira fase da iniciativa Zuntamón, lançada no quadro do Pacto Lusófono.

A Oi, operadora que detinha 51% das ações da Companhia São-Tomense de Telecomunicações (CST) recebeu e aceitou a proposta da Visabeira Global para aquisição total das ações. O Governo são-tomense disse não ter condições financeiras para exercer o direito de preferência na compra das ações, no seguimento da petição da NOSSA.COM que tinha denunciado mau negócio do Governo e por não ter sido lançado uma consulta internacional para suscitar outras ofertas. Com esta compra a Visabeira Global pretende dinamizar os serviços de internet fixa e móvel, modernizar a rede 3G e investir na rede 4G, expandir a rede de fibra ótica, investir em serviços de Pay TV, entre outros.

O preço do combustível passou a ser igual em todo o País, com a redução do preço de combustível na Região Autónoma do Príncipe para o mesmo preço praticado em São Tomé, ou seja, 30 dobras por litro pela gasolina e 25 dobras por litro para o gasóleo.

A proposta de redução de preço foi proposta pelo Presidente do Governo Regional, Filipe Nascimento, ao Governo Central. A Região Autónoma do Príncipe tinha sofrido uma crise de combustível devido ao aumento de preços, levando o Governo Regional a suspender a venda e a negociar com o Governo Central a redução dos preços. Os trabalhos entre os Governos Regional e Central e demais parceiros continuarão em busca de condições para a

instalação de reservatório para o aumento da capacidade de armazenamento de combustível na Região Autónoma do Príncipe.

MERCADO MONETÁRIO

Enquadrando-se na estratégia de desenvolvimento de mercado de dívida interna, o BCSTP emitiu por 5 vezes no mercado financeiro são-tomense, Bilhetes de Tesouro (BT). Em Fevereiro, Março, Maio, Agosto e Setembro de 2021 foram emitidos BT num total de STN 361.758.555,00. Todos os BT têm o prazo de um ano, a taxa aplicada varia entre 3% e 5% anual e o valor nominal de cada Bilhete foi de STN 1.000,00. Este mecanismo tem uma grande importância para a gestão de liquidez e de financiamento do défice fiscal, bem como, a diversificação de opções de aplicação de poupança dos agentes económicos

Visando absorver parcialmente o excesso de liquidez no sistema bancário, e mitigar os riscos para o funcionamento do regime cambial em vigor, o Banco Central de São e Príncipe emitiu Certificados de Depósito (CD) por dez vezes. Foram realizados leilões à média de quase um por mês, onde foram colocados o total de STN 666.654.142,34, todos com o prazo de reembolso de um mês. Em todos os leilões a taxa aplicada foi de 1% anual.

Neste ano de 2021, foi inaugurado uma nova plataforma com novo sistema de transações por ATM e POS, permitindo o pagamento de impostos e serviços de algumas empresas, como a EMAE, CST e UNITEL. Esta plataforma aceita também os cartões internacionais da rede VISA. Na inauguração, o Primeiro Ministro Jorge Bom Jesus, afirmou que esta nova plataforma de pagamento surge para ajustar o país às melhores práticas de sistemas de pagamentos e é

uma aposta numa economia digital, inovação tecnológica, reforma e modernização da administração pública, incremento do setor privado, criação de um ambiente favorável de negócios, atração de investimento direto estrangeiro, investimento no capital humano especializado que constituem prioridades do governo e concorrem para a agenda de transformação do país. A aceitação dos cartões VISA é um marco significativo para São Tomé e Príncipe, como país que promove o turismo, tendo em conta que vai contribuir para o incremento do fluxo de turistas e garantir a colocação de São Tomé e Príncipe no mapa internacional de destinos turísticos.

SECTOR BANCÁRIO

O Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) decidiu aplicar medidas de resolução ao Energy Bank São Tomé e Príncipe, face à situação de desequilíbrio financeiro, designadamente a redução de fundos próprios a nível inferior ao mínimo legal e a inobservância dos rácios de solvabilidade e de liquidez. Foi necessário acionar mecanismos legais disponíveis para resolver a situação do Energy Bank São Tomé e Príncipe. Na sua deliberação 04/2021, o BCSTP decidiu aplicar medida de resolução que se consubstancia na alienação total ou parcial dos ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais e ativos sob sua gestão. Suspendeu das suas atividades, os administradores, diretores executivos e equivalentes com poderes de representação do Energy Bank São Tomé e Príncipe, assim como o bloqueio dos seus bens pessoais para ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes dos atos de gestão.

Com esta deliberação, o BCSTP pretende assegurar que todos os depósitos passíveis de transferência ficam totalmente garantidos e que não serão afetados quaisquer direitos legais ou contratuais dos depositantes nem o saldo

dos depósitos. Nos termos do mesmo preceito legal, pretende também assegurar que as condições contratuais dos créditos concedidos pelo Energy Bank São Tomé e Príncipe, a serem transferidos para outras instituições bancárias, não sejam alterados em prejuízo dos mutuários. Consequentemente, os reembolsos periódicos (capital e juros) continuarão a ser efetuados pelos mutuários nos mesmo termos em que eram realizados perante o Energy Bank São Tomé e Príncipe.

O BCSTP lançou no sistema financeiro do país, novas notas de 5, 10 e 200 dobras justificando que as duas de menor valor facial não se adaptam às características climáticas do país, apresentando um desgaste acelerado e pondo em causa os seus elementos de segurança. Perante este facto, o BCSTP decidiu produzir as novas notas em papel algodão, com design semelhante ao anterior, sem janela transparente e com reforço das características de durabilidade e resistência. Quanto às notas de 200 dobras, foram postas em circulação em substituição das antigas que foram recolhidas em 2019, por irregularidades que comprometeram a credibilidade e segurança do sistema financeiro nacional. Foi também informado que a produção das novas notas não tem custos para o País e são mais resistentes, mais seguras e com maior longevidade.

Na celebração de mais um aniversário do Banco Central de São Tomé e Príncipe, o Governador deste organismo, Américo Barros, afirmou que o grande desafio no futuro próximo é avançar e rapidamente para a inovação digital. A pandemia do Covid-19 provocou algum atraso na introdução dos novos sistemas de pagamentos e dos novos serviços, obrigando a adoção de práticas inovadoras cuja componente tecnológica ganhou ainda maior realce.

Para modernizar o sistema de pagamento automático, o BCSTP conta com ajuda dos parceiros internacionais. O envolvimento do BAD tem financiado a modernização do SWITCH e Disaster Recovery (DR) e, com o financiamento do Banco Mundial, irá ser implementado o projeto Core Banking System (CBS) e o Enterprise Resource Planning (ERP). Estes projetos são essenciais para a modernização de toda a infra-estrutura dos sistemas de pagamentos, integrando numa visão que não se limita a ATM e POS, aglutinando também uma vertente atinente a inclusão financeira para o crescimento económico, que se quer inclusivo.

Perante o agravamento da situação epidemiológica, com o crescimento do número de casos de infeção com Covid-19 em 2020, e, consequentemente a suspensão das atividades em quase todos os setores económicos do País, o Comité de Política Monetária do BCSTP em coordenação com o Governo, tinha decidido orientar os bancos a conceder moratórias no pagamento de prestações bancárias aos agentes económicos, empresas e pessoas singulares. Este ano, observou-se uma alteração ao Decreto-Lei que determinou a extensão da moratória bancária até ao final do mês de Junho de 2021. Assim as empresas e trabalhadores subordinados e por conta própria afetos aos setores do turismo e afins, hotelaria, restauração, aviação, artistas e profissionais musico-culturais e artesanato, continuaram a beneficiar da moratória bancária.

Principais Indicadores do Sector Financeiro

Enquadramento Regulamentar	2017	2018	2019	2020	Até Jun 2021	Níveis Regulamentares
Solvência	33,3%	31,1%	28,5%	29,0%	28,9	12%
Liquidez	58%	63%	49%	58%	60%	20%

Enquadramento Sectorial	2017	2018	2019	2020	Até Jun 2021
Número de Bancos	6	5	5	5	4
Ativo em % do PIB*	48,5%	47,8%	46,6%	47,4%	47,6%
Crédito Líquido em % do PIB*	15,4%	15,6%	14,9%	13,9%	12,4%
Depósitos em % do PIB*	32,5%	33,2%	32,6%	34,6%	34,1%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósito)	60%	60%	59%	53%	50%
Nível de Crédito Mal Parado (> 90 dias)	24,9%	24,6%	26,7%	29,6%	33,7%
Cost-to-Income	75,0%	70,0%	79,0%	79,0%	73,0%
ROE	-2,7%	-1,0%	-1,3%	4,1%	3,4%
ROA	-0,7%	-0,2%	-0,2%	0,7%	0,6%

Fonte: BCSTP

*Cálculo BISTP

Quota do BISTP

	2018	2019	2020	Até Set 2021	Var. 2021/2020	
Ativo Total	63,49%	65,26%	65,3%	63,7%	-1,60	pp
Capital Próprio	46,36%	52,76%	52,3%	54,5%	2,20	pp
Depósitos	73,65%	73,15%	74,9%	70,7%	-4,20	pp
Crédito Líquido	61,41%	62,24%	60,1%	56,9%	-3,20	pp
Produto Bancário	68,93%	70,46%	70,1%	73,5%	3,40	pp
Agências	60%	60%	66,7%	70,6%	3,90	pp
ATM	75%	72%	74,2%	81,4%	7,20	pp

Fonte: GPC



05

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP

5.1 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

O Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe é uma instituição financeira que atua no segmento de banco de investimento e de retalho com uma oferta universal, que disponibiliza uma gama completa de produtos e serviços financeiros para satisfazer todas as necessidades financeiras e expectativas das famílias, negócios, empresas e instituições. É uma instituição que valoriza o relacionamento com o cliente, orientada para a participação no desenvolvimento socioeconómico, levando o serviço financeiro cada vez mais próximo da população, pela via do alargando da rede de cobertura por todo o País com presença física (Agências, ATM e POS) e digital (e-banking) disponível a servir numa base de 24x7.

A simplificação dos processos de subscrição dos produtos mais relevantes para os clientes é igualmente um objetivo que tem sido perseguido, com o intuito de melhorar a experiência proporcionada aos Clientes e reforçar o relacionamento de proximidade.

À imagem do ano de 2020, o ano de 2021 foi também conturbado, motivado pelo aumento de número de novos casos de Covid-19. Esta crise pandémica levou o banco a acelerar as ações já em andamento para estimular o aumento de utilizadores da banca eletrónica e digital (cartões de débito e internet banking).

Foco no aumento do número de clientes e de maior penetração da banca eletrónico:

- O banco lançou no último trimestre de 2021 o seu APP de e-banking, permitindo que os clientes possam aceder de forma mais rápida, fácil e

cómoda aos serviços bancários.

- Foi lançada uma campanha publicitária em dezembro sobre as vantagens dos canais eletrónicos e digitais.

Sustentabilidade do modelo:

- O modelo de negócio do BISTP, assente em dois mercados contendo uma heterogeneidade de clientes em cada um deles, confere maior resiliência e versatilidade ao negócio do Banco, permitindo manter uma performance em terreno positivo mesmo em conjunturas mais adversas.

Gestão de crises de COVID-19:

- No âmbito da gestão da situação do Covid-19 no interior do banco, o foco continuou centrado na proteção dos colaboradores e dos clientes, com a manutenção do controlo de acesso às instalações do Banco, tais como a higienização das mãos, uso de máscara, medição de temperatura à entrada das instalações do Banco, e, manutenção de número reduzido de clientes no interior das agências de forma a evitar aglomerações.

As transformações progressivas promovidas pelo Banco, visando adequar a sua estratégia e negócio às exigências/desafios do mercado e das autoridades, são importantes e necessárias para que o banco continue agregando valor e solidez ao seu modelo de negócio.

O foco em alcançar maiores níveis de rentabilidade, maior eficiência operacional e melhor controlo de risco de crédito são indispensáveis para o reforço da posição de liderança neste mercado, e, assegurar a perenidade do Banco.

Para o cumprimento de tais desideratos o Banco segue o seu ideal de alcance de “Excelência” nos seus quatro eixos estratégicos (Clientes, Capital Humano, Processos e Resultados).

Em 2021 algumas ações programadas e concretizadas permitiram ao Banco dar passos qualitativos em direção do seu ideal de “Excelência” em cada eixo estratégico.

CLIENTES

Tendo em conta a atual conjuntura, que exige medidas restritivas em termos de circulação e acesso às instalações do Banco, a melhoria das condições de acesso aos produtos e serviços por via eletrónica e por internet tornou-se uma das prioridades. Para permitir que os clientes possam realizar levantamentos dos seus depósitos de forma mais cómoda e evitar longas filas de espera, que surgiram nesta conjuntura, para aceder à agência, o Banco investiu no aumento do seu parque de ATM e TPA/POS. Foi também lançado o aplicativo móvel da internet-banking o que foi um salto qualitativo neste serviço, permitindo ao cliente, para além de uma interface mais amigável em termos de navegação no interior da página, confere também ao cliente maior comodidade e praticidade de acesso aos serviços do banco numa razão temporal de 24 horas por dia e 7 dias por semana. Campanhas de marketing foram realizadas para explicar aos clientes as vantagens oferecidas pelos canais digitais de acesso aos produtos e serviços do banco.

CAPITAL HUMANO

O bom desempenho alcançado pelo Banco ao longo dos anos e em particular nas conjunturas adversas, como a que se vive, deve-se a um dedicado capital

humano focado e determinado em continuar a fazer do BISTP a melhor instituição financeira do mercado em todos os aspetos. Sendo o capital humano um dos nossos ativos mais valiosos e um dos fatores de sucesso, neste contexto de pandemia os focos continuaram virados para a proteção dos colaboradores, tendo-se por isso mantido as medidas de segurança sanitárias, como utilização de máscaras nas instalações, desinfeção das mãos à entrada e realização de reuniões preferencialmente por via telemática quando os participantes são numerosos. O Banco também fez a distribuição de máscaras para os colaboradores e material de desinfeção. Essas medidas permitiram assegurar a continuidade das atividades do banco dentro de um quadro de segurança para os colaboradores e para os clientes.

Não obstante os constrangimentos impostos pela pandemia o banco, neste ano de 2021, avançou com uma ação de formação visando o reforço das competências técnicas e teóricas dos gestores de primeira linha no domínio da gestão corporativa. A ação de formação foi preparada pelo ISEG - Portugal e ministrada de 19 julho a 04 outubro.

PROCESSOS INTERNOS

A colocação em funcionamento do projeto do workflow de crédito em 2020 foi um passo importante dado na digitalização dos processos mais críticos na atividade do banco. Em 2021 procedeu-se a algum up-grade desta aplicação de forma que a mesma esteja em medida de atender satisfatoriamente às expectativas em termos de digitalização do essencial do processo de crédito. Foram também identificadas novas necessidades de digitalização, cuja implementação está prevista para 2022, nomeadamente o processo de gestão de reclamações, gestão de emissão de transferências para o exterior e

processo de reconciliação das transações que ocorrem na rede dobra 24, com cartão de débito e cartão da Rede Visa.

Resultados

Os efeitos dos constrangimentos económicos gerados pela pandemia do Covid-19 são visíveis na economia real e foram sentidos ao longo de todo o ano de 2021. Não obstante o Banco, através de toda a sua equipa, conseguiu uma vez mais demonstrar a sua versatilidade, capacidade de compreensão da conjuntura, e, rápida adaptação à mesma.

Com um modelo de negócio cuja estratégia está orientada para atender às expectativas de todos que lhe dão vida (Clientes, Colaboradores, Acionistas e a Sociedade) o Banco tem conseguido, de forma consistente, resultados satisfatórios que têm concorrido para o fortalecimento dos seus rácios de solidez e liquidez, permitido avanços em direção do seu ideal de “Excelência”.

Apesar das quedas registadas na carteira de crédito, nota-se que as diversificações nas fontes de receitas do banco permitiram o alcance de um resultado positivo e superior ao registado no ano transato. Os rácios de solidez e de eficiência também melhoraram face ao ano transato em 2,31 pp e 4,40 pp, respetivamente tendo-se fixado em 30,82% e 62,73%.

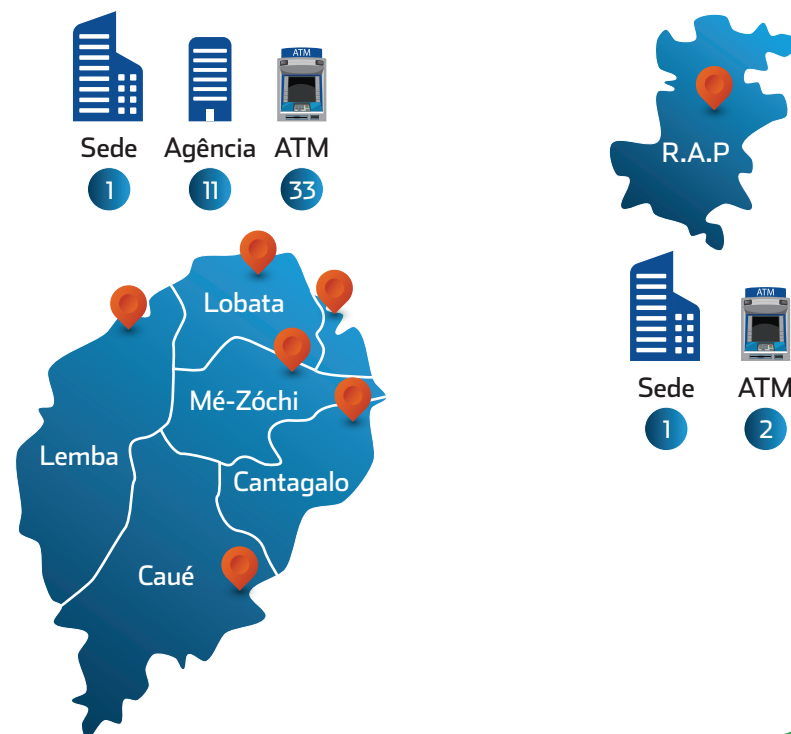
5.2 PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAL DE DISTRIBUIÇÃO

O BISTP, como a maior instituição financeira do mercado, e, imbuída da importante missão de contribuir de modo imperativo para o desenvolvimento económico e social nacional, tendo em perspetiva o alcance do equilíbrio entre rentabilidade, crescimento sustentado, solidez financeira, liquidez e controlo

de risco, tem procurado levar os serviços financeiros a todo o País, de forma que toda a população sem exceção possa aceder e usufruir dos benefícios dos serviços financeiros.

Em 2021 foram dados os primeiros passos para a concretização da desejada ambição de ter uma agência em todos os distritos do País. Hoje o Banco está presente com uma agência em 4 dos 7 distritos do País, no entanto, apesar de ainda não ter uma agência em todos distritos, a presença do Banco já é visível através das Áreas Automáticas/ATM que estão instaladas do norte ao sul do País, cobrindo já todos os distritos.

BISTP: Presença no País





06

PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2021

6.1 BANCA DE RETALHO: PARTICULARES

O recrudescimento de novos casos de Covid-19 em 2021 acentuou a conjuntura económica adversa. Numa conjuntura como esta, os desafios para promover a manutenção ou o crescimento da carteira de crédito e outros produtos financeiros semelhantes são enormes.

As empresas, em particular do setor turístico, continuam em dificuldades e as famílias viram o seu poder de compra cair com o aumento da inflação. A visível desaceleração da atividade económica tem potenciado o aumento de risco de crédito.

A contração da carteira de crédito no segmento dos particulares, na ordem de -3,7% em 2021 em relação ao ano transato, é o reflexo da acentuação do arrefecimento da atividade económica em 2021. Contudo, o peso do volume de crédito deste segmento passou a representar 58,52% do crédito global do banco, contra 53,7% em 2020, sendo esta variação reveladora de uma maior estabilidade ao nível da carteira de crédito neste segmento, caracterizado por ser menos volátil em comparação com o segmento de empresas. Por essa característica de menor volatilidade, a Banca de Retalho continua tendo um papel preponderante na garantia de maior capacidade de resiliência ao modelo de negócio do banco em geral.

A carteira de depósitos para este segmento, conheceu um crescimento na ordem de 4,61%, fazendo com que o seu peso no total da carteira de depósitos (depósitos à ordem e a prazo) aumentasse para 42,82%, sendo um crescimento em 6,07 pontos percentuais face a 2020.

O peso dos clientes particulares no volume total de crédito e depósitos

combinados passou a ser de 47,41% contra 41,66% em 2020. Este segmento tem-se revelado muito importante na estratégia de diversificação do risco e no reforço da capacidade de resiliência da atividade do banco, em resultado de uma maior heterogeneidade dos clientes particulares.

Depósitos

Os depósitos neste segmento registaram uma variação na ordem de -1,4%, sendo que a mesma decorre da redução registada ao nível dos depósitos a prazo (-19,47%). Os depósitos à ordem, que são passivos não remunerados, registaram, pelo contrário, uma expansão na ordem de +5,25%.

Particulares (Carteira de Depósitos de Clientes)				Variação	
	2018	2019	2020	20.vs.19	21.vs.20
Depósitos de Clientes (excluídos juros a pagar)					
Depósitos a Ordem	650.473.038	684.642.749	731.092.367	5,25%	6,78%
Depósitos a Prazo	239.391.818	192.792.798	186.763.132	-19,47%	-3,13%
Total de Depósitos de Clientes	889.864.855	877.435.547	917.855.499	-1,40%	4,61%

Montante em STN

Os depósitos neste segmento fixaram-se em mSTN 917.855, traduzindo-se num crescimento de mSTN 40.419 face a 2020, ou seja +4,61%.

O crescimento dos depósitos à ordem em +6,78% face a 2020, mesmo em período de crise, reflete a estabilidade da carteira de depósitos neste segmento e a confiança que os clientes depositam na solidez da Instituição.

Importa salientar a situação de fragilidade financeira ou falência das instituições financeiras mais pequenas que se tem vindo a registar ao longo dos anos em S. Tomé e Príncipe.

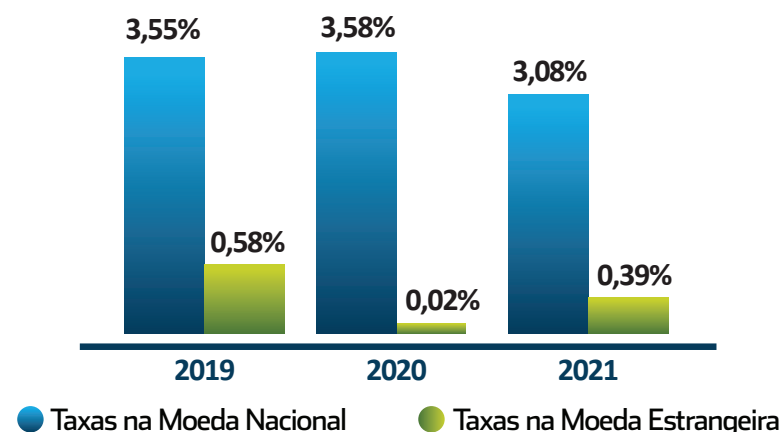
Com este crescimento, o peso dos depósitos à ordem em 2021, passou a 79,7% no total dos depósitos neste segmento, contra 20,3% dos depósitos a prazo.

Relativamente aos depósitos a prazo, verifica-se uma contração na taxa média ponderada em STN, resultante de uma política de aplicação de taxas de captação mais baixas, justificada pela situação de excesso de liquidez que se regista no mercado financeiro, sendo que a problemática do excedente de recursos não aplicados agrava-se numa conjuntura de crise em que crédito bancário regista contrações.

Os depósitos a prazo em curso com maturidades mais longas, não são impactados pela política de taxas mais baixas, razão pela qual, constata-se que a taxa média ponderada está a ser mais influenciada pelos contratos mais antigos.

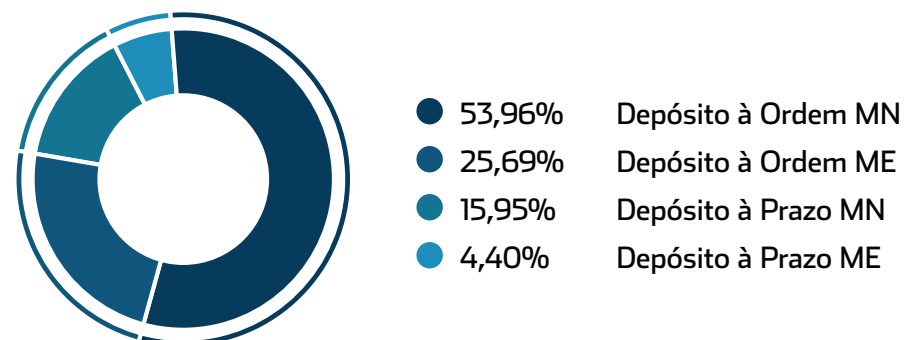
Maturidade dos Depósitos a prazo 2021		
Maturidade dos contratos de depósitos a prazo	Capital	Taxa Média Ponderada
Até 6 meses	14.228.872	0,94%
De 6 a 12 meses	21.528.580	0,96%
Mais de 12 meses	151.046.208	3,72%
Total	186.803.661	3,08%

TAXA DE CAPTAÇÃO POR GRUPO DE MOEDAS (MÉDIA PONDERADA)



No que toca à composição dos depósitos por moeda, salienta-se a existência de uma maior predominância de depósitos em moeda nacional (69,91% do total dos depósitos) face ao depósito em moeda estrangeira (30,09%).

PESO DOS DEPÓSITOS POR MOEDA



Crédito

O volume da carteira de crédito neste segmento, em 2021, conheceu uma contração na ordem de -3,7% face a 2020, correspondendo a uma redução em termos absolutos de -mSTN 19.959.

Carteira de Crédito	2019		2020		2021		Variação			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	20 Vs. 19		21 Vs. 20	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	5.374	459.860.185	4.906	435.122.522	5.227	417.224.846	-8,7%	-5,4%	6,5%	-4,1%
Crédito Irregular	178	79.052.870	511	102.592.394	224	100.910.037	187,1%	29,8%	-56,2%	-1,6%
Descobertos	2.763	1.138.709	3.304	1.138.265	7.435	758.710	19,6%	0,0%	125,0%	-33,3%
Total da Carteira de Créditos	8.315	540.051.764	8.721	538.853.181	12.886	518.893.593	4,9%	-0,2%	47,8%	-3,7%

O volume de crédito em situação regular registou uma contração (-4,1%). De igual modo o crédito de risco registou uma contração na ordem de -1,6%. A maior contração do crédito regular é o reflexo da conjuntura de estagnação de atividade económica que caracterizou o ano de 2021.

Carteira de Crédito	Carteira de Crédito - Regular						Variação			
	2019		2020		2021		20 Vs. 19		21 Vs. 20	
Crédito Regular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Habitação c/ Garantia Hipotec.	155	102.327.901	145	94.137.240	134	76.260.057	-6,5%	-8,0%	-7,6%	-19,0%
Consumo	1.507	74.838.171	1.328	72.401.459	1.559	81.710.489	-11,9%	-3,3%	17,4%	12,9%
Automóvel	10	2.410.899	11	3.547.379	13	4.229.712	10,0%	47,1%	18,2%	19,2%
Saúde	15	1.200.318	7	394.810	7	579.927	-0,5333	-67,1%	0,0%	46,9%
Outros créditos a particulares	3.687	279.082.896	3.415	264.641.635	3.514	254.444.661	-7,4%	-5,2%	2,9%	-3,9%
Total Crédito Regular (1)	5.374	459.860.185	4.906	435.122.522	5.227	417.224.846	-8,7%	-5,4%	6,5%	-4,1%

Ao nível da carteira de crédito em situação regular, verifica-se uma contração na finalidade crédito habitação na ordem de -19%. O crédito para aquisição de automóveis, conheceu um crescimento em volume em torno de 19,2% e o crédito ao consumo um crescimento na ordem de 12,9%. “Outros créditos a particulares”, que geralmente contém também os créditos destinados a investimentos em pequenos negócios de particulares, registou uma contração na ordem de -3,9%.

Num ambiente económico menos favorável, as recuperações de crédito em situação de incumprimento tornam-se ainda mais difíceis e há um aumento potencial de risco de novos créditos entrarem em incumprimento. Em face das dificuldades de recuperação, agravadas pela conjuntura e pelo aumento potencial do risco de incumprimento, o Banco tem instituído como política, o acompanhamento regular dos clientes feito ao nível das agências e gestores e, ação de recuperação de crédito nos casos mais complexos, liderada pelo Gabinete Jurídico e Recuperação.

Não obstante a conjuntura, o crédito irregular registou uma contração na ordem de -1,6% face a 2020. No tocante ao crédito em contencioso, importa salientar que a extrema morosidade dos tribunais (para não dizer inoperacionalidade) no tratamento destes processos de crédito, torna a recuperação por esta via praticamente ineficaz e um grande fator condicionador do sucesso nos esforços de recuperação.

Carteira de Crédito - Irregular							Variação			
Carteira de Crédito Crédito Irregular	2019		2020		2021		20 Vs. 19		21 Vs. 20	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Com atrasos > 90 dias	24	24.621.925	27	30.319.714	34	44.421.860	12,5%	23,1%	25,9%	46,5%
Habituação com Garantia Hipotecária	41	1.298.817	127	5.204.168	45	2.701.035	209,8%	300,7%	-64,6%	-48,1%
Consumo	1	1.004.656	3	1.789.955	2	1.005.441	200,0%	78,2%	-33,3%	-43,8%
Automóvel	2	67.659	0	-	1	147.854	-1	-100,0%	-	-
Saúde	75	22.844.115	320	40.927.921	109	23.851.478	326,7%	79,2%	-65,9%	-41,7%
Outros	143	49.837.171,38	477	78.241.757,40	191	72.127.667,77	233,6%	57,0%	-60,0%	-7,8%
Total de créditos com atrasos > 90 dias										
Contencioso										
Habituação com Garantia Hipotecária	6	6.637.782,25	7	7.103.188,87	6	7.405.815,71	16,7%	7,0%	-14,3%	4,3%
Consumo	8	3.418.740,64	9	3.292.084,19	8	3.153.040,07	12,5%	-3,7%	-11,1%	-4,2%
Outros	21	19.159.175,74	18	13.955.363,50	19	18.223.513,69	-14,3%	-27,2%	5,6%	30,6%
Total de créditos em contencioso	35	29.215.698,63	34	24.350.636,56	33	28.782.369,47	-2,9%	-16,7%	-2,9%	18,2%
Total Crédito Irregular (2)	178	79.052.870,01	511	102.592.393,95	224	100.910.037,24	187,1%	29,8%	-56,2%	-1,6%

Montante em STN

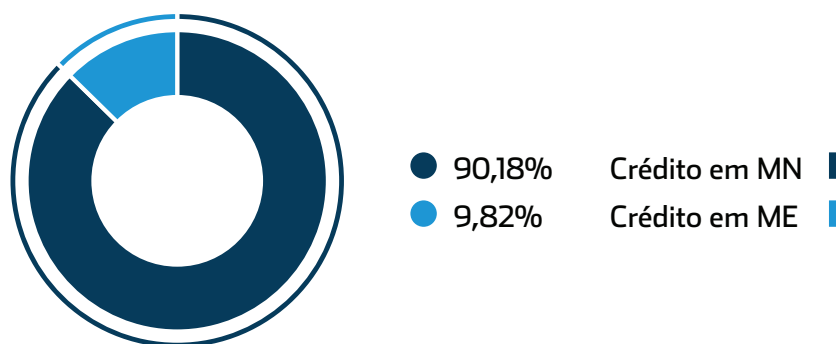
Do ponto de vista da evolução da qualidade de crédito é possível elencar os seguintes aspetos:

- Aumento, embora marginal, do peso do crédito irregular no total de crédito deste segmento, passando de 19,04% em 2020 para 19,45% em 2021, justificado em grande medida pela maior contração do crédito regular (-7,8%) quando comparado com o crédito irregular que contraiu em -1,6%.
- Aumento do nível de cobertura do crédito total (Regular e Irregular) pela provisão, neste segmento, situando-se em 17,0%, contra 15,2% em 2020.

- O crédito de risco classificado na categoria de crédito em atraso por mais de 90 dias fixou-se em mSTN72.127, contra mSTN78.241 em 2020, ou seja, uma contração de -7,8%.
- O crédito em contencioso (crédito em tribunal) conheceu um crescimento (+18,2%), tendo passado de mSTN24.351 para mSTN 28.782.
- O banco tem mantido uma política de provisão muito prudente e rigorosa, tendo o essencial de crédito em situação irregular devidamente provisionado. Em 2021, a cobertura de provisão para cobrança duvidosa sobre a carteira irregular era de 78%, sendo um crescimento em 8 pontos percentuais face a 2020.

Relativamente à evolução de crédito por moeda, a estratégia continua sendo a de ajustar a moeda em que o financiamento é concedido à moeda de rendimento do cliente. Como o essencial do rendimento dos clientes é na moeda local (Dobra), tem-se registado um maior peso do crédito na moeda local em detrimento da moeda estrangeira.

PESO DOS CRÉDITOS POR MOEDA



6.2 BANCA CORPORATIVA: EMPRESAS E INSTITUIÇÕES

As empresas da área de turismo e serviços conexos continuam sendo as mais afetadas pelas consequências económicas e sanitárias causadas pela pandemia. Apesar de uma tímida retoma das atividades turísticas, o nível da atividade turística ainda é muito baixo.

Em face de uma conjuntura pouco favorável, as empresas reduziram também a procura de financiamento bancário, quer para rotação do stock quer para investimento/expansão de negócios.

Neste cenário pouco animador e de risco tendencialmente crescente, o banco tem mantido a sua estratégia de concessão de créditos, mas ajustada às necessidades e ao momento das empresas.

O segmento **Empresas e Instituições** tem um peso respetivamente de 41,5% e 57,2% do total da carteira de crédito e de depósitos em 2020.

Depósitos

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2021 uma contração na ordem de -18,77%, sustentado pela redução em -18,77% dos depósitos à ordem e -18,95% dos depósitos a prazo.

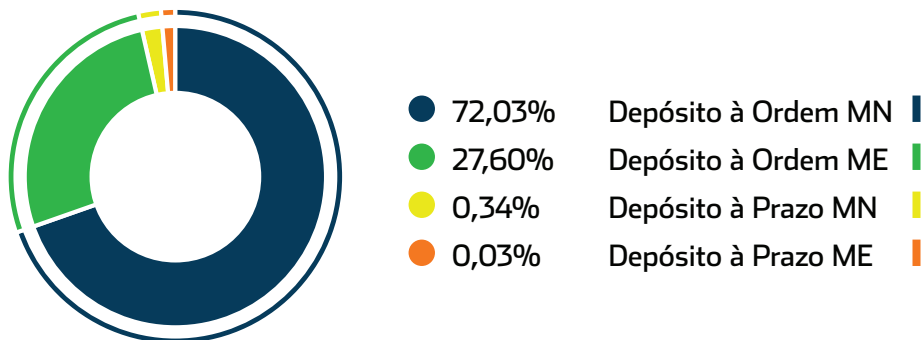
Esta magnitude de variação dos depósitos verificada, evidencia uma certa concentração e menor estabilidade dos depósitos a prazo neste segmento.

Empresas (Carteira de Depósitos de Clientes)

	2018	2019	2020	Variação	
				20.vs.19	21.vs.20
Carteira de Depósitos (excluído os juros a pagar)					
Depósitos a Ordem	1.264.507.965	1.504.653.357	1.222.229.779	18,99%	-18,77%
Depósitos a Prazo	43.803.535	5.639.651	4.571.150	-87,13%	-18,95%
Total de Depósitos de Clientes	1.308.311.501	1.510.293.009	1.226.800.929	15,44%	-18,77%

No que se refere à composição dos depósitos por moeda, nota-se que os depósitos em moeda nacional representam 80,0% do total dos depósitos, contra 76,6% em 2020.

PESO DOS DEPÓSITOS POR MOEDA

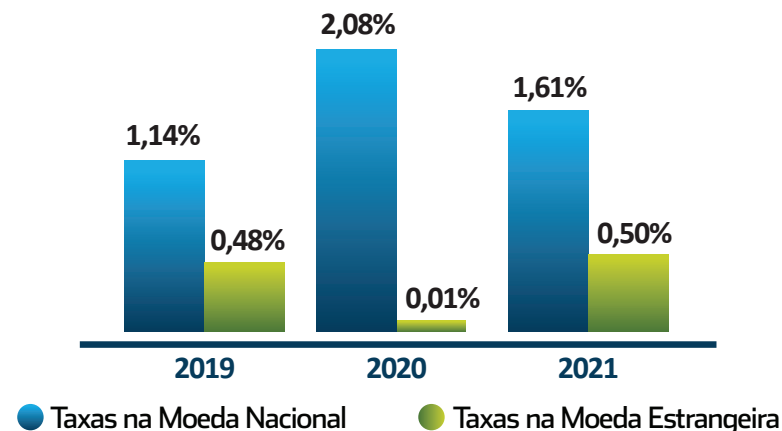


As taxas médias de captação para este segmento mantêm-se baixas, tendo caído em 0,34 pp, quando comparado com o ano de 2020. Os depósitos a prazo deste segmento são mais voláteis e os seus titulares tendem, geralmente, ir à procura de melhores rentabilidades.

Maturidade dos depósitos a prazo 2021

Maturidade dos contratos de depósitos a prazo	Capital	Taxa Média Ponderada
Até 6 meses	1.605.000	1,00%
De 6 a 12 meses	360.388	1,00%
Mais de 12 meses	2.565.232	2,13%
Total	4.530.621	1,56%

TAXA DE CAPTAÇÃO POR GRUPO DE MOEDAS (MÉDIA PONDERADA)



Crédito

O crédito à economia conheceu uma contração (-11,16%), o que em termos absolutos representou uma redução de mSTN58.354. Esta evolução vem evidenciar o impacto da conjuntura adversa na procura de crédito bancário por parte das empresas, mas também é explicada em parte pela amortização parcial /liquidação antecipada de alguns créditos de valores significativos.

Ainda assim, o BISTP tem estado atento às poucas oportunidades de negócios que surgem e tem dado uma atenção particular a este segmento, procurando soluções de financiamento mais adequadas ao contexto económico e à situação de cada empresa, em particular.

Carteira de Crédito	2019		2020		2021		Variação			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	20 Vs. 19		21 Vs. 20	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	74	240.789.113	63	295.024.113	54	227.172.230	-14,9%	22,5%	-14,3%	-23,0%
Crédito Irregular	41	144.895.246	42	152.558.391	53	138.019.645	2,4%	5,3%	26,2%	-9,5%
Descobertos	65	137.229.460	90	16.977.259	142	2.629.650	38,5%	-87,6%	57,8%	-84,5%
Total da Carteira de Créditos	180	522.913.819	195	464.559.763	249	367.821.525	8,3%	-11,2%	27,7%	-20,82%

Montante em STN

Carteira de Crédito - Regular							Variação			
Carteira de Crédito	2019		2020		2021		20 Vs. 19		21 Vs. 20	
Crédito Regular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Comercio	32	52.512.362	26	52.851.735	20	46.685.710	-18,8%	0,6%	-23,1%	-11,7%
Construção	8	35.010.383	7	33.493.924	5	44.199.544	-12,5%	-4,3%	-28,6%	32,0%
Serviços	21	58.228.572	16	44.756.272	18	34.684.464	-23,8%	-23,1%	12,5%	-22,5%
Agricultura	3	1.958.960	3	2.055.503	3	1.546.313	0,0%	4,9%	0,0%	-24,8%
Outros (Empresas; instituições										
Públicas e Outras empresas privadas)	10	93.078.837	11	161.866.680	8	100.056.199	10,0%	73,9%	-27,3%	-38,2%
Total Crédito Regular	74	240.789.113	63	295.024.113	54	227.172.230	-14,9%	22,5%	-14,3%	-23,0%

Montante em STN

Denota-se uma contração de crédito em todos os setores com exceção do setor da construção, evidenciando uma conjuntura económica adversa e transversal a quase todos os setores de atividades.

Carteira de Crédito - Irregular							Variação			
Carteira de Crédito	2019		2020		2021		20 Vs. 19		21 Vs. 20	
Crédito Irregular	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Com atrasos > 90 dias	9	26.996.364	5	4.303.038	17	17.731.648	-44,4%	-84,1%	240,0%	312,1%
Comercio	1	307.870	3	2.907.185	5	4.198.803	200,0%	844,3%	66,7%	44,4%
Construção	3	303.428	4	3.309.240	4	1.885.134	33,3%	990,6%	0,0%	-43,0%
Serviços	2	1.068.635	1	684.746	3	1.397.895	-50,0%	-35,9%	200,0%	104,1%
Agricultura	2	51.294	3	976.015	1	393.310	50,0%	1802,8%	-66,7%	-59,7%
Outros	17	28.727.590	16	12.180.224	30	25.606.790	-5,9%	-57,6%	87,5%	110,2%
Total de créditos com atrasos > 90 dias										
Contencioso										
Comercio	14	79.335.200	17	103.633.461	14	75.493.232	21,4%	30,6%	-17,6%	-27,2%
Construção	2	23.120.326	2	23.120.326	2	23.120.326	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Serviços	5	9.179.163	5	9.093.531	5	9.268.448	0,0%	-0,9%	0,0%	1,9%
Agricultura	1	184.688	1	184.688	1	184.688	0	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	2	4.348.279	1	4.346.160	1	4.346.160	-50,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total de créditos em contencioso	24	116.167.656	26	140.378.167	23	112.412.855	8,3%	20,8%	-11,5%	-19,9%
Total Crédito Irregular (2)	41	144.895.246	42	152.558.391	53	138.019.645	2,4%	5,3%	26,2%	-9,5%

Montante em STN

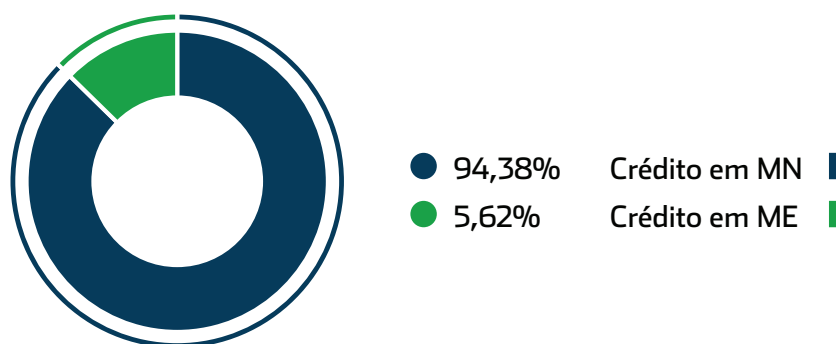
Em termos gerais o crédito irregular conheceu uma contração na ordem de -9,5%, levado pela redução do crédito em contencioso na ordem de -19,9%, decorrente da recuperação de alguns créditos em contencioso por via extrajudicial.

No tocante à qualidade da carteira neste segmento, salienta-se que os esforços investidos num melhor acompanhamento e recuperação de crédito, as condições do mercado (fraca atividade económica) e judiciais (excesso de morosidade/inoperacionalidade no tratamento judicial dos contenciosos) continuam a condicionar melhores resultados em termos de recuperação dos créditos em situação irregular, em particular dos créditos em contencioso. Em resultado das condicionantes atrás mencionadas, o peso do crédito irregular sobre o total de crédito neste segmento ainda é elevado (37,5%), apesar da contração do crédito irregular neste segmento. Quando comparado com o ano de 2020, constata-se uma deterioração do rácio de qualidade de crédito em 4,7 pontos percentuais.

Em termos de provisão, destaca-se a manutenção de uma política prudencial e rigorosa com a provisão total a cobrir 37,8% do crédito total deste segmento e a provisão para cobrança duvidosa a cobrir cerca de 98,4% do crédito irregular (crédito em atraso superior a 90 dias e em contencioso), traduzindo-se num aumento do rácio de cobertura em 3,9 pontos percentuais, quando comparado com 2020.

No tocante à composição de crédito por moeda, nota-se que em 2021, o crédito em moeda nacional tinha um peso de 94,38% contra 95,49% em 2020. Este peso do crédito na moeda nacional resulta da política do BISTP em fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional, relacionar a moeda em que os financiamentos são concedidos com a moeda dos rendimentos dos clientes, mas, também, para reduzir a exposição do banco às flutuações das taxas indexantes (Euribor e Libor).

PESO DOS CRÉDITOS POR NATUREZA DE MOEDA



6.3 BANCA ELETRÓNICA (CARTÃO DE DÉBITO E E-BANKING)

Os condicionalismos impostos pela pandemia do Covid-19 concorreram para estimular maior interesse/necessidade dos clientes na utilização dos serviços bancários por via eletrónica. De forma a responder ao crescente interesse no serviço de banca eletrónica, o BISTP intensificou os seus investimentos na compra de equipamentos (ATM e TPA/POS), lançamento de uma APP do serviço de internet banking, produção de campanhas publicitárias sobre as vantagens que proporcionam estes serviços, em particular no que diz respeito

à comodidade e rapidez num período em que a mobilidade das pessoas estava restringida por questões de segurança.

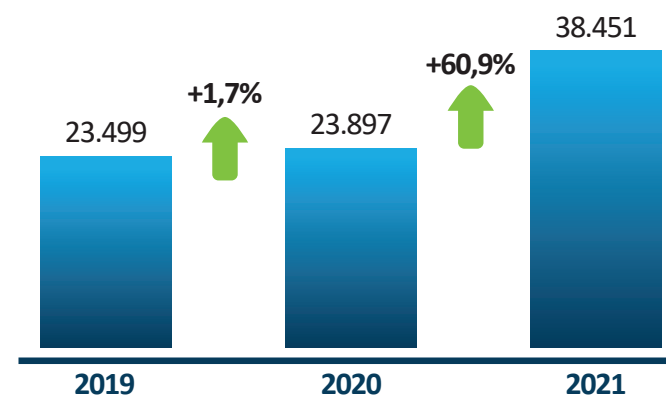
Cartão de Débito – “Dobra 24”

No âmbito da política de massificação da banca eletrónica, o Banco continua promovendo estímulos à subscrição e utilização dos serviços eletrónicos. A adesão ao cartão de débito, TPA/POS e internet banking continua sendo estimulada no ato de abertura de conta e também através de venda cruzada, em particular com as operações de crédito.

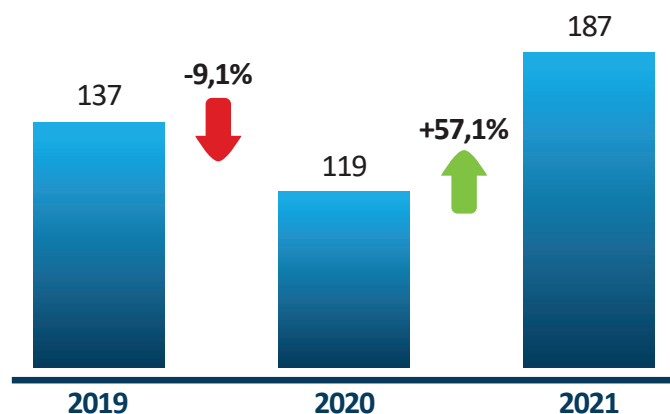
A dinamização comercial e marketing, visando maior disseminação dos serviços eletrónicos, tem concorrido para o aumento gradual do número de clientes utilizadores da banca eletrónica.

Com a pandemia houve maior procura por parte dos clientes na adesão ao TPA/ POS. Em 2021 o número de equipamentos POS instalados cresceu na ordem de 57% face a 2020.

CARTÕES DE DÉBITO (NÚMERO)



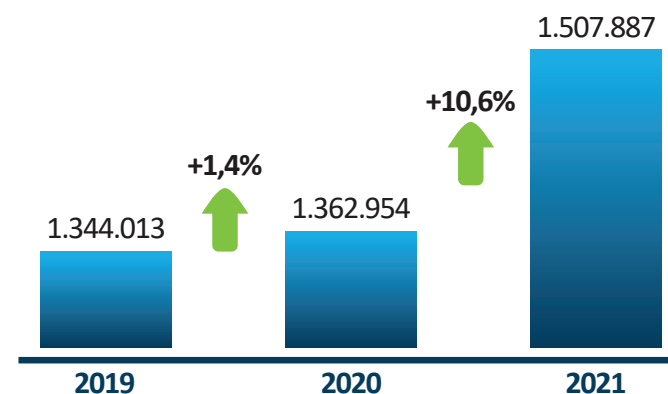
TPA/POS (NÚMERO)



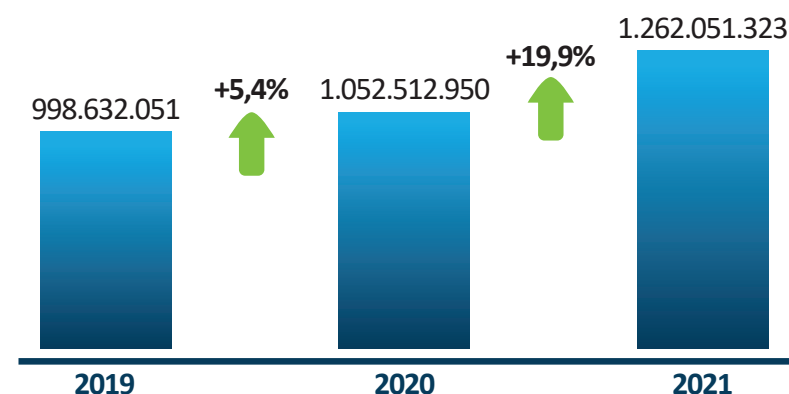
Ainda no que concerne à promoção visando o maior uso de cartões, à imagem dos anos anteriores, foi realizada, no mês de dezembro, a já tradicional campanha promocional “Compra Fácil, é com cartão BISTP” que tem visado o incentivo ao uso de cartões de débito nas compras.

Com o efeito dessas campanhas e aumento do número de cartões de débito, estamos a registar um aumento anual tanto do número como no volume de transações. O número total de transações efetuadas nas ATM e TPA/POS foram de 1.507.884, representando um crescimento de 10,6% e o volume transacionado foi de mSTN 1.262.051.323, isto é, mais 19,9% que no ano de 2020.

NÚMERO DE TRANSAÇÕES (ATM E POS)



VOLUME DE TRANSAÇÕES (ATM E POS)



Além deste serviço oferecer maior comodidade ao cliente, tem o grande potencial de ir permitindo ao Banco reduzir o atual nível elevado de afluência dos clientes ao balcão para realizarem operações de levantamento, transferências e consultas de saldos e de movimentos na conta.

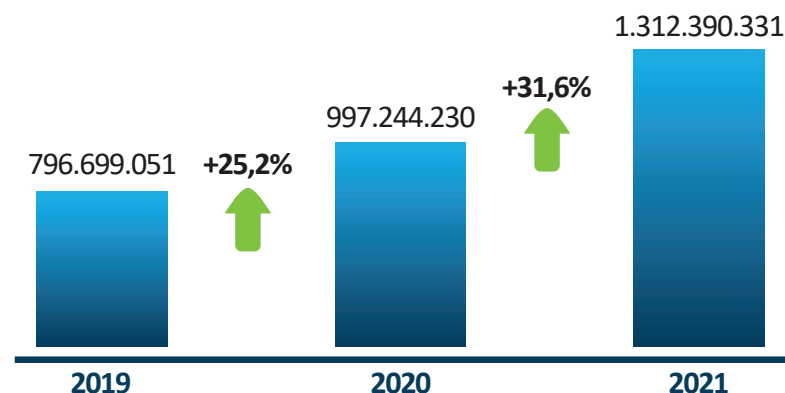
E-banking (Kwa-Non)

O número de usuários do serviço internet banking (kwa-Non) tem, de igual modo, vindo a crescer, assim como o número e o volume de transações realizadas neste canal.

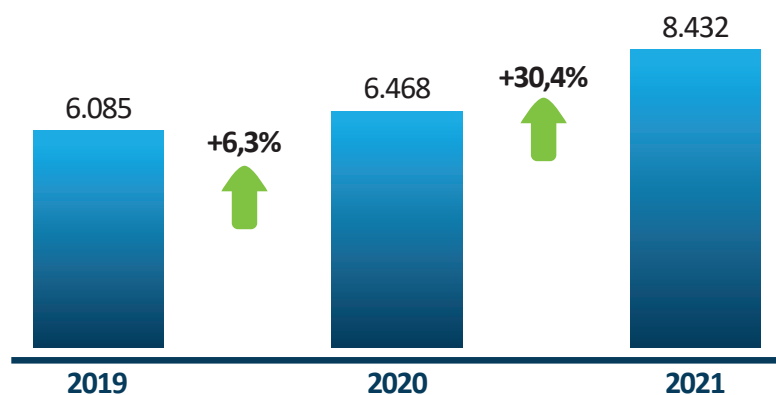
O lançamento do aplicativo móvel deste serviço, irá concorrer para maior utilização deste canal nos próximos tempos para aceder aos serviços bancários.

Em termos de utilizadores regista-se um crescimento na ordem de 30,4% em 2021, quando comparado com 2020 e o volume de transação efetuado a partir deste canal cresceu na ordem de 31,6% face a 2020.

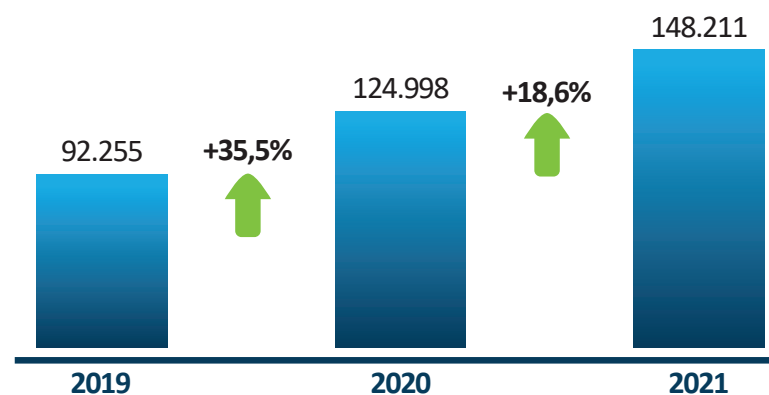
VOLUME DE TRANSAÇÕES (EM STN)

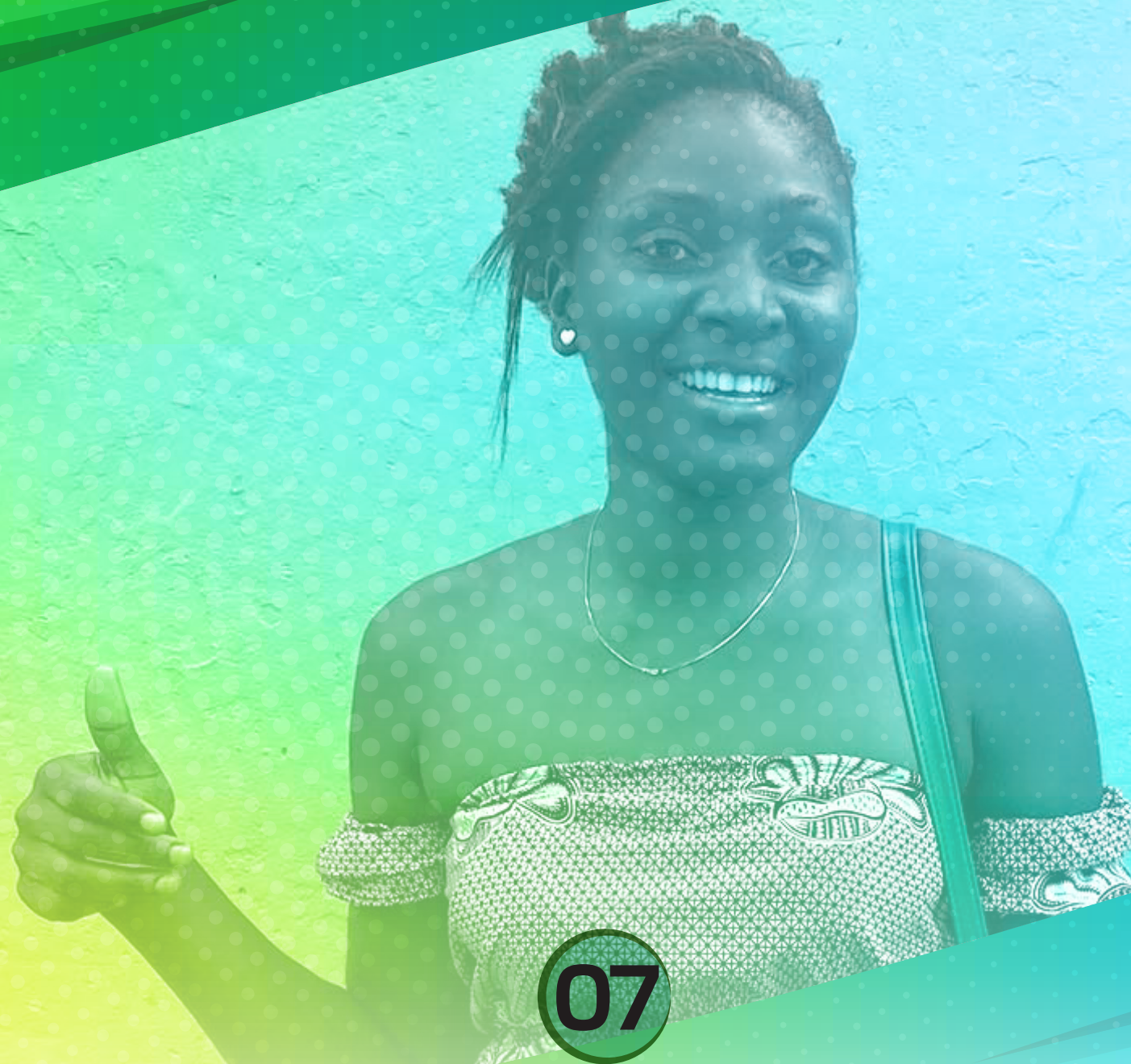


CONTRATOS E-BANKING



NÚMERO DE TRANSAÇÕES





07

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO

GABINETE DE GESTÃO DE RISCO (GRN)

Ao longo do ano 2021, não obstante a pandemia COVID-19, o Banco prosseguiu com a disseminação e aperfeiçoamento do Sistema de Controlo Interno, visando responder às exigências do sistema financeiro nacional, bem como internacional.

APETÊNCIA PELO RISCO

O BISTP desenvolve as suas atividades de negócios com prudência e de forma controlada e sustentável, e, procura sempre adequar e compatibilizar os objetivos fixados para o negócio e os níveis de tolerância ao risco definidos em função da sustentabilidade e rentabilidade de médio-longo prazo. E, o período de incerteza que o mundo atravessa, muito devido aos impactos da COVID-19, tem levado o Banco a afinar ainda mais o seu nível de exigência.

Assim, o Banco tem definido e implementado controlos e limites para os riscos que considera serem materialmente relevantes aos quais a sua atividade se encontra exposta. Este processo é suportado a partir da “Declaração de Apetência pelo Risco” – o RAS (Risk Appetite Statement) cujos princípios gerais assentam em declarações qualitativas que definem a estratégia de risco do Banco. Estes princípios estão alinhados com a estratégia de negócio e do entendimento dos trade-offs de risco-benefício resultantes e, fazem parte da cultura e estratégia do Banco, suportando todas as suas atividades.

A Apetência pelo Risco está especificada por declarações qualitativas e por métricas quantitativas, quer no global quem em cada categoria de risco.

Para cada métrica, foram definidos até quatro valores: Objetivo – define o nível

ótimo de risco que cada unidade de negócio define no seu processo de planeamento por forma a cumprir com os objetivos estratégicos estabelecidos; Tolerância - determina um nível de risco preocupante que deve resultar na consideração de medidas corretivas; Limite - representa um nível de risco que constitui ameaça séria ao negócio e que, portanto, requer ação imediata; Trigger do Plano de Recuperação: define um nível associado à avaliação da necessidade de lançamento, por parte da gestão do Banco, de medidas de recuperação.

Todos os limites de risco são aprovados pelos órgãos de Governance competentes definidos nos normativos internos, sendo periodicamente revistos e atualizados.

ESTRATÉGIA DE RISCO

A delimitação do apetite de risco, traduzida no RAS, enquanto o conjunto primordial de indicadores que traduzem e materializam o apetite pelo risco, constitui um dos vetores orientadores da “Estratégia de Risco” do BISTP, sendo esta aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, sob proposta do Gabinete Risco e Normas, sendo previamente apreciada pela Comissão Executiva (CE) e pela Comissão de Riscos (CR). Com efeito, a partir do RAS, são estabelecidas as principais linhas de ação a desenvolver pelo Banco por forma a endereçar a mitigação ou controlo de todos os riscos materiais identificados. O conjunto destas linhas de ação constitui, formalmente, a Estratégia de Risco do Banco.

Logo, o RAS e o Modelo de Governação da Apetência pelo Risco (Risk Appetite Framework) continuam sendo elementos indissociáveis e fulcrais da gestão de

risco do BISTP, ambos visando o controlo e mitigação dos riscos classificados no âmbito do processo de identificação de riscos.

CONTROLO INTERNO

A função de Gestão de Risco continua sendo parte integrante do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Banco, a par das funções de Compliance e de Auditoria Interna, concorrendo desta forma para um ambiente de controlo interno sólido e delimitação de riscos sobre o qual o Banco desenvolve as suas atividades de negócio, bem como as de suporte ao negócio.

No âmbito do SCI, as funções de Gestão de Risco e de Compliance formam o sistema de gestão de risco (SGR) do Banco, que se materializa num conjunto integrado de recursos, normas e processos que contribuem para assegurar um enquadramento apropriado às diferentes naturezas e materialidade dos riscos subjacentes às atividades desenvolvidas, visando alcançar os objetivos de negócio do Banco de forma sustentável e prudente.

Neste âmbito, o SCI e o SGR proporcionam ao BISTP a capacidade para identificar, avaliar, acompanhar e controlar os riscos – internos e/ou externos – a que o Banco se encontra exposto, visando garantir que os mesmos se mantêm em níveis aceitáveis, bem como dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração.

Assim, o SGR corporiza a chamada “2ª Linha de defesa” em relação aos riscos a que as atividades do Banco se encontram expostas. Importa ainda referir que, a 1ª Linha de Defesa é assegurada, no dia-a-dia, por todas as unidades organizacionais do Banco – suportado por um processo de formação e consciencialização quanto aos riscos, bem como na delimitação das atividades

através de um sistema de normas internas (SNI) completo e detalhado – e por último, mas não menos importante, a 3ª Linha de Defesa é desenvolvida através da função de Auditoria Interna, de forma transversal e independente.

COMISSÃO DE RISCOS

A Comissão de Riscos, nomeada pelo CA, é composta por dois Administradores não Executivos e um representante indigitado pelo Acionista BAI, tendo ao seu cargo um conjunto de competências, das quais se realça:

- Aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco do BISTP e a estratégia de risco, gerais, atuais e futuras, da Instituição, tendo em conta todos os tipos de riscos, financeiros e não financeiros, a fim de assegurar que estão harmonizados com a estratégia empresarial, os objetivos, a cultura e os valores empresariais da Instituição;
- Supervisionar a coerência entre todos os produtos e serviços importantes oferecidos aos clientes, bem como o modelo de negócio e estratégia de risco da Instituição, apresentando ao Conselho de Administração planos de correção, quando daquela análise resulte que as referidas condições não refletem adequadamente os riscos;
- Acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a atividade do BISTP, financeiros e não financeiros, designadamente os riscos de negócio e estratégia, de solvência, de liquidez, de taxa de juro, de crédito, de mercado, operacional, de IT, de Compliance e de reputação, cambial e político;
- Avaliar e promover a eficácia e eficiência dos processos de controlo interno

do BISTP, nomeadamente através da avaliação das recomendações de auditores internos ou externos, e monitorizar a devida implementação das medidas adotadas;

Monitorizar a estratégia de risco e a apetência pelo risco do BISTP.

COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO INTERNO

A Comissão de Auditoria e Controlo Interno (CACI), eleita pelo Conselho de Administração, é composta por dois Administradores não Executivos e um representante indigitado pelo Acionista BAI, tendo ao seu cargo um conjunto de competências, das quais se realça:

- Promover e acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos do BISTP, das normas e recomendações emitidas pelas entidades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente;
- Avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna, assegurando o reporte funcional direto desta função;
- Promover a prossecução dos objetivos fundamentais fixados, em matéria de controlo interno e gestão de riscos pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), bem como nas diretivas de supervisão dirigidas às instituições de crédito e sociedades financeiras;
- Acompanhar a atividade da Comissão Executiva;
- Proceder à apreciação crítica do Sistema de Controlo Interno do Banco, acompanhando as avaliações autónomas complementares que são

atribuídas à Função de Auditoria Interna, conforme emanações das autoridades de supervisão e zelando para que a sua eficácia e completude contribuam para a própria eficácia e eficiência do Sistema de Controlo Interno.

RISK OFFICE

O Risk Office é a unidade de estrutura responsável pela função de controlo de risco a nível transversal do BISTP, a função é desenvolvida por um Órgão de Estrutura, nomeadamente Gabinete Risco e Normas – GRN, exceto o risco de Compliance que é tratado na unidade de estrutura própria para o efeito (Gabinete de Compliance). Compete ao GRN informar a Comissão de Riscos do nível de risco, propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os mecanismos que assegurem o cumprimento dos limites aprovados. As funções do GRN, resumidamente descritas e enumerados, são as seguintes:

- Assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências ou melhorar o sistema;
- Aconselhamento e apresentação à Comissão Executiva e à Comissão de Riscos da situação resultante do acompanhamento periódico feito aos riscos em processo de monitorização, bem como indicar se foram tomadas as medidas adequadas para corrigir eventuais deficiências;
- Divulgação de orientações e metodologias de gestão dos riscos aos Órgãos de Estrutura;

- Definição de modelos de reporte para as funções congéneres;
- Monitorização dos riscos e a aplicação das metodologias partilhadas e divulgadas.
- Com a aglutinação da componente de normas, o gabinete passou, também, a desenvolver e atualizar o sistema de normas do Banco, com a introdução de novas normas, bem como atualização das que se mostrarem necessárias. A aglutinação resultou, essencialmente, da unificação da função que vinha sendo assegurada pelo responsável da Gestão de Riscos.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS E REALIZAÇÕES EM 2021

Em 2021, a função de gestão de riscos manteve o enfoque no processo de implementação das métricas programadas, bem como no aperfeiçoamento contínuo do sistema de controlo de riscos já implementado, nomeadamente na monitorização permanente dos níveis de risco a que o Banco está exposto em relação aos limites de tolerância do RAS assegurado, e, ao mesmo tempo, manter o Banco em total conformidade com os requisitos regulamentares e/ou de supervisão e consequentemente mantendo atualizada a estrutura de regulamentação interna que se adequa ao controlo e gestão de riscos.

As atividades mais relevantes desenvolvidas em 2020 foram, grosso modo, as seguintes:

- Participação na atualização contínua do Plano de
- Contingência do BISTP face à pandemia da COVID-19;
- Melhoria Contínua do modelo de governo, medição e controlo de risco ao

nível do Banco;

- Melhoria na eficácia do sistema de controlo interno;
- Melhoria no sistema de controlo de risco de liquidez;
- Atualização de normas internas, resultantes do processo de aglutinação departamental, tendo como princípio aglutinações passíveis de resultar maior eficiência operacional.

RISCO DE CRÉDITO

Este risco consubstancia-se em perdas registadas na carteira de crédito, quer seja por incapacidade dos devedores principais da operação de crédito (Mutuários), ou pelos garantes da operação, caso existam, dos emissores de títulos ou, ainda, das contrapartes de contratos, em cumprir com as suas obrigações creditícias. Por conseguinte, este tipo de risco acaba sendo o mais relevante, representando, no global, a maior fatia da exposição global ao risco do Banco.

Risco de Crédito - Concentração

Maiores Clientes em relação à carteira total com característica de Crédito - Ano 2021

STN	4º Trim.		3º Trim.		2º Trim.		1º Trim.	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
20 maiores clientes*	39%	342.673.769,97	38%	337.113.834,54	39%	354.825.294,97	40%	361.683.757,34
50 maiores clientes*	49%	434.187.128,42	48%	425.397.014,07	49%	443.497.467,06	50%	452.270.276,74
100 maiores clientes*	56%	496.072.216,35	55%	483.336.313,07	56%	501.236.427,79	56%	512.165.885,54
Total da Carteira*	-	886.715.118,13	-	880.693.259,43	-	899.398.546,31	-	906.614.687,72

No capítulo sobre concentração do risco de crédito, o BISTP, ao longo do ano 2021 apresentou níveis de concentração conforme espelhado no quadro acima para cada um dos segmentos, sendo que os 20 maiores clientes (definido por grupo económico) representavam 39% da carteira de crédito do Banco no 4º trimestre. No entanto, esse peso é justificado pela dimensão e especificidade do nosso mercado, que, grosso modo, não permite maior diversificação.

Risco de Crédito - Provisão														
Nível de Provisão da Carteira de Crédito - Ano 2021														
Classe de Risco			4º Trim.			3º Trim.			2º Trim.			1º Trim.		
Tipo/Categoria	Nível	Percentual	Créditos Gerais Total STN	Provisão		Créditos Gerais Total STN	Provisão		Créditos Gerais Total STN	Provisão		Créditos Gerais Total STN	Provisão	
				Absoluto	% (média)		Absoluto	% (média)		Absoluto	% (média)		Absoluto	% (média)
Crédito por Desembolso (A)			886.715.118,13	227.371.586,04	26%	880.693.259,43	225.138.018,41	26%	899.398.546,31	235.987.966,17	26%	906.614.687,72	216.678.777,53	24%
Normal	I	≥ 2% até 9,99%	625.122.017,81	10.235.524,27	2%	615.120.675,17	9.793.628,22	2%	574.227.969,58	8.765.436,36	2%	623.907.786,44	9.717.422,14	2%
Sob Supervisão	II	≥ 10% até 24,99%	23.209.871,62	2.461.719,69	11%	27.860.617,19	2.807.728,87	10%	30.353.689,19	3.161.533,23	10%	54.247.083,09	11.337.074,39	21%
Abaixo do Normal	III	≥ 25% até 49,99%	20.350.940,88	6.662.332,55	33%	16.088.939,87	4.970.669,93	31%	79.830.171,13	22.874.446,18	29%	33.911.982,06	9.319.712,24	27%
Duvidoso	IV	≥ 50% até 99,9%	37.289.318,01	27.269.039,73	73%	36.695.550,19	22.638.514,39	62%	41.966.656,86	28.166.490,85	67%	33.299.947,22	25.056.679,85	75%
Perda	V	100%	180.742.969,79	180.742.969,79	100%	184.927.477,01	184.927.477,01	100%	173.020.059,55	173.020.059,55	100%	161.247.888,91	161.247.888,91	100%
Crédito por Assinatura (B)			34.416.185,05	688.323,70	2%	25.848.687,39	516.973,75	2%	61.107.241,44	1.222.144,83	2%	206.114.585,31	4.122.291,71	2%
Garantia Prestadas			17.145.155,05	342.903,10	2%	17.610.211,85	352.204,24	2%	24.209.011,93	484.180,24	2%	24.980.700,42	499.614,01	2%
Créd. Documentário de Import.			17.271.030,00	345.420,60	2%	8.238.475,54	164.769,51	2%	36.898.229,51	737.964,59	2%	181.133.884,88	3.622.677,70	2%

No capítulo das provisões, o BISTP tem mecanismos internos de monitorização dos níveis de provisão. O processo é feito mensalmente, sendo analisada a situação de cada cliente em função do comportamento registado, quer no relacionamento com o Banco quer na atuação do setor e/ou segmento onde está inserido. Cerca de 70% da carteira de crédito está no nível mais baixo (nível I), do lado oposto temos 20% da carteira no nível V, sendo este nível composto essencialmente por operações já em processo de execução contenciosa (tribunal), e, trata-se de operações antigas, que ainda aguardam o desfecho judicial.

Risco de Crédito – Exposição por agente económico

Exposição por Agente Económico																
Agentes Económicos	4º Trim.				3º Trim.				2º Trim.				1º Trim.			
	Valor Crédito Aplicação em STN (a)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Valor Crédito Aplicação em STN (b)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Valor Crédito Aplicação em STN (c)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Valor Crédito Aplicação em STN (d)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída
(A) ESTADO (CréditoS Empres a Púb. + BT + CD)	465.473.308	103%	-	N.A.	545.740.779	122%	-	N.A.	617.673.414	144%	-	N.A.	596.388.471	131%	-	N.A.
(B) FAMÍLIAS	518.893.593	115%	59%	88.304.495	535.147.611	120%	61%	86.977.870	528.190.493	123%	59%	96.272.718	524.705.497	116%	58%	82.473.835
(C) EMPRESAS PRIVADAS	251.280.635	56%	28%	139.067.091	220.106.384	49%	25%	138.219.404	235.251.902	55%	26%	139.715.248	236.113.893	52%	26%	134.204.942
Total de Exposição Direta (expresso em STN) = A+B+C	1.235.647.536	274%	-	-	1.300.994.775	291%	-	-	1.381.115.808	323%	-	-	1.357.207.862	299%	-	-
Total de Exposição Direta (Expresso em EUR)	50.434.593	-	-	-	53.101.828	-	-	-	56.372.074	-	-	-	55.396.239	-	-	-

No capítulo de afetação dos seus recursos disponíveis, a função de risco faz periodicamente a monitorização das nossas exposições para aferir se estão dentro dos limites internamente definidos e, tem a incumbência de gerar alertas em caso de eventual ultrapassagem dos referidos limites. Os CD's apesar de não consubstanciarem em exposição, pela sua natureza, são considerados para o processo de monitorização.

A PANDEMIA COVID-19

O ano de 2021 foi também abalado pela pandemia da COVID-19 (ainda vivida no início do ano 2022 – altura da elaboração do presente relatório), que acabou por se constituir como sendo um evento de contingência global sem precedentes.

A operacionalidade do Banco, bem como a proteção dos Colaboradores e Clientes, foi assegurada (continua sendo) através da ativação do plano de Contingência para Continuidade do Negócio, decorrente do PCN do Banco (Plano de Continuidade do Negócio), que implicaram adoção de um conjunto de medidas para fazer face aos constrangimentos provocados pela pandemia.

GESTÃO DA CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

A gestão da continuidade do negócio do BISTP está versada no Plano de Continuidade do Negócio que se encontra segmentado, grosso modo, em dois grandes grupos - Plano de Continuidade Operacional e Plano de Recuperação Tecnológica. O processo de disseminação e aperfeiçoamento de cada um dos segmentos continua sendo uma tarefa atual, principalmente no capítulo das novas tecnologias, que devem permitir defesas robustas.

Para o ano de 2022, o GRN prevê a prossecução dos processos, e, a continuação da disseminação da cultura de risco no BISTP.



08

RECURSOS HUMANOS

À semelhança do ano 2020, 2021 também ficou marcado pelo impacto negativo da pandemia Covid-19 que obrigou ao nível de gestão dos RH efetuar adaptações e alterações nos instrumentos de gestão e nas políticas estratégicas definidas. Assim, houve necessidade de alteração da lógica de trabalho, com prioridade ao recurso do sistema de teletrabalho e trabalho por turno.

Sendo assim, o foco da gestão dos RH voltou a centrar-se na gestão preventiva da situação Covid, em articulação com as ações do Security Officer, executando as orientações dos normativos criados para o efeito e do protocolo definido pelas autoridades sanitárias, visando reduzir o risco de contágio dentro da Instituição.

Ao nível de formação, mesmo com os constrangimentos da pandemia, foi possível desenhar e implementar conjuntamente com o ISEG de Portugal, um programa de formação estruturante de carácter híbrido (com módulos presencias & remotos) denominado 'Managing for the Future', concebido para fortalecimento da capacidade de gestão, liderança e adaptação à mudança dos Responsáveis da Instituição. Em concreto contou com a participação dos Diretores, Coordenadores, Gerentes e Sub-Gerentes.

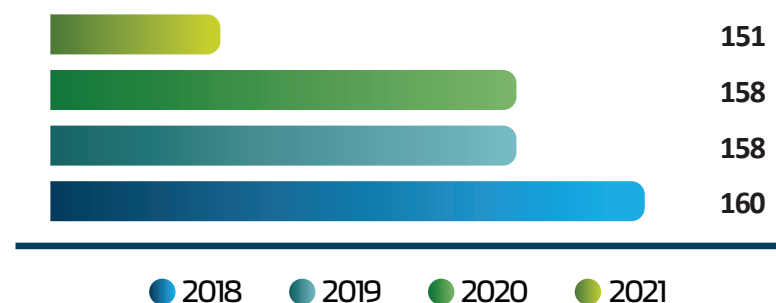
DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULO JURÍDICO

Em 2021 o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 151 colaboradores, dos quais 4 em comissão de serviço e 147 com vínculo efetivo.

VÍNCULO JURÍDICO DO EFECTIVOS 2021



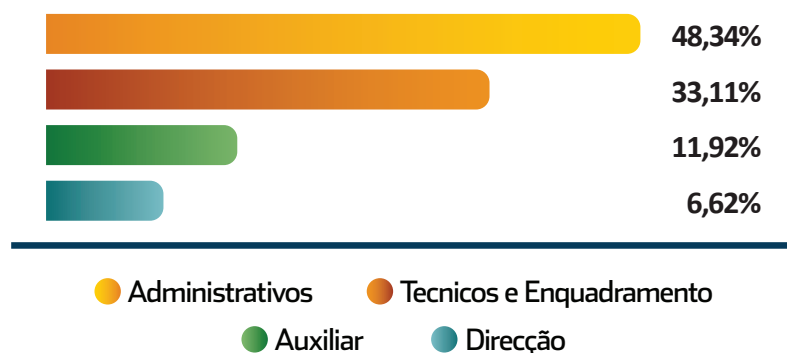
EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS NOS ÚLTIMOS 4 ANOS



DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL

De acordo com o novo Plano de Carreiras, os administrativos continuam a ser o grupo profissional com maior número de empregados (73) e representavam 48,34% do total do efetivo. Os colaboradores do quadro técnico e com funções de enquadramento, representavam cerca de 33,11% do efetivo. O grupo profissional com funções de direcção (10 elementos) representa cerca de 6,62% do total do efetivo.

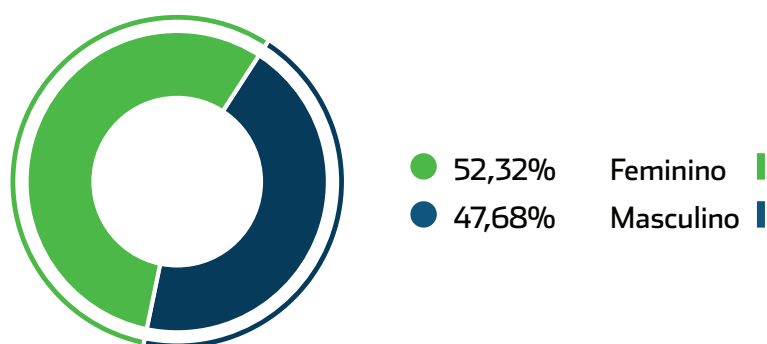
EFFECTIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL



DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO GÉNERO

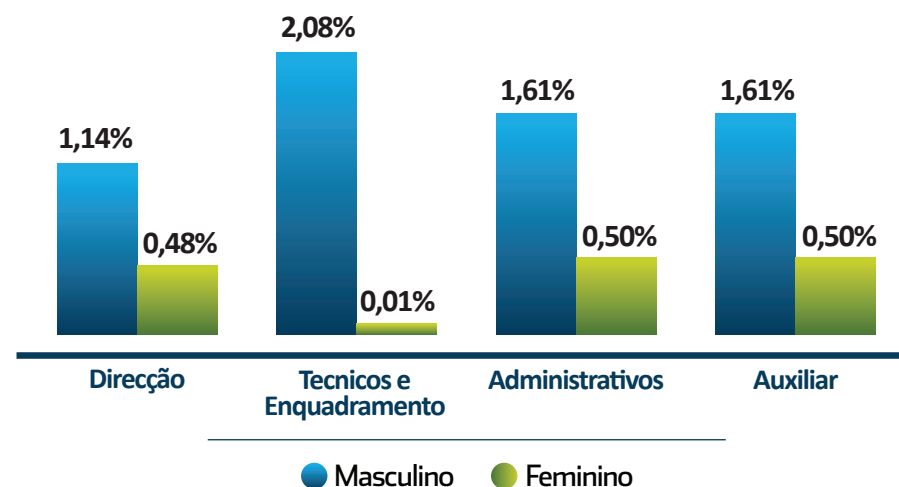
Na distribuição por género, mantém-se a tendência percentual do ano anterior, sendo que o número dos empregados de sexo feminino é superior ao masculino (52,32%).

COLABORADORES SEGUNDO GÉNERO



Como se pode verificar no gráfico seguinte, existe uma notória diferença de género, no grupo dos administrativos.

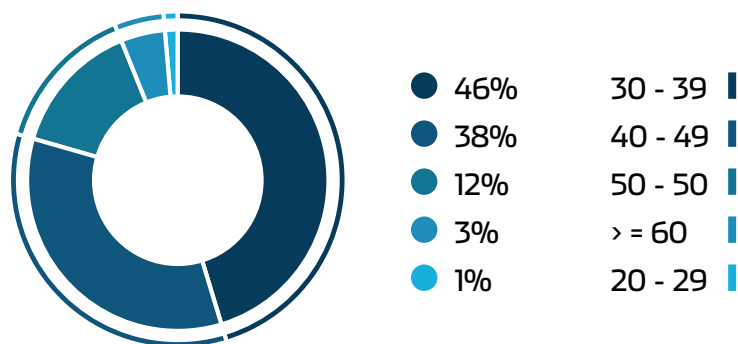
GRUPO PROFISSIONAL POR GÉNERO



DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

O escalão etário com maior número de empregados é o de 30 a 39 anos, situação análoga ao período homólogo anterior, que, em 2021 representavam 46% dos efetivos do BISTP.

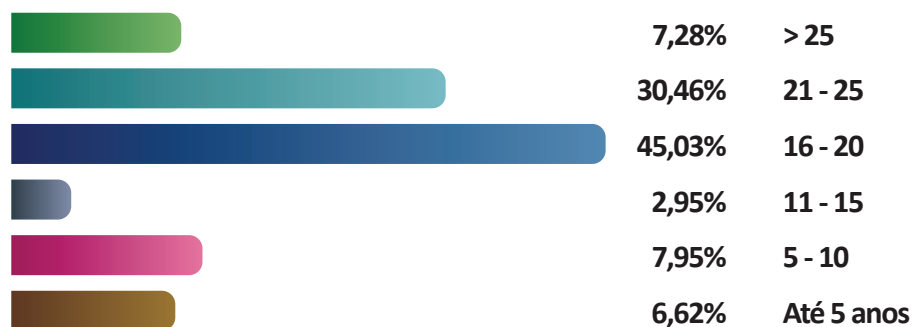
EFFECTIVOS POR ESCALAÇÃO ETÁRIO



DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

No BISTP, a antiguidade de 45,03% dos colaboradores situa-se entre os “11 a 15 anos”.

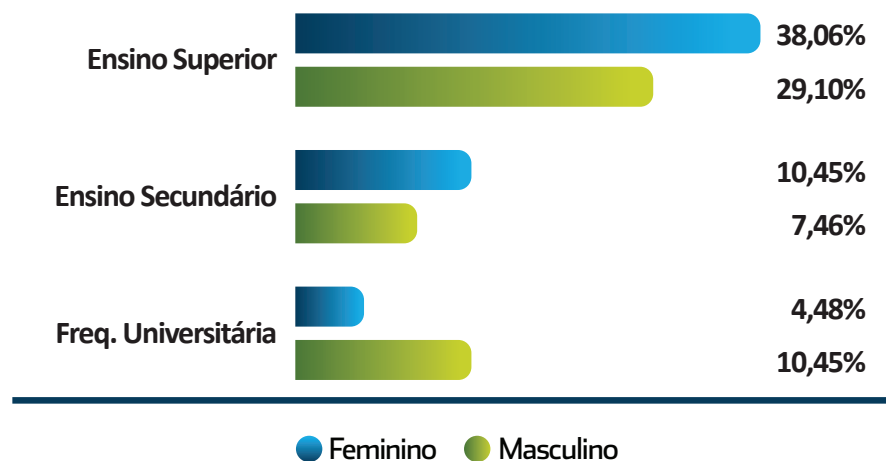
EVOLUÇÃO DOS EFFECTIVOS NOS ÚLTIMOS 4 ANOS



DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitação dos empregados. Assim, em 2021 o número de colaboradores com habilitação ao nível do Ensino Superior atingiu 67,16 do efetivo total do Banco (profissionais com funções bancárias).

DISTRIBUIÇÃO POR HABITAÇÃO LITERÁRIA POR GÉNERO





09

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade Social (RS) é um conceito que engloba as ações voluntárias de empresas que atuam em benefício do seu público, tanto interno quanto externo. As organizações socialmente responsáveis são aquelas que repensam suas posturas, comportamentos e condutas atuais e, dessa forma, se estruturam para colocar em prática **atitudes que promovam o bem-estar** dos envolvidos.

Como sempre, BISTP tem norteado o seu modelo de gestão ao longo dos anos, não apenas pelos interesses monetários – lucro, mas, conforme tem-se verificado, também pelos outros detentores de interesse como, por exemplo, os seus colaboradores, as comunidades locais, as organizações não-governamentais que têm o nobre objetivo de apoiar a reinserção social das crianças e jovens em risco de exclusão social, os Clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral. A sua responsabilidade social tem-se revelado então, um fator decisivo para o seu desenvolvimento e crescimento ao longo dos seus mais de 28 anos de existência, bem como, para a sociedade São-Tomense nas suas várias vertentes.

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade do combate aos efeitos da pandemia da Covid-19, o avanço da vacinação contra a doença e a ameaça provocada pelo surgimento de novas variantes do vírus e, apesar da esperança gerada pelas vacinas contra a covid-19, a pandemia provocou mais mortes em todo o mundo em 2021. Neste campo (RS), o BISTP optou por canalizar grande parte dos seus recursos para o apoio à denominada “nova normalidade”. Deu continuidade ao seu contributo anual à Associação dos Cegos e Ambíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTEP) e a Associação dos Deficientes de S.T.P (ADSTP), que têm desenvolvido um trabalho excecional nestas áreas, continuou

apoiando mensalmente o Lar de crianças da Fundação Novo Futuro, - anualmente na compra materiais escolares para estes - assim como, a Fundação da Criança e Juventude, através da concessão de um apoio mensal, para o desenvolvimento de ações que têm como objetivo a proteção e o acompanhamento de menores e jovens carenciados. Tem também intervindo nas áreas sociais e cívicas, culturais, pedagógicas, lúdicas e materiais, tendo também celebrado a assinatura de um novo protocolo com os Leigos Para o Desenvolvimento, com intuito de apoiar os projetos que têm em curso em STP.

EDUCAÇÃO

A educação é o processo de facilitar o aprendizado ou a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, crenças e hábitos. Os métodos educacionais incluem o ensino, treinamento, narração de histórias, discussão e pesquisa direcionada. O direito à educação foi reconhecido por alguns governos e pelas Nações Unidas.

Como tem sido referido, num dos principais pilares de uma sociedade e num dos meios identificados para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, o BISTP em 2021, manteve os Protocolos com as Universidades de STP – USTP, em que atribui prémios aos melhores alunos finalistas de cada uma das 3 Unidades Orgânicas, a atribuição de bolsas de estudo ao aluno mais carenciado, de cada uma das 3 Unidades Orgânicas, e com média superior ou igual a 14 valores e a contribuição para Investimentos em laboratórios. O Banco deu igualmente prosseguimento às conversações com as Universidades Lusíada STP e de Évora STP, com o intuito de serem formalizados/atualizados Protocolos em 2022.

DESPORTO

Toda a forma de praticar atividade física, de forma metódica, com objetivos competitivos, que por meio de participação casual ou organizada, procure usar, manter ou melhorar as habilidades físicas, proporcionando diversão aos participantes e, em alguns casos, entretenimento para os espectadores. Os objetivos do desporto podem ser, além da competição, também recreativos, ou de melhoria da saúde, ou ainda de melhoria de aptidão física e/ou mental.

Nesta área em 2021, devido à situação pandémica, não foram realizadas grandes atividades, pois as condições vigentes não permitiram a prática desportiva de grupo. No entanto, no início do ano, o BISTP patrocinou a Direção Geral do Desporto e o Comité Olímpico São-tomense para levarem a cabo o programa de empreendedorismo no desporto intitulado SPORTBOOTCAMP, com o apoio da Direção do Empreendedorismo. E em novembro, deu apoio à Federação de Xadrez de STP – FEXA STP, para participação de atletas nacionais no Campeonato Africano de Xadrez Juvenil, que teve lugar na Libéria-Monróvia, a convite da Federação Internacional de Xadrez – FIDA e a Confederação Africana de Xadrez – ACC.

CULTURA

É um conceito de várias acepções, sendo a mais corrente, especialmente na antropologia, a definição genérica formulada por Edward B. Tylor segundo a qual cultura é "todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

Em 2021 houve lugar para alguns eventos pontuais, graças a alguma abertura

concedida pelo Governo nesta matéria, permitindo ao BISTP financiar a Homenagem feita a Poetiza e Jornalista São Deus Lima através da publicação de um livro intitulado “SESSENTA GAVANAS PARA SÃO LIMA” organizado pela União Nacional dos Escritores e artistas de STP – UNEAS.

De referir que o BISTP tem há mais de 13 anos um protocolo de parceria com o Centro Cultural Português para a promoção de atividades em conjunto, a partilha de acervo e apoio à concretização de eventos nas áreas da cultura, economia, sociedade civil, ciências, educação e saúde.

Outros apoios importantes atribuídos em 2021:

- Destaque vai para o Financiamento para a Comissão **Expo Dubai 2020**, para apoiar a participação de STP no evento (em cerca de EUR 20.000,00);
- Financiamento ao **Hospital Central Dr. Ayres de Menezes** para apoiar as obras de requalificação do Serviço de Pediatria em STN 122.500,00 (EUR 5.000,00), bem como, apoio com material de escritório para apetrecho do edifício;
- Patrocínio à **PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA** para realização do XVII encontro dos Procuradores-Gerais da CPLP, cujo tema foi “Recuperação de Ativos no Espaço da CPLP”;
- Patrocínio à **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de STP**, para formação de 50 novos voluntários;
- Patrocínio à **ONG MOVE** para realização de duas Feiras do Empreendedor (uma realizada em Maio e outra em Dezembro).



10

ANÁLISE FINANCEIRA

10.1 COMPONENTES DO BALANÇO

Os efeitos económicos e sociais nefastos causados pela Covid-19 continuaram no ano de 2021. As dificuldades para realização de negócios acentuaram-se, as empresas continuam adiando suas intenções de investimento em face do aumento de incerteza à volta da melhoria do ambiente macroeconómico.

Assim, em 2021 o ativo total do BISTP fixou-se em mSTN 2.759.026 o que traduz-se numa contração na ordem de -6,30%, sustentado essencialmente pela queda da carteira de crédito. O passivo também caiu (-8,74% face a 2020), em resultado da contração dos depósitos de clientes.

O capital próprio registou pelo contrário um crescimento na ordem de 8,14%, decorrente do crescimento do resultado líquido do exercício em 76,38% e dos resultados transitados em 7,04%.

O volume de crédito bruto sobre clientes registou uma contração na ordem de -11,71%, o que, em termos absolutos, representa uma queda de mSTN 118.088, quando comparado com o ano de 2020, sendo explicado, por um lado, por uma maior dificuldade em fazer novos créditos, em particular crédito à economia, e, por outro, pela amortização parcial ou liquidação antecipada de algumas operações de crédito de grande relevo em termos de capital em dívida, levando a uma significativa contração da carteira de crédito.

Relativamente à qualidade da carteira salienta-se que, não obstante os esforços imprimidos ao nível da recuperação, o nível histórico de incumprimento, dado pelo rácio de crédito irregular sobre a carteira global, ainda é elevado, tendo-se registado um crescimento deste rácio, para 26,88%, contra 25,40% no ano anterior, sendo que este crescimento está

intrinsecamente relacionado com a conjuntura económica adversa de mais um exercício económico. O volume de crédito em situação irregular fixou-se em mSTN 239.164, contra mSTN 256.164 em 2020. Apesar da redução do volume do crédito irregular, o rácio da qualidade da carteira de crédito deteriorou em resultado da redução do volume da carteira, motivada pelas amortizações e liquidações antecipadas dos créditos.

Perante uma conjuntura que tem concorrido para a deterioração da carteira de crédito, o Banco tem adotado uma postura conservadora, elevando o seu nível de cobertura de provisão. Em 2021 as provisões criadas para cobrir o crédito irregular elevam-se a mSTN 214.958. Assim, o stock de provisão em balanço registou um crescimento de 4,03% face a 2020. A cobertura de provisão sobre o crédito irregular em 2021 era de 89,79%, evidenciando uma política de provisionamento bastante conservadora.

As “Aplicações em Instituições de Crédito” cresceram em 5,51% (mSTN 17.439), essencialmente em dólares americanos, decorrentes de taxas de remuneração mais atrativas que estão a ser praticadas, quando comparado com taxas euribor.

As “Aplicações em Títulos” conheceram uma queda na ordem de -11,73%, sendo uma contração em termos absolutos de mSTN 48.069, resultado de um menor volume de subscrição dos Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado, justificado pela necessidade de adoção de uma gestão mais prudencial no que toca à exposição ao risco da dívida soberana.

Relativamente à captação de recursos, importa salientar que, apesar da contração da carteira de depósitos de clientes na ordem de -10,53%, em face da contínua intensificação da concorrência interbancária na área da captação

de recursos, e a manutenção de baixas taxas de remuneração dos passivos, os depósitos de clientes no Banco, têm demonstrado ao longo dos anos uma adequada estabilidade em resultado da imagem de solidez, rigor e confiança que o Banco consegue transmitir aos seus clientes. A evidência de uma adequada estabilidade dos depósitos está expressa num nível confortável de liquidez, também em face de um rácio de transformação (crédito líquido/depósito) em menos 1/3.

Este nível de transformação (Crédito Líquido /Depósitos de Clientes) continua ainda a ser relativamente baixo. Em 2021 este rácio deteriorou-se, em resultado da contração do crédito, tendo se fixado em 31,48% contra 32,93% em 2020.

10.2 COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Apesar da significativa contração da carteira de crédito, verificou-se uma melhoria dos juros recebidos das aplicações em crédito na ordem de 6,34% e dos proveitos equiparados na ordem de 13,25%. Esta situação explica-se em grande medida pelo facto de em 2020 os juros terem sido afetados pela aplicação da moratória geral (abrangendo todos os agentes económicos) por força da NAP 07/2020 do Banco Central de STP, tendo no entanto a mesma deixado de vigorar em finais do mesmo ano.

Os juros recebidos sobre as aplicações em depósitos a prazo em outras instituições de crédito no exterior conheceram uma queda de -85,39% em resultado da redução das taxas de remuneração das aplicações no mercado internacional, decorrente das medidas tomadas pelos países na redução das taxas diretoras próximas de zero.

Os juros de títulos conheceram uma contração na ordem de -6,49%, em resultado de um menor volume de aplicação comparativamente com o ano de 2020, decorrente do cumprimento da política de limite de apetência ao risco para os títulos de dívida pública. Os juros pagos sobre os depósitos a prazo dos clientes conheceram uma contração na ordem de

-8,28%. Esta redução dos juros pagos resulta dos ajustes em baixa das taxas de captação de depósitos a prazo que o Banco tem feito, combinada com a fixação de um montante máximo aceite para a constituição de um depósito a prazo, face ao excesso de liquidez existente no mercado e a poucas alternativas para rentabilizar adequadamente esses depósitos captados.

A margem financeira registou um crescimento na ordem de +2,56%, levada pela contração dos juros de crédito e aplicações financeiras.

Com a valorização do dólar americano no mercado internacional ao longo de 2021, e dispondo o banco de uma posição longa nesta moeda, registou-se maiores resultados de reavaliação cambial em 2021, tendo este fixado em mSTN28.161, contra mSTN6.582 em 2020, traduzindo-se num crescimento na ordem de 328%.

As comissões líquidas conhecerem um crescimento na ordem de 1,76%. Este crescimento foi sustentado essencialmente pelas comissões obtidas nas operações de crédito documentário, emissão de ordens de pagamento para o exterior e proveitos obtidos na recuperação de crédito que estava em contencioso.

O crescimento dos proveitos cambiais e das comissões líquidas, permitiram que a margem complementar crescesse na ordem de 37%.

Em resultado do crescimento da Margem Complementar e da Margem Financeira, o Produto Global de Atividade conheceu, de igual modo, um crescimento na ordem de 18,33%.

O Custo Operativo registou um crescimento na ordem de 6,7%, levado pelo crescimento das despesas com “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” na ordem de 10,04% e pelo custo com pessoal na ordem de 4%.

As dotações de provisão registaram uma contração na ordem de -54,84%, justificado pela reversão de provisão de alguns créditos em contencioso que foram recuperados, de créditos em atraso que foram amortizados e créditos classificados como irregular por estarem em regime de moratória (legal), mas que voltaram a cumprir normalmente com o pagamento das suas prestações após o fim da moratória.

O Resultado Líquido para o ano de 2021, apesar de muitos condicionalismos económicos gerados pela pandemia, registou um crescimento face ao ano de 2020, na ordem de 76,47%, sendo um incremento de mSTN27.200.

Importa destacar que, não obstante os diversos constrangimentos, foi possível melhorar os resultados, o que, uma vez mais, evidencia a grande capacidade de resiliência do modelo de negócio do banco e bem como uma rápida capacidade de adaptação às novas condições do mercado.



11

PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Em analogia e idêntica proporção em relação aos anos anteriores, o Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido de STN 62.844.253 (Sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e três dobrás), referente ao exercício de 2021, tenha a seguinte aplicação:

Rúbricas	Percentagem	Montante (STN)
Reservas Legais	10%	6.284.425
Reservas Livres	30%	18.853.276
Acionistas	60%	37.706.552
Resultado Líquido	100%	62.844.253



12

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L (adiante igualmente designado por “Entidade” ou “Banco”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.759.025.950 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)), um total de situação líquida de 460.469.337 STN, incluindo um resultado líquido de 62.844.253 STN, a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações na situação líquida e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants).

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:



Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L
Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2021

1. Provisões e imparidade para a carteira de crédito sobre clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de Dezembro de 2021, o valor bruto da rubrica Créditos sobre clientes (Nota 6) ascende a 890.506 milhares de STN e as provisões para crédito irregular reconhecidas a deduzir a esta rubrica ascendem a 214.958 milhares de STN. Adicionalmente, o Banco apresenta provisões para crédito regular e para posições extrapatrimoniais reconhecidas na rubrica Provisões diversas (Nota 16) na Situação líquida, no montante de 13.122 milhares de STN. O impacto nos resultados do ano registados na rubrica Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações (Nota 15) ascende a -797 milhares de STN. A política contabilística que retrata o tratamento contabilístico conferido às provisões para riscos de crédito é divulgada na nota explicativa às demonstrações financeiras 2.2 alínea c). As provisões são apuradas conforme previsto na Norma de Aplicação Permanente (“NAP”) 07/2007 - “Classificação de Activos e Provisões” do Banco Central de São Tomé e Príncipe (“BCSTP”). Esta NAP prevê a classificação das operações de crédito em classes de risco que refletem o escalonamento temporal dos créditos e juros vencidos em função do período decorrido após o vencimento das prestações de crédito. Tal como descrito na Nota 2.1. o BCSTP autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Contudo, nos termos do nº 7 do capítulo III do PCIF, o Banco realizou uma análise individual de imparidade sobre Grupos Económicos individualmente significativos para aferir da suficiência das provisões regulamentares face à estimativa do valor dos créditos que se considera recuperável, tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade (provisões económicas) e de provisões regulamentares. Conforme previsto no artigo 4.º da NAP 07/2007 a obrigação de classificação dos ativos e constituição de provisão não abrange os direitos garantidos ou detidos sobre o Estado de São Tomé e Príncipe. A significativa expressão das rubricas de crédito sobre clientes e provisões que lhes estão associadas no total do balanço, cujo apuramento requer a aplicação de pressupostos e julgamentos por parte da Administração do Banco, justificam que este assunto represente uma matéria relevante de auditoria.	A nossa abordagem sobre o risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente: ▶ Obtivemos o entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade e provisões regulamentares para o crédito a clientes e testámos a eficácia operacional dos principais controlos implementados; ▶ Realizámos testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo das provisões para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ▶ Realizámos testes sobre a aplicação da metodologia de cálculo das provisões regulamentares definidas pela NAP 07/2007 do BCSTP e sobre a aplicação das regras previstas na NAP 07/2020 para os devedores com moratória; ▶ Selecionámos uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade, para avaliação dos pressupostos utilizados pelo Órgão de Gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu: (i) a análise da informação disponível sobre o negócio e a situação económico-financeira dos devedores e dos relatórios de avaliação dos colaterais; (ii) indagações para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados na determinação do valor recuperável; e (iii) impactos estimados pelo Banco para refletir os efeitos da pandemia COVID-19; e ▶ Análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os princípios geralmente aceites no setor bancário em São Tomé e os registos contabilísticos.



Building a better
working world

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L
Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2021



Building a better
working world

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L
Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2021

2. Valorização de imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Outros ativos (Nota 9) apresenta um montante bruto de 49.555 milhares de STN associado a imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito e um montante de provisão reconhecido a deduzir a esta rubrica que ascende a 16.860 milhares de STN. De acordo com a política contabilística em vigor no Banco, divulgada na nota explicativa às demonstrações financeiras 2.2 alínea d), os imóveis são objeto de avaliações periódicas realizadas por avaliadores independentes, que dão origem ao registo de perdas por imparidade quando o valor decorrente dessas avaliações é inferior ao seu valor líquido contabilístico. O justo valor dos imóveis resulta de um processo de estimativa do órgão de gestão que se baseia em julgamentos e pressupostos e é consubstanciado numa avaliação periódica efetuada por um especialista contratado. Os pressupostos considerados incluem a melhor utilização que pode ser dada ao ativo, o que constitui uma transação comparável ou o valor potencial do rendimento que pode ser obtido com o imóvel. Devido à pandemia COVID-19 a incerteza sobre a estimativa do justo valor aumentou devido ao incremento potencial do prazo para venda dos imóveis e do prémio de risco exigido por potenciais investidores. Desde 2019 o Banco optou por constituir provisões adicionais específicas para estes imóveis, em função da sua antiguidade em carteira, tendo para o efeito utilizado uma taxa de depreciação de 12,5% por ano de antiguidade em relação à última avaliação de 2018. Os Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito constituíram uma matéria relevante de auditoria pela sua relevância no total do balanço e por requererem a aplicação de pressupostos e julgamentos por parte do órgão de gestão do Banco no que respeita à sua valorização e à determinação das correspondentes perdas por imparidade, os quais poderão não se concretizar no futuro e consequentemente originar perdas diferente das estimadas.	A nossa abordagem sobre o risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem de procedimentos substantivos, designadamente: ▶ Entendimento do processo de valorização dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido; ▶ Realização de testes de detalhe com o objetivo de aferir sobre a propriedade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ▶ Análise dos pressupostos e julgamentos subjacentes às avaliações preparadas por avaliadores independentes dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ▶ Realização de testes de detalhe ao cálculo das provisões adicionais específicas em função da antiguidade em carteira; e ▶ Análise dos valores apresentados nas demonstrações financeiras para aferir da sua concordância com os registos contabilísticos e às divulgações, para análise da sua plenitude face aos normativos existentes.

3/5

Responsabilidade do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

4/5



Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L.
Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2021

- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatem sobre esse facto.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Lisboa, 6 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230
Registada na CMVM n.º 20160841



13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Balanço em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

ATIVO	Notas	2021		2020		PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2021	2020
		Ativo bruto	Amortizações e provisões	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidade no Banco Central	3	1.017.260.344		1.017.260.344	1.042.924.243	Depósitos:			
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4	94.997.598		94.997.598	111.820.075	À vista	11	1.952.296.978	2.198.039.470
Outros créditos sobre instituições de crédito	5	334.094.005		334.094.005	316.676.668	A prazo ou com pré-aviso	11	193.832.150	200.627.244
Créditos sobre clientes	6	890.506.276	(214.958.384)	675.547.892	789.164.931	Recursos de outras entidades	12	9.250.476	11.367.040
Títulos de investimento	7	361.758.555		361.758.555	409.827.206	Outros passivos	13	73.049.889	44.440.005
Imobilizações corpóreas	8	406.406.478	(188.744.005)	217.662.473	220.221.278	Contas de regularização	14	70.127.120	64.136.805
Imobilizações incorpóreas	8	43.162.539	(37.936.384)	5.226.155	8.375.599	Total do Passivo		2.298.556.612	2.518.610.563
Imobilizações em curso	8	9.958.711		9.958.711	3.285.425	Capital	16	166.600.000	166.600.000
Imobilizações financeiras	8	2.940.000	(2.940.000)	-	-	Reservas	16	215.511.998	201.267.690
Outros ativos	9	54.797.050	(16.860.182)	37.936.868	36.627.678	Resultados transitados	16	933.877	933.876
Contas de regularização	10	4.583.348		4.583.348	5.460.387	Provisões diversas	16	14.579.210	21.360.589
						Resultado do exercício	16	62.844.253	35.610.772
						Total de Situação Líquida		460.469.337	425.772.926
Total do Ativo		3.220.464.905	(461.438.955)	2.759.025.950	2.944.383.490	Total do Passivo e da Situação Líquida		2.759.025.950	2.944.383.490

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	2021	2020
Juros e rendimentos similares	20	124.335.878	121.909.957
Juros e encargos similares	20	(5.890.589)	(6.422.686)
MARGEM FINANCEIRA		118.445.290	115.487.271
Rendimentos de serviços e Comissões	21	101.327.418	99.284.360
Encargos com serviços e Comissões	21	(19.944.621)	(16.441.626)
Resultado Líquido de Operações Cambiais	22	28.161.376	6.582.038
Outros Resultados de Exploração	23	24.125.735	8.143.103
PRODUTO BANCÁRIO		252.115.197	213.055.145
Custos com o Pessoal	24	(85.826.313)	(82.527.213)
Gastos Gerais Administrativos	25	(51.152.390)	(46.485.605)
Amortizações do Exercício	8	(24.189.510)	(21.806.546)
Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações	15	797.016	(10.108.005)
Outras provisões líquidas de reposições e anulações	15	(6.863.998)	(3.327.026)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		84.880.003	48.800.751
Imposto sobre o rendimento	19	22.035.750	13.189.979
RESULTADO DO EXERCÍCIO		62.844.253	35.610.772

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração de alteração na Situação Líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital	Legal	Reavaliação	Reservas		Total	Provisões diversas	Provisões diversas	Resultado líquido do exercício	Correcções dos resultados dos exercícios anteriores	Total
				Reavaliação cambial	Outras						
Saldos em 31-12-2019	166.600.000	38.319.932	892.214	31.139.164	105.986.264	176.337.574	23.924.315	23.924.315	62.325.287	933.877	430.121.053
Excesso de estimativa do imposto do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	6.232.529	-	-	18.697.586	24.930.115	-	-	(24.930.115)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.395.172)	-	(37.395.172)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	35.610.772	-	35.610.772
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(2.563.726)	(2.563.726)	-	-	(2.563.726)
Saldos em 31-12-2020	166.600.000	44.552.461	892.214	31.139.164	124.683.850	201.267.689	21.360.589	21.360.589	35.610.772	933.877	425.772.927
Excesso de estimativa do imposto do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	3.561.077	-	-	10.683.231	14.244.309	-	-	(14.244.309)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.366.463)	-	(21.366.463)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	62.844.253	-	62.844.253
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(6.781.379)	(6.781.379)	-	-	(6.781.379)
Saldos em 31-12-2021	166.600.000	48.113.538	892.214	31.139.164	135.367.081	215.511.997	14.579.210	14.579.210	62.844.253	933.877	460.469.337

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Fluxo de Caixa	2021	2020
Actividades Operacionais		
Resultado Líquido do exercício	62.844.253	35.610.772
Ajustamentos:	-	-
Amortizações do Exercício	24.189.510	21.806.546
Provisões e Imparidade	6.066.982	13.435.031
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	(17.438.924)	(19.180.979)
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	99.527.927	62.500.553
(Aumento) / diminuição de outros activos	(18.555.235)	(11.254.643)
(Aumento) / diminuição de recurso de clientes e outros empréstimos	(252.537.586)	195.028.645
(Aumento) / diminuição de outros passivos	40.954.872	(40.613.451)
Fluxo de Actividades Operacionais	(54.948.201)	257.332.474
Actividades de Investimento		
(Pagamentos) / Recebimentos respeitantes a:		
Obrigações e outros títulos	56.435.702	182.927.094
Imobilizações Corpóreas	(23.316.945)	(14.899.002)
Imobilizações Incorpóreas	(1.932.624)	(5.309.882)
Fluxo da Actividade de Investimento	31.186.133	162.718.210
Actividade de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos distribuídos	(15.597.518)	(37.395.172)
Liquidação de IRC 2019 e Pagamento por Conta 2020	(3.126.791)	(20.681.764)
Fluxo da Actividade de Financiamento	(18.724.309)	(58.076.936)
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(42.486.376)	361.973.748
Caixa e seus equivalente no início do período	1.154.744.318	792.770.571
Caixa e seus equivalente no final do período	1.112.257.942	1.154.744.318



14

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BISTP”), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros ativos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de dezembro de 2021, de uma rede nacional de doze balcões, localizados na cidade de São Tomé (9), na cidade da Trindade (1), na cidade de Santana (1) e na Ilha do Príncipe (1), além de dispor ainda de 3 áreas automáticas com ATM na capital dos distritos de Lobata, Lembá e Caué.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da

continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O PCIF, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), contendo um conjunto alargado de adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 24 de abril de 2015, de 8 de dezembro de 2015, de 10 de março de 2017 e de 26 de março de 2018, foram autorizadas as seguintes exceções às disposições definidas no PCIF:

o diferimento das comissões associadas a crédito foi efetuado pelo método linear, e não pela taxa de juro efetiva;

os títulos em carteira foram registados ao custo de aquisição, não sendo deste modo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;

as provisões para crédito concedido foram determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 7/2007, não sendo deste modo calculada imparidade de acordo com a IAS 39/IFRS 9;

a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” apenas será obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Em 05 de Março de 2019, 21 de janeiro de 2020, o Banco Central de São Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações que prorrogavam todas as exceções,

acima listadas, às disposições definidas no PCIF para os exercícios de 2018 e 2019, menos o reconhecimento dos títulos em carteira, e que orientava o BISTP a cumprir com as disposições do PCIF no ponto 6 do capítulo “III. NORMAS ESPECÍFICAS DE CONTABILIZAÇÃO”.

Foi ainda clarificado que as NIRF não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as NIRF de forma plena, desde que os procedimentos adotados sejam divulgados nas notas às contas e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Em Dezembro de 2020 e em janeiro de 2022, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe emitiu uma nova comunicação prorrogando todas condições de procedimento contabilístico mencionadas na comunicação de 05 de Março de 2019.

As demonstrações financeiras estão expressas em dobras (STN), arredondadas à unidade mais próximas.

As políticas contabilísticas e cálculos foram aplicados de forma consistentes com as utilizadas nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2020.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do BISTP aquando da sua reunião a 25 de Março de 2022 e estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das

demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2021 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os ativos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24,5 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2021	2020
1USD	21,6757 STN	19,9495 STN

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para STN ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os ativos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transação.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais resultantes da conversão, registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Resultado líquido de operações cambiais".

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efetuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

De acordo com a Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, as instituições financeiras que realizaram o seu capital em moeda estrangeira estão autorizadas a constituir uma provisão para riscos cambiais, destinada à manutenção do valor do capital. Admite-se ainda que as instituições financeiras constituam uma provisão destinada à reavaliação do ativo imobilizado. Estas duas provisões destinam-se exclusivamente a ser incorporadas no capital das instituições, mediante aprovação do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2021 e 2020 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IFRS 9.

Contudo, nos termos do nº 7 do capítulo III do PCIF, o Banco realizou uma análise individual de imparidade sobre Grupos Económicos individualmente significativos para aferir da suficiência das provisões regulamentares face à estimativa do valor dos créditos que se considera recuperável, tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade (provisões económicas) e de provisões regulamentares.

Para a carteira não significativa, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da Norma de Aplicação Permanente nº 07/2007, de 6 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Para as exposições extrapatrimonial, o Banco passou, a partir de 2018, a constituir provisões sobre o montante de exposição apurado com base na norma que consta no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

Nos termos destas Normas, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal

- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso
- e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efetuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito irregular é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

Categoria	Normal	Sob supervisão	Abaixo do normal	Crédito duvidoso	Perda
% de provisão	2%	10%	25%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 30 dias	de 30 a 89 dias	de 90 a 180 dias	de 180 dias a 360 dias	mais de 360 dias

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, foram registadas provisões específicas adicionais para algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados.

O Conselho de Administração do Banco considera que as dotações para as provisões supramencionadas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem

inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto. Adicionalmente, a natureza das provisões registadas decorre do normativo do Banco Central de São Tomé e Príncipe, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei das Instituições Financeiras.

As provisões apuradas pela análise individual de imparidade e para os clientes nas categorias abaixo do normal, crédito duvidoso e perda são registadas a crédito na rubrica de “Crédito sobre clientes” no ativo.

As provisões para as categorias normal e sob supervisão e as para as exposições extrapatrimoniais são registadas na rubrica de “Provisões diversas” na situação líquida.

A obrigação de classificação dos ativos e constituição de provisão não abrange os direitos detidos sobre o Estado de S. Tomé e Príncipe ou garantidos por ele, conforme o artigo 4º da NAP 07/2007.

Em resposta à pandemia COVID-19, o Decreto-Lei n.º 7/2020, de 7 de maio, complementado pela NAP 07/2020, de 22 de maio, introduziu um leque de moratórias sobre os créditos que permitiram aos devedores adiar até 6 meses o pagamento das suas prestações, sem serem considerados incumprimentos e sem capitalização de juros. Estas moratórias suspenderam a contagem de dias em atraso o que aumentou o julgamento inerente à identificação de créditos de cobrança duvidosa ou com risco de perda.

Em 29 de janeiro de 2021, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe comunicou ao Banco a Deliberação n.º 2/2021, de 28 de janeiro, do Venerando Conselho de Ministros, de prorrogar até ao mês de março de

2021 a moratória bancária acima referida, às empresas e aos trabalhadores subordinados e por conta própria afetos aos sectores do turismo e afins, hotelaria, restauração, aviação, artistas e profissionais músico-culturais e de artesanato. Em março de 2021 a moratória foi prorrogada por mais três meses. De notar que, com referência a 31 de dezembro de 2021, o banco não tem quaisquer operações com moratória ativa.

d) Bens em dação de pagamento

Os imóveis e outros bens recebidos em dação de pagamento por recuperação de créditos irregulares, são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 9), de acordo com o artigo nº8 da Norma de Aplicação Permanente nº7/07, de 6 de agosto.

O recebimento dos bens ou valores em dação de pagamento de crédito irregular é feito pelo mínimo entre o valor do principal do crédito ou ativo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com processos judiciais e o justo valor estimado pelos avaliadores independentes.

Durante o exercício de 2018, e de forma a avaliar o justo valor dos imóveis recebidos em dação de pagamento, o Banco solicitou avaliações independentes. Foram registadas provisões caso o justo valor estimado pelo avaliador independente seja inferior ao valor contabilístico.

Desde 2019 o Banco optou por constituir provisões adicionais específicas para esses imóveis, em função da sua antiguidade, tendo para o efeito utilizado uma taxa de depreciação de 12,5% por ano de antiguidade.

Esta metodologia de determinação do valor líquido do imóvel recebido em

dação no balanço passou a vigorar a partir do exercício de 2020.

As provisões para Bens em dação de pagamento são registadas igualmente na rubrica “Outros ativos” (Nota 9), a abater ao valor bruto do bem.

e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respetivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	2 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	8 - 20
Material de transporte	4

O custo de aquisição inclui despesas que sejam diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, na rubrica de “Gastos Gerais Administrativos”.

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

Os custos associados a operações de capital próprio, incluindo despesas com aumentos de capital, são registados diretamente como uma dedução ao capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

f) Carteira de títulos

De acordo com o PCIF, os títulos em carteira deverão ser classificados em categorias de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros e a intenção do Banco na sua aquisição. Este normativo prevê igualmente a contabilização de uma parte dos instrumentos ao justo valor.

Assim, como é a intenção do BISTP manter os seus títulos até a sua maturidade, ou seja, não tem o objetivo de desfazer-se dos títulos a curto prazo ou obter um ganho de curto prazo, não são registadas provisões para eventuais menos-valias potenciais decorrentes da desvalorização dos títulos, exceto no caso de situações em que haja evidência de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos em valores mobiliários encontram-se registados ao valor nominal e correspondem a Bilhetes do Tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe. A diferença positiva ou negativa

entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. Os títulos são contabilizados no ativo pelo seu valor nominal, e apresentados no balanço na linha designada por "Títulos de investimento".

O valor do desconto é contabilizado no passivo na rubrica "Receitas com proveito deferido" (Nota 14), e apresentado na linha designada por "Contas de regularização".

g) Imobilizações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Imobilizações financeiras" corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT). As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo sujeitas a análises de imparidade.

h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

O Banco está igualmente obrigado a proceder a coleta do imposto sobre consumo como definido no Decreto-Lei nº 35/2000, a taxa de 5%, tal como determinado no Decreto – Lei nº 9/2005, promulgado em 29 de julho de 2005, bem como o imposto de selo, conforme previsto no Artigo 1º do

Decreto-lei nº 81/93, promulgado em 31 de dezembro de 1993.

Adicionalmente, ao valor apurado da coleta de imposto, acresce imposto do selo à taxa normal de 6%, o qual é refletido na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração de resultados.

É ainda de referir que os juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe estão sujeitos a retenção na fonte a uma taxa de 20%, em sede de imposto sobre rendimento de capitais, sendo este valor posteriormente dedutível para efeitos do apuramento da estimativa de imposto.

Não são registados impostos diferidos, uma vez que não existem diferenças temporárias ativas ou passivas entre os valores contabilísticos e os valores fiscais.

i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da atividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respetivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da supra referida Lei. De acordo com o seu Artigo 99º, as taxas de contribuição para este sistema são de 6% para a entidade empregadora e de 4% para os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade adicional por benefícios de reforma dos seus empregados.

No entanto, dado antecipar que venha a ser concedido um complemento à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social, o Banco registou, a partir do exercício de 2008, uma provisão para pensões na rubrica “Provisões diversas” da situação líquida, no montante de STN 21,510,168. Esta provisão foi determinada com base numa estimativa que assumiu o pressuposto de que o complemento corresponderia a cerca de 20% do salário à data de reforma.

A distribuição deste montante teve carácter de benefício de curto prazo pelo que o Banco apenas fará contribuições adicionais em anos seguintes caso assim o decida. O Banco não ficará com nenhuma responsabilidade para com o fundo.

A percentagem detida por cada um dos colaboradores foi calculada tendo por base a antiguidade e vencimento médio destes. Foram beneficiários deste prémio os colaboradores do Banco a 31 de dezembro de 2016.

No decorrer do exercício de 2017, o Conselho de Administração distribuiu a totalidade das provisões de reforma e sobrevivência constituídas no exercício de 2008 no montante STN 21,510,168, tendo este valor sido transferido para uma conta de depósito à ordem no Banco titulada pelo Fundo Social dos Trabalhadores do Banco.

j) Prémios de antiguidade

O Banco assumiu o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 15 e 30 anos de serviço, respetivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço

dos colaboradores na rubrica “Custos a pagar”, sendo registados na “Contas de regularização” (Nota 14) e apresentado nos resultados na categoria de “Custos com pessoal”.

k) Prémio de produtividade

A Comissão Executiva distribui anualmente aos empregados prémios de produtividade de acordo com a contribuição de cada um para os resultados e defesa dos interesses do BISTP.

Para elegibilidade foram definidos os seguintes critérios:

- Empregados do quadro efetivo, com contrato por tempo indeterminado, a termo, de avença ou expatriado, que à data de 31 de dezembro se encontrem ao serviço da instituição;
- Empregados que, não estando ao serviço do Banco naquela data, tenham prestado serviço efetivo na totalidade ou em parte do corrente ano, e que portanto:
 - Tenham sido reformados;
 - Tenham cessado funções no respeito de contrato ou acordo estabelecido com o Banco, durante o exercício de 2021,
 - excetuando se os contratados por desadequação forem dispensados.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

l) Comissões

De acordo com o PCIF, as comissões cobradas pelo Banco na concessão de créditos deverão ser diferidas e reconhecidas em proveitos através do método da taxa efetiva, independentemente do momento em que estas comissões são cobradas ou pagas. Conforme descrito na Nota 2.1, em 2021 e 2020 o Banco obteve autorização do Banco Central para efetuar o diferimento destas comissões através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas diretamente imputáveis à sua originação, são reconhecidas ao longo do período destas operações em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

m) Crédito a clientes e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras

resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes ativos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Banco procede ao abate de créditos ao ativo (write-offs) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

O abate de operações ao ativo (total ou parcial) tem lugar apenas quando existem manifestas evidências que conduzam a uma elevada expectativa de incobrabilidade total, devendo ser tidos em consideração outros efeitos no capital. Assim, o abate de operações ao ativo deverá ser proposto quando:

- a) Se identificam evidências de elevada expectativa de incobrabilidade;
- b) Existe um parecer jurídico atestando a incobrabilidade por via judicial, bem como as possíveis custas judiciais, que inviabilizam a referida ação, tendo em conta a fraca probabilidade de sucesso judicial quando comparada com as custas judiciais que não superiores ao capital em dívida.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões conforme divulgado na Nota

2.2 c).

n) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco de crédito previsto na Norma de Aplicação Permanente nº7/07, e no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3, conforme divulgado na Nota 2.2 c).

o) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e depósitos de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação.

p) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique uma obrigação presente (legal ou construtiva), (i) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique (ii) uma forte probabilidade de se efetuar um dispêndio de recursos e que seja (iii) quantificável de um modo fiável.

As provisões são revistas no final de cada data de relato e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Um passivo contingente afigura-se como uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade ou uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Assim, o Banco divulga um passivo contingente, quando é mais provável que nenhuma obrigação presente exista à data do balanço, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja remota

q) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva.

O cálculo de juro inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas

como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos relacionados com a transação.

A NAP 05/2009 - "Plano de Contas" estabelece que as instituições não podem continuar a reconhecer juros (periodificação) após 90 dias de incumprimento (operações de crédito classificadas em classe III).

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, onde se incluem as rubricas de caixa e disponibilidades no Banco Central e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

2.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objetivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2.2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas

efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

a) Provisões para crédito concedido

As provisões sobre crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.c), resultando de uma revisão periódica da carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade. Esta avaliação resulta da ponderação de um conjunto de fatores que refletem o conhecimento da realidade dos clientes, o seu comportamento e dados históricos, o valor das garantias associadas às operações em questão, entre outros, apresentando como tal, um elevado grau de julgamento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

b) Provisões e passivos contingentes

Conforme referido na Nota 2. o) acima, são reconhecidas provisões sempre que exista uma obrigação presente de que seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido no futuro e este possa ser mensurado com fiabilidade.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração

quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos exfluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponíveis à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras, sendo objeto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota. A reavaliação dos passivos contingentes está dependente da evolução de processos judiciais em curso, podendo esta ter um resultado diferente do previsto.

c) Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Os impostos sobre o rendimento são refletidos nos resultados do período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos após a data a que a matéria coletável respeite, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correções ao lucro tributável dos períodos de 2017 a 2021.

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas.

d) Pandemia Covid-19

Em face a um contexto muito marcado pelos efeitos económicos negativos provocados pelo Covid-19, a manutenção de uma política de avaliação de risco e constituição provisão rigorosa e em conformidade com a NAP 07/2007. Apesar da grande maioria dos clientes de crédito serem funcionários públicos, o Banco continua fazendo o acompanhamento e a avaliação da evolução da situação financeira de forma global dos clientes particulares. No que diz respeito às empresas a análise de risco é feita de forma individual.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Caixa		
Notas e moedas nacionais	67.059.283	56.693.119
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Euros	18.678.371	9.758.043
Em Dólares dos Estados Unidos	11.471.279	3.858.712
Em outras divisas	7.787.988	9.336.696
	104.996.921	79.646.571
Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)		
Em moeda nacional	816.386.623	876.410.506
Em moeda estrangeira:		
Em Euros	78.617.512	76.730.497
Em Dólares dos Estados Unidos	17.259.289	10.136.670
	912.263.424	963.277.673
	912.263.424	
	1.017.260.344	1.042.924.243

Os depósitos à ordem no BCSTP em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as reservas mínimas de caixa são atualizadas, através da aplicação das percentagens de 18% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 21% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira, respetivamente, referentes ao mês que antecede em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Estes depósitos não são remunerados.

A 31 de dezembro de 2021, o montante total de exigibilidades ascende a STN 426.072.679.

4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Cheques a cobrar		
No estrangeiro	23.275	4.895.793
No país	-	37.975
	<u>23.275</u>	<u>4.933.768</u>
Títulos a cobrar no país	<u>2.065.809</u>	<u>28.254.050</u>
Depósitos à ordem no estrangeiro		
Caixa Geral de Depósitos:		
Sede (lisboa)	55.829.204	58.578.064
Cash Advance	25.867.492	12.695.009
Banca Eletrónica	9.886.259	3.591.127
Sucursal de França	1.139.335	3.418.620
Banco Comercial Português	184.362	188.218
Banco Santander Totta	-	159.089
Banco Angolano de Investimento	-	
Banco Caixa Angola		
Outras Instituições de Crédito	<u>92.906.651</u>	<u>78.630.127</u>
Outras disponibilidades	<u>1.863</u>	<u>2.130</u>
	<u>94.997.598</u>	<u>111.820.075</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Títulos a cobrar no país” é composta por “Ordens Bancárias” da Direção Geral do Tesouro, disponibilizados por esta instituição ao Banco para efeitos de liquidação das suas responsabilidades junto dos seus clientes que detêm conta no BISTP.

O maior fluxo de entrada de divisas permitiu um reforço das disponibilidades nos bancos correspondentes, com maior destaque para o Banco Comercial Português e o Santander Totta.

5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro. Os Certificados do Banco Central de S. Tomé e Príncipe são de rendimento fixo de 1% anual, com a maturidade de 30 dias.

2021						
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Caixa Geral de Depósitos	USD	0,12%	3.000.000	65.027.100	24.710	65.051.810
Caixa Geral de Depósitos	USD	0,13%	1.500.000	32.513.550	11.154	32.524.704
Banco Comercial Português	USD	0,26%	3.400.000	73.697.380	179.371	73.876.751
Banco Comercial Português	USD	0,22%	1.000.000	21.675.700	15.101	21.690.801
Banco Comercial Português	USD	0,22%	2.200.000	47.686.540	33.222	47.719.762
Banco Comercial Português	USD	0,40%	1.800.000	39.016.260	16.058	39.032.318
Banco Comercial Português	USD	0,26%	2.500.000	54.189.250	8.610	54.197.860
				333.805.780	288.225	334.094.005
2020						
Caixa Geral de Depósitos	USD	0,19%	3.200.000	63.838.400	28.302	63.866.702
Banco Comercial Português	USD	1,80%	6.600.000	131.666.700	2.212.001	133.878.701
Banco Comercial Português	USD	0,29%	1.000.000	19.949.500	19.124	19.968.624
Banco Comercial Português	USD	0,29%	2.175.000	43.390.163	41.594	43.431.757
Certificado de Depósitos Banc	STN	1,00%	55.509.298	55.509.298	21.587	55.530.885
				314.354.060	2.322.607	316.676.668

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

		2021		2020	
		Montante em STN	Juros a receber	Montante em STN	Juros a receber
			Montante Total		Montante Total
Prazo	Até três meses	225.427.280	223.846	187.175.998	2.233.588
Residual	Entre três meses e um ano	108.378.500	64.380	127.178.063	89.020
		333.805.780	288.225	314.354.060	2.322.607

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Crédito Regular:		
- Moeda Nacional:		
Descontos comerciais	3.442.909	2.558.046
Empréstimos	592.369.241	679.715.246
Crédito em conta corrente	31.062.094	19.870.454
Descobertos em depósitos à ordem	1.833.608	17.097.871
	628.707.852	719.241.616
- Moeda Estrangeira:		
Descontos comerciais		
Empréstimos	17.522.832	26.924.055
Crédito em conta corrente	-	1.078.835
Descobertos em depósitos à ordem	1.084.863	4.345
Outros Créditos	-	-
	18.607.694	28.007.235
Total de crédito regular(1)	647.315.546	747.248.852
Crédito Irregular:		
- Moeda Nacional:		
Capital	185.936.776	203.276.968
Juros	428.303	368.666
	186.365.078	203.645.633
- Moeda Estrangeira:		
Capital	53.019.994	52.471.728
Juros	14.500	46.731
	53.034.494	52.518.459
Total de crédito irregular (2)	239.399.572	256.164.092
Total de crédito concedido (3) = (1) + (2)	886.715.118	1.003.412.944
Juros a receber de crédito concedido (4)	3.791.158	5.159.930
Total de crédito bruto (5) = (3) + (4)	890.506.276	1.008.572.874
Provisões para crédito concedido (Nota 15) (6)	(214.958.384)	(219.407.943)
Total de crédito líquido (7) = (5) - (6)	675.547.892	789.164.931

Tendo por base a divisão entre crédito regular e irregular à luz da Norma de Aplicação Permanente nº 7/2007, de 6 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a carteira de crédito em 31 de dezembro de 2021 e 2020 segmenta-se da seguinte forma:

	2021	2020
Crédito Regular		
Normal	624.844.184	695.879.629
Sob supervisão	22.471.362	51.369.223
	<u>647.315.546</u>	<u>747.248.852</u>
	2021	2020
Crédito Irregular		
Abaixo do normal	15.259.555	36.676.691
Crédito duvidoso	34.839.450	28.155.738
Perda	48.105.342	26.602.859
Crédito em cobrança coerciva	141.195.224	164.728.803
	<u>239.399.572</u>	<u>256.164.092</u>

Segundo o plano de contas para as instituições financeiras emanado do BCSTP, os créditos com prestações vencidas até 89 dias, inseridos nas classes 1 e 2 da carteira de crédito (situação normal e sob supervisão respetivamente), são consideradas em situação regular. Os créditos com prestações vencidas superiores a 90 dias, inseridos nas classes 3, 4 e 5 da carteira de crédito (situação abaixo do normal, duvidoso e perda, respetivamente), são

considerados de irregulares ou adversamente classificados. O crédito em cobrança coerciva insere-se na classe 5 da carteira de crédito e é constituído por contratos que se encontram em situação de contencioso.

Para efeitos de distribuição do mapa apresentado abaixo, a distinção entre crédito vivo e crédito vencido é efetuada tendo por base a divisão entre exposição viva (sem dias de atraso) e vencida (com incumprimento) de cada contrato.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as provisões constituídas para clientes nas categorias "Irregular" ascendem a 214.958mSTN e 219.408mSTN, respetivamente, e encontram-se a abater o valor bruto de crédito no ativo na linha "Crédito sobre clientes".

As provisões constituídas para clientes na categoria "Regular" encontram-se refletidas na rubrica "Provisões diversas" (Notas 15 e 16) da Situação Líquida e ascendem a 12.413 mSTN e 16.645 mSTN, referente ao ano de 2021 e 2020, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição do crédito e respetivas provisões pelas classes apresentadas no mapa anterior, pode ser detalhada como segue:

2021								
Classe	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões		
		Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total
Normal	624.525.312	-	318.872	318.872	624.844.184	10.166.066	-	10.166.066
Sob supervisão	15.036.253	7.174.300	260.809	7.435.109	22.471.362	1.030.894	1.216.242	2.247.136
Total de Crédito Regular	639.561.565	7.174.300	579.682	7.753.981	647.315.546	11.196.960	1.216.242	12.413.202
Abaixo do normal	12.480.467	2.743.202	35.886	2.779.088	15.259.555	618.826	3.236.221	3.855.047
Crédito Duvidoso	31.099.695	3.679.369	60.385	3.739.754	34.839.450	1.785.978	20.016.793	21.802.771
Perda	27.605.841	20.152.971	346.531	20.499.502	48.105.342	11.557.746	36.547.597	48.105.342
Crédito em Contencioso	-	141.195.224	-	141.195.224	141.195.224	140.586.457	608.767	141.195.224
Total de crédito irregular	71.186.004	167.770.766	442.802	168.213.568	239.399.572	154.549.007	60.409.377	214.958.384
	710.747.569	174.945.066	1.022.484	175.967.550	886.715.118	165.745.967	61.625.619	227.371.586
2020								
Classe	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões		
		Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total
Normal	644.846.478	42.983.175	8.049.976	51.033.151	695.879.629	10.741.321	-	10.741.321
Sob supervisão	45.935.943	5.374.525	58.754	5.433.279	51.369.223	1.461.878	4.442.159	5.904.037
Total de Crédito Regular	690.782.421	48.357.700	8.108.730	56.466.430	747.248.852	12.203.199	4.442.159	16.645.358
Abaixo do normal	34.471.288	2.200.403	5.000	2.205.404	36.676.691	1.090.797	8.927.965	10.018.762
Crédito Duvidoso	17.904.821	10.157.878	93.039	10.250.917	28.155.738	4.860.108	13.197.410	18.057.518
Perda	10.150.641	16.134.861	317.357	16.452.218	26.602.859	9.564.942	17.037.918	26.602.859
Crédito em Contencioso	-	164.728.803	-	164.728.803	164.728.803	164.728.803	-	164.728.803
Total de crédito irregular	62.526.750	193.221.946	415.396	193.637.342	256.164.092	180.244.650	39.163.293	219.407.943
	753.309.172	241.579.646	8.524.127	250.103.773	1.003.412.944	192.447.849	43.605.452	236.053.301

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram constituídas provisões adicionais para crédito concedido (provisões económicas) nos montantes de STN 61.625.619 e STN 43.605.452, respetivamente. O incremento das provisões económicas em 2021, conforme apresentado no mapa anterior, decorre da crescente situação de incerteza económica provocadas pela pandemia de COVID-19, e em resultado da qual estima-se dificuldades na cobrança dos créditos irregulares ou reestruturados.

Em 31 de Dezembro de 2021 o crédito irregular sem imparidade representa cerca de 10% do total (14% no ano anterior).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição da carteira de crédito a clientes, por finalidade de financiamento, pode ser detalhada como segue:

	2021			2020		
	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido
Empresas						
Agrícola	951.646		951.646	964.496	-	964.496
Automóvel	1.378.317	256.586	1.634.903	469.928	-	469.928
Comércio		3.772.549	3.772.549	2.235.373	3.802.549	6.037.923
Construção	792.165	3.150.558	3.942.723	1.968.032	2.708.137	4.676.169
Consumo	2.431.350	1.137.908	3.569.258	371.368	1.107.712	1.479.080
Habitação	9.876.784	14.655.899	24.532.683	682.057	14.841.841	15.523.898
Importação	2.477.736	944.398	3.422.133	6.398.704	902.338	7.301.042
Investimento:	70.386.606	91.793.526	162.180.132	121.993.920	85.886.456	207.880.376
-Agricultura e Pecuária	1.454.820	1.421.295	2.876.115	979.354	684.956	1.664.311
-Comercio	30.234.442	72.266.275	102.500.717	23.884.841	65.595.846	89.480.687
-Construção	31.997.834	4.260.975	36.258.808	46.102.297	2.766.917	48.869.214
-Educação	1.855.685		1.855.685	1.594.636		1.594.636
-Serviços	1.203.248	9.498.821	10.702.069	48.532.317	9.126.969	57.659.286
-Turismo	3.640.576	4.346.160	7.986.736	900.475	7.711.768	8.612.243
Outros Tipos	30.030.898	22.646.419	52.677.316	22.421.043	43.696.814	66.117.857
Turismo	-	-	-	-	-	-
Organismo Central do Estado	111.138.180		111.138.180	154.108.993		154.108.993
	229.463.682	138.357.843	367.821.525	311.613.915	152.945.848	464.559.763
Particulares						
Agrícola	501.157	5.986	507.142	1.190.983	159.778	1.350.761
Automóvel	4.229.712	1.005.441	5.235.152	3.547.379	1.789.955	5.337.334
Comércio	93.389	7.235.731	7.329.119	638.950	7.788.256	8.427.206
Construção	139.374.815	13.001.801	152.376.616	168.570.509	27.634.131	196.204.640
Consumo	82.337.508	5.985.766	88.323.274	72.913.873	9.122.103	82.035.976
Educação	816.941	29.037	845.978	935.528	155.305	1.090.832
Exportação			-	-	-	-
Habitação	161.533.696	45.391.886	206.925.582	150.783.099	31.431.309	182.214.407
Importação		488.428	488.428	-	507.374	507.374
Investimento	27.669.316	21.124.527	48.793.843	35.515.802	17.546.607	53.062.409
Outros Tipos	715.404	6.625.273	7.340.676	1.144.004	7.083.428	8.227.431
Saúde	579.927	147.854	727.781	394.810	-	394.810
	417.851.865	101.041.729	518.893.593	435.634.937	103.218.244	538.853.181
	647.315.546	239.399.572	886.715.118	747.248.852	256.164.092	1.003.412.944

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o crédito em situação regular apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2021		2020	
	Taxa de Juro	Crédito regular	Taxa de Juro	Crédito regular
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	12,99%	628.707.852	12,49%	719.241.616
Em Dólares dos Estados Unidos	5,91%	13.953.324	6,88%	24.083.669
Em Euros	10,30%	4.654.371	7,52%	3.923.566
		647.315.546		747.248.852

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2021	2020
	Total	Total
Até 3 meses	32.244.559	28.682.619
De 3 meses a 1 ano	51.107.672	45.284.398
De 1 ano a 5 anos	456.017.303	506.855.393
Mais de 5 anos	259.519.370	311.192.617
Indeterminado	87.826.214	111.397.917
	886.715.118	1.003.412.944

O crédito com duração indeterminada inclui o crédito em cobrança coerciva e os contratos nos quais a data de vencimento contratualizada se encontra ultrapassada.

7. TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de desconto	Data de vencimento	2021			
					Montante em STN	Juros a receber	Desconto	Total
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0013)	STN	97.087.379	3,00%	24/02/2022	97.087.379	-	2.912.621	100.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0014)	STN	53.398.058	3,00%	10/03/2022	53.398.058	-	1.601.942	55.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0015)	STN	36.058.248	4,00%	19/05/2022	36.058.248	-	1.441.752	37.500.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0016)	STN	47.963.010	4,25%	20/08/2022	47.963.010	-	2.036.990	50.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0017)	STN	114.425.723	4,23%	17/09/2022	114.425.723	-	4.832.832	119.258.555
					348.932.418	-	12.826.137	361.758.555
2020								
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0010)	STN	165.048.544	3%	12/03/2021	165.048.544	-	4.951.456	170.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0011)	STN	189.152.627	3%	07/10/2021	189.152.627	-	5.674.579	194.827.206
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0012)	STN	44.343.952	3%	29/06/2021	44.343.952	-	656.048	45.000.000
					398.545.123	-	11.282.083	409.827.206

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os títulos estão registados pelo seu valor nominal. O valor do desconto encontra-se registado na conta referente a “Receitas com proveitos diferidos” e espelhados no passivo na “Contas de regularização” (Nota 14).

A 31 de dezembro o Banco apenas dispunha na sua carteira Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe.

8. IMOBILIZAÇÕES

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	31/12/2020					Abates				31/12/2021		
	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Transferências	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imobilizações corpóreas												
Imóveis de serviço próprio	259.396.298	(75.342.238)	184.054.060	7.837.473	(7.351.199)	-	-	-	1.223.775	268.457.546	(82.693.436)	185.764.110
Mobiliário e material	38.910.905	(30.025.001)	8.885.904	637.961	(3.100.482)	-	-	-	-	39.548.866	(33.125.483)	6.423.382
Maquinas e ferramentas	33.801.302	(23.860.994)	9.940.307	1.271.662	(2.593.578)	-	-	-	-	35.072.964	(26.454.572)	8.618.391
Equip. Informático-hardware	26.982.006	(20.849.511)	6.132.495	1.988.327	(3.312.184)	-	-	-	-	28.970.333	(24.161.695)	4.808.638
Instalações interiores	13.719.719	(8.896.080)	4.823.639	767.579	(1.249.636)	-	-	-	-	14.487.298	(10.145.716)	4.341.582
Material de Transporte	13.430.276	(11.078.193)	2.352.082	2.783.344	(888.378)	5.170.480	(5.068.397)	-	-	11.043.139	(6.898.174)	4.144.965
Equipamentos de Segurança	4.732.216	(2.901.943)	1.830.274	133.538	(363.076)	-	-	-	-	4.865.754	(3.265.018)	1.600.736
Outros Equipamentos	2.876.573	(1.758.061)	1.118.512	-	(241.848)	-	-	-	-	2.876.573	(1.999.909)	876.664
Património artístico	1.084.005	-	1.084.005	-	-	-	-	-	-	1.084.005	-	1.084.005
	394.933.299	(174.712.021)	220.221.278	15.419.884	(19.100.381)	5.170.480	(5.068.397)	0	1.223.775	406.406.478	(188.744.005)	217.662.473
Imobilizações incorpóreas												
Equip. Informático-software	41.174.759	(32.799.160)	8.375.599	1.065.998	(5.082.072)	-	-	-	866.629	43.107.386	(37.881.232)	5.226.155
Outros	55.156	(55.156)	-	-	-	-	-	-	-	55.156	(55.156)	-
	41.229.915	(32.854.316)	8.375.599	1.065.998	(5.082.072)	-	-	-	866.629	43.162.543	(37.936.388)	5.226.155
Imobilizações em curso												
Imobilizações incorpóreas	866.627	-	866.627	2.142.486	-	-	-	-	- 2.090.403	918.711	-	918.711
Imóveis de serviço próprio	1.491.421	-	1.491.421	620.574	-	-	-	-	-	2.111.995	-	2.111.995
Imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	-	-	-	36.675	-	-	-	-	-	36.675	-	36.675
Máquinas e ferramentas	-	-	-	2.288.825	-	-	-	-	-	2.288.825	-	2.288.825
Equipamento informático	184.145	-	184.145	2.275.679	-	-	-	-	-	2.459.824	-	2.459.824
Instalações interiores	743.231	-	743.231	9.809	-	-	-	-	-	753.040	-	753.040
Outras Imobilizações Corpóreas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de Transporte	-	-	-	1.389.640	-	-	-	-	-	1.389.640	-	1.389.640
	3.285.425	-	3.285.425	8.763.688	-	-	-	-	(2.090.403)	9.958.711	-	9.958.711
Imobilizações financeiras												
SPAUT	2.940.000	(2.940.000)	-	-	-	-	-	2.940.000	-	2.940.000	(2.940.000)	-
	2.940.000	(2.940.000)	-	-	-	-	-	2.940.000	-	2.940.000	(2.940.000)	-
	442.388.639	(210.506.337)	231.882.302	25.249.571	(24.182.453)	5.170.480	(5.068.397)	2.940.000	-	462.467.731	(229.620.393)	232.847.338

A rubrica “Imobilizações corpóreas – Imóveis de serviço próprio” inclui o montante de STN 7.091.143 relativos à aquisição de um imóvel para residência de um dos administradores executivos do Banco.

A rubrica “Imobilizações corpóreas – Material de transporte” e Imobilizações em curso – Material de transporte” inclui o montante de STN 2.783.344 e STN 1.389.640 relativo à aquisição de três viaturas para os administradores executivos do Banco, duas delas para renovação das viaturas que já se encontravam totalmente amortizadas.

A rubrica “Imobilizações em curso – Máquinas e ferramentas” inclui o montante de STN 1.075.893 relativo à aquisição de um novo sistema de gestão de filas e o montante de STN 974.826 associado à aquisição de novas máquinas ATM’s e POS.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Imobilizações Financeiras – SPAUT”, refere-se a uma participação de 8%, correspondente a 120 ações, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a STN 36.750.000.

No exercício de 2017 o Banco provisionou em 100% esta participação, em resultado da ausência de informação financeira auditada e consequente baixa perspetiva, por parte do Conselho de Administração do Banco, de recuperabilidade futura. Embora em 2020 a SPAUT tenha iniciado um processo de reestruturação do seu modelo de negócio, visando uma melhoria substancial na qualidade de serviço e inclusão de novos serviços de pagamento na rede Dobra24, o BISTP, prudencialmente, mantém a sua participação provisionada em 100%.

9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito	49.554.960	35.066.287
Adiantamentos - Cash advance	551.906	227.826
Western Union	1.083.785	997.475
Imposto sobre rendimento (IRC) a receber	-	6.765.696
Imposto sobre rendimento (IRS) a receber	-	-
Cartões VISA	3.014.661	-
Outros	591.739	3.576.327
	<u>54.797.050</u>	<u>46.633.610</u>
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 15)	(16.860.182)	(10.005.932)
	<u>37.936.868</u>	<u>36.627.678</u>

Os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito têm uma maior relevância ao nível dos “Outros Ativos”. No exercício de 2021 o Banco recebeu um imóvel em dação por recuperação de crédito que representa um ativo bruto no montante de STN 15.925.000, levando ao aumento desses ativos no balanço do Banco.

Destaca-se que com a dação deste imóvel transitou um contrato de arrendamento, o qual vigorou durante o exercício de 2021. O Conselho de Administração confirma que mantém a intenção de proceder à alienação do referido imóvel.

Com base nos dados históricos do Banco estimou-se um tempo médio de venda dos imóveis em carteira em torno de 3 anos. Importa destacar também a alienação de um imóvel no valor de STN 1.436.328 realizada em 2021.

Em 31 de Dezembro de 2021 foram utilizados um total de STN 6.765.696 de imposto sobre rendimento apurado em 2020 para abater as parcelas de imposto sobre neste ano decorrente de um volume de resultados, neste ano, muito superior ao resultado de 2020. Os pagamentos trimestrais adiantados do imposto sobre rendimento ao longo de 2020 tinham superado em STN 6.765.696 o IRC calculado com base no resultado apurado no exercício económico de 2020. Este valor de imposto a receber foi usado para fazer os pagamentos trimestrais adiantados sobre rendimento ao longo de 2021.

A rubrica “Cartões VISA” diz respeito aos valores pendentes de compensação pela rede VISA.

A 31 de dezembro de 2020 a rubrica “Outros” incluía o montante de STN 2.377.318 associados a valores a receber decorrentes de fraudes praticadas por colaboradores do Banco, as quais se encontravam em contencioso. Considerando a antiguidade destes processos e o facto apresentarem imparidade a 100%, o Banco abateu do ativo estes ativos, por utilização de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a decomposição por antiguidade da carteira dos imóveis no Banco é a seguinte:

<u>Ano de Aquisição</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	Movimento em 2021				<u>Saldo em 31/12/2021</u>
		Aquisições	Despesas Associadas	Alienações	Reavaliação Cambial	
Anterior a 2012	241.693	-	-	-	-	241.693
2012	2.211.563	-	-	-	-	2.211.563
2013	2.240.398	-	-	-	-	2.240.398
2014	-	-	-	-	-	-
2015	980.000	-	-	-	-	980.000
2016	4.777.500	-	-	-	-	4.777.500
2017	1.436.328	-	-	1.436.328	-	-
2018	-	-	-	-	-	-
2019	19.038.000	-	-	-	-	19.038.000
2020	4.140.805	-	-	-	-	4.140.805
2021	-	15.925.000	-	-	-	15.925.000
Total	35.066.287	-	-	1.436.328	-	49.554.959

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito resumem-se como se segue:

<u>Ano de Aquisição</u>	2021			2020		
	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido
Anterior a 2012	241.693	241.693	-	241.693	241.693	0
2012	2.211.563	2.211.563	0	2.211.563	2.211.563	0
2013	2.240.398	2.240.398	- 0	2.240.398	1.960.349	280.049
2014	-	-	-	-	-	-
2015	980.000	755.417	224.583	980.000	612.500	367.500
2016	4.777.500	3.483.594	1.293.906	4.777.500	2.388.750	2.388.750
2017	-	-	-	1.436.328	211.328	1.225.000
2018	-	-	-	-	-	-
2019	19.038.000	5.751.063	13.286.938	19.038.000	2.379.750	16.658.250
2020	4.140.805	517.601	3.623.204	4.140.805		4.140.805
2021	15.925.000	1.658.854	14.266.146			
Total	49.554.959	16.860.182	32.694.777	35.066.287	10.005.932	25.060.355

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco tem registradas provisões no montante de STN 16,860,182 e STN 10,005,932, respetivamente, para fazer face a menos-valias na realização destes imóveis. Estas provisões são calculadas com base nos distintos métodos definidos na Nota 2.2 d).

Em 2021 foram celebrados dois contratos de promessa de compra e venda para os imóveis adquiridos em 2015 e 2020 cujas escrituras só se irão realizar a longo prazo, pelo que foi mantido o nível de provisões alocado tendo em conta o valor atual dos preços de venda.

Em 2017 foi desreconhecido o valor de um imóvel por cedência da sua posse a um terceiro, mantendo-se, contudo, o registo de propriedade em nome do Banco até que a escritura de venda definitiva ocorra.

O movimento de imparidade sobre estes saldos poderá ser consultado na Nota 15.

10. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Proveitos a receber:		
Outras comissões	1.542.915	1.058.902
Despesas com custos diferido:		
Licenças de software	1.012.893	1.035.321
Seguros	831.693	825.930
Rendas	85.015	85.015
Outras despesas	883.655	715.268
	2.813.257	2.661.534
Outras contas de regularização do ativo		
Outros	227.176	1.739.951
	4.583.348	5.460.387

contratos se referem a períodos futuros. Estes serviços encontram-se maioritariamente relacionados com licenças de software e seguros.

A variação ocorrida na rubrica contas de regularização do ativo - Outros , decorre em grande medida da recuperação de gastos realizados com alguns créditos que se encontravam em processo de cobrança coerciva juntos dos tribunais, em virtude de recuperação desses créditos. Assim o maior volume de recuperações de crédito ocorridas em 2021 explica a contração verificada nas outras contas de regularização do ativo.

A 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “Proveitos a receber – Outras comissões”, no montante de STN 1.542.915, está relacionada com as comissões no âmbito da cobrança de receitas aduaneiras das alfândegas de S. Tomé por liquidar.

A rubrica “Despesas com custos diferido” corresponde a pagamentos por conta de fornecimentos e serviços de terceiros que, de acordo com os respetivos

11. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Depósitos à ordem:		
Residente em moeda nacional:		
Organismos autónomos e empresas privadas	630.516.512	932.115.636
Particulares	494.328.303	442.329.489
Organismos estatais e empresas públicas	253.135.347	278.680.755
	1.377.980.162	1.653.125.880
Residentes em moeda estrangeira:		
Organismos autónomos e empresas privadas	228.559.533	252.301.726
Particulares	220.856.349	227.928.853
Organismos estatais e empresas públicas	110.018.388	50.298.604
	559.434.270	530.529.183
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares	14.882.546	14.384.407
Total de depósitos à ordem (1)	1.952.296.978	2.198.039.470
Depósitos a prazo :		
Residentes em moeda nacional		
Particulares	146.391.005	156.472.985
Organismos autónomos e empresas privadas	4.196.091	4.358.136
Organismos estatais e empresas públicas	-	-
	150.587.097	160.831.121
Residentes em moeda estrangeira		
Organismos autónomos e empresas privadas	216.757	170.541
Particulares	40.372.127	36.319.813
	40.588.884	36.490.353
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares		
Organismos autónomos e empresas privadas	158.301	1.110.975
	158.301	1.110.975
Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes	2.497.869	2.194.794
Total de depósitos a prazo (2)	193.832.150	200.627.244
Total de depósitos de clientes (3) = (1) + (2)	2.146.129.128	2.398.666.713

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2021		2020	
	Taxa de Juro	Montante	Taxa de Juro	Montante
Em Dobras de São Tom	3,77%	150.587.097	3,53%	162.875.046
Em Dólares dos Estado	0,58%	26.651.194	0,03%	24.902.255
Em Euros	0,02%	12.128.127	0,01%	11.949.733
Em Libras Esterlinas	0,19%	1.967.864	0,00%	900.210
		<u>191.334.282</u>		<u>200.627.244</u>

Os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2021			2020		
	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total
Até três meses	15.833.872	14.935	15.848.808	20.693.081	19.036	20.712.117
De três a 1 ano	25.425.370	65.811	25.491.181	44.688.672	128.023	44.816.695
De 1 ano a 5 anos	111.940.369	1.184.935	113.125.304	106.460.742	1.209.677	107.670.419
Mais de 5 anos	38.134.670	1.232.187	39.366.857	26.589.954	838.059	27.428.013
Duração indeterminada	-	-	-	-	-	-
	<u>191.334.282</u>	<u>2.497.869</u>	<u>193.832.150</u>	<u>198.432.449</u>	<u>2.194.795</u>	<u>200.627.244</u>

12. RECURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Moeda nacional		
Cheques a Cobrar	7.897.811	9.653.274
Valores Consignados	24	974.200
	<u>7.897.835</u>	<u>10.627.474</u>
Moeda estrangeira		
Recursos de clientes	1.026.774	587.538
Outros recursos de particulares	298.532	152.028
Recursos de intuições financeiras	27.336	-
	<u>1.352.641</u>	<u>739.566</u>
	<u>9.250.476</u>	<u>11.367.040</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo das rubricas “Moeda nacional” e “Moeda estrangeira” estão compostas essencialmente por respetivamente, valores de cheques visados, espelhados na rubrica “Cheques e cobrar” e valores depositados na conta à ordem no estrangeiro, espelhados na rubrica “Recursos de clientes”, cujo beneficiários e ordenantes são desconhecidos.

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Credores:		
Acionistas	28.133.030	27.952.427
Caução por abertura de créditos documentários	21.339.485	2.120.664
Caução para operações de crédito	12.406.053	7.412.351
Fornecedores	7.941.675	10.667.539
Retenção na fonte sobre trabalho independente	1.083.273	1.254.254
Imposto de selo sobre operações bancárias	751.568	1.054.740
Imposto sobre o consumo	574.733	605.219
Outros impostos e tributos	513.651	624.870
Outros credores	117.205	62.069
Retenção na fonte sobre rendimento de capitais	189.216	194.601
	<u>73.049.889</u>	<u>51.948.733</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante de STN 21,339,485 diz respeito a cauções efetuadas para garantia de cobertura sobre as operações de crédito documentário em carteira, em particular a operação de CDI destinada a importação de combustível. Estas operações são autorizadas pela Comissão Executiva (CE).

A rubrica “Credores – Outros credores” inclui o montante de STN 28.133.030 associado aos dividendos a entregar ao acionista Caixa Geral de Depósitos, S.A.

14. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Custos a pagar:		
Férias e subsídio de férias	9.546.003	9.867.649
Prémio de produtividade	10.003.831	8.021.264
Prémio de antiguidade	3.468.910	3.636.910
Outros custos a pagar	1.306.620	7.508.728
	<u>24.325.364</u>	<u>29.034.551</u>
Receitas com proveito diferido:		
Empréstimo e créditos em conta corrente	20.532.676	21.772.465
Obrigações e outros títulos	5.992.941	5.939.552
Garantias e avales prestados	28.769	763.282
Outras receitas	9.625	49.092
	<u>26.564.011</u>	<u>28.524.390</u>
Outras contas de regularização:		
Compensação sistema de pagamentos	<u>9.478.684</u>	<u>6.577.864</u>
Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19)	<u>9.759.061</u>	<u>-</u>
	<u>70.127.120</u>	<u>64.136.805</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo da rubrica “Outras contas de regularização – Compensação sistema de pagamentos” refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos.

15. PROVISÕES

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

O prémio de produtividade referentes aos exercícios de 2021 e 2020, eleva-se a STN 10,003,831 e STN 8,021,264, respetivamente (Nota 2.2. k.).

A rubrica de outros custos a pagar refere-se a faturas de fornecedores e gastos gerais, recebidas no final do respetivo ano.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica “Receitas com proveito diferido – Empréstimos e créditos em conta corrente” refere-se ao diferimento das comissões associadas as operações de crédito.

2021							
	Saldo em 31/12/2020	Dotação líquida	Utilizações	Transferência	Diferenças de câmbio e outros	Reclassificação	Saldo em 31/12/2021
A deduzir ao ativo							
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	219.407.943	3.434.969	8.947.562	-	1.063.035	-	214.958.384
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2.940.000	-	-	-	-	-	2.940.000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	10.005.932	7.081.782	211.328	-	16.204	-	16.860.182
	232.353.875	10.516.750	9.158.890	-	1.046.831	-	234.758.566
Reconhecida na situação líquida							
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	16.645.357	(4.237.882)	-	-	5.727	-	12.413.202
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	735.702	5.898	-	-	(32.496)	-	709.103
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	2.568.742	0	2.321.046	-	16.204	-	263.900
Outras provisões (Nota 16)	1.410.787	(217.783)	-	-	-	-	1.193.004
	21.360.589	(4.449.768)	-	-	(10.565)	-	14.579.210
	253.714.463	6.066.982	9.158.890	-	1.036.266	-	249.337.775
2020							
	Saldo em 31/12/2019	Dotação líquida	Utilizações	Transferência	Diferenças de câmbio e outros	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020
A deduzir ao ativo							
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	209.120.200	13.664.147	385.820	-	(1.596.716)	(1.393.868)	219.407.943
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2.940.000	-	-	-	-	-	2.940.000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	6.350.000	3.709.774	-	-	(53.843)	-	10.005.932
	218.410.200	17.373.921	385.820	-	(1.650.559)	(1.393.868)	232.353.875
Reconhecida na situação líquida							
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	18.343.078	(3.088.023)	-	-	(3.565)	1.393.868	16.645.357
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	1.275.285	(468.118)	-	-	(71.465)	-	735.702
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	2.895.163	(382.748)	-	-	56.327	-	2.568.742
Outras provisões (Nota 16)	1.410.787	-	-	-	-	-	1.410.787
	23.924.315	(3.938.890)	-	-	(18.704)	1.393.868	21.360.589
	242.334.515	13.435.031	385.820	-	(1.669.263)	-	253.714.463

A rubrica “Outras provisões” inclui o montante de STN 1.193.004, o qual visa a cobertura de contingências devidamente identificadas, decorrentes da atividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a refletir a melhor estimativa do montante e respetiva probabilidade de pagamento.

16. MOVIMENTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

O movimento nas rubricas da situação líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	Reservas					Provisões diversas	Resultado líquido do exercício	Correcções dos resultados dos exercícios anteriores	Total	
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras					
Saldos em 31-12-2019	166.600.000	38.319.932	892.214	31.139.164	105.986.264	176.337.574	23.924.315	62.325.287	933.877	430.121.053
Excesso de estimativa do imposto do exercicio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	6.232.529	-	-	18.697.586	24.930.115	-	(24.930.115)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37.395.172)	-	(37.395.172)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	35.610.772	-	35.610.772
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(2.563.726)	-	-	(2.563.726)
								-		
Saldos em 31-12-2020	166.600.000	44.552.461	892.214	31.139.164	124.683.850	201.267.689	21.360.589	35.610.772	933.877	425.772.927
Excesso de estimativa do imposto do exercicio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	3.561.077	-	-	10.683.231	14.244.309	-	(14.244.309)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(21.366.463)	-	(21.366.463)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	62.844.253	-	62.844.253
Transferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(6.781.379)	-	-	(6.781.379)
								-		
Saldos em 31-12-2021	166.600.000	48.113.538	892.214	31.139.164	135.367.081	215.511.997	14.579.210	62.844.253	933.877	460.469.337

Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social do Banco está representado por 150,000,000 ações, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

No decorrer do exercício de 2017, o Banco deliberou realizar um aumento de capital, no valor de STN 16.600.000, através da incorporação de reservas de reavaliação cambial constituídas em exercícios passados. O número de ações representativas do capital social do Banco foi aumentado de 150.000.000 em 31 de dezembro de 2016 para 166.600.000 em 31 de dezembro de 2017. O valor nominal das ações foi mantido em STD 1.000.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a estrutura acionista do Banco, detalhada por número de ações, é a seguinte:

	2021	
	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79.968.000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44.982.000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41.650.000	25%
	<u>166.600.000</u>	<u>100%</u>

	2020	
	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79.968.000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44.982.000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41.650.000	25%
	<u>166.600.000</u>	<u>100%</u>

Reserva legal

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado

líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

Reserva de reavaliação

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efetuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do ativo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de STN 892,214, resulta das reavaliações efetuadas pelo Banco até ao exercício de 1998. Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

Reserva de reavaliação cambial

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10 de janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco passou a atualizar os ativos líquidos em moeda estrangeira. Os montantes das reavaliações cambiais mensais ao nível da posição cambial em divisas eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco, mas que não afetava os resultados do exercício. Esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de março de 2008,

com a entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de novembro do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício. Em 2014 o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de março e 31 de dezembro de 2008, e acrescida do impacto da atualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de mSTD 1,904,626. No exercício de 2017 a reserva de reavaliação foi reduzida em STN 16,600,000, decorrente do aumento de capital deliberado pelo Banco.

Esta provisão tinha sido constituída nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº11/07, de 26 de novembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe e apenas pode ser utilizada para aumento do capital social do Banco.

Provisões diversas

A rubrica de provisões diversas apresentada na situação líquida do Banco inclui provisões para riscos gerais de crédito (Nota 2.2 c), Nota 6 e Nota 15), provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 2.2 c), Nota 15 e Nota 18)e Nota 15), provisões para outros ativos (Nota 2.2 d), Nota 9 e Nota 15) e outras provisões (Nota 15). O registo destas provisões na situação líquida do Banco está conforme o definido no PCIF.

17. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ACCIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais saldos e transações mantidos com os acionistas do Banco são os seguintes:

Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)

Caixa Geral de Depósitos	56.968.539	58.737.153
Banco Angola de Investimentos	-	3.591.127
	56.968.539	62.328.280

Créditos e Outros sobre instituições de crédito

Geral de Depósitos (Nota 5)	97.576.514	63.866.702
Banco Angola de Investimentos (Nota 5)	-	-
Estado de S. Tomé e Príncipe (Nota 6)	111.138.180	154.108.993
	208.714.694	217.975.694

Obrigações e outros títulos (Nota 7)

Caixa Geral de Depósitos	-	-
Banco Angola de Investimentos	-	-
Estado de S. Tomé e Príncipe	361.758.555	409.827.206
	361.758.555	409.827.206

Outros Ativos (Nota 9)

Caixa Geral de Depósitos	551.906	227.826
Banco Angola de Investimentos	-	-
	551.906	227.826

Outros Passivos (Nota 13)

Caixa Geral de Depósitos	28.133.030	27.952.427
Banco Angola de Investimentos	-	-
	28.133.030	27.952.427

Margem Financeira (Nota 20)

Caixa Geral de Depósitos	94.572	1.639.669
Banco Angola de Investimentos	-	86.852
Estado de S. Tomé e Príncipe	13.329.538	13.659.472
	13.424.110	15.385.992

	2021	2020
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)		
Caixa Geral de Depósitos	56.968.539	58.737.153
Banco Angola de Investimentos	-	3.591.127
	56.968.539	62.328.280
Créditos e Outros sobre instituições de crédito		
Geral de Depósitos (Nota 5)	97.576.514	63.866.702
Banco Angola de Investimentos (Nota 5)	-	-
Estado de S. Tomé e Príncipe (Nota 6)	111.138.180	154.108.993
	208.714.694	217.975.694
Obrigações e outros títulos (Nota 7)		
Caixa Geral de Depósitos	-	-
Banco Angola de Investimentos	-	-
Estado de S. Tomé e Príncipe	361.758.555	409.827.206
	361.758.555	409.827.206
Outros Ativos (Nota 9)		
Caixa Geral de Depósitos	551.906	227.826
Banco Angola de Investimentos	-	-
	551.906	227.826
Outros Passivos (Nota 13)		
Caixa Geral de Depósitos	28.133.030	27.952.427
Banco Angola de Investimentos	-	-
	28.133.030	27.952.427
Margem Financeira (Nota 20)		
Caixa Geral de Depósitos	94.572	1.639.669
Banco Angola de Investimentos	-	86.852
Estado de S. Tomé e Príncipe	13.329.538	13.659.472
	13.424.110	15.385.992

18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avals prestados	17.571.545	29.443.531
Créditos documentários abertos	17.271.030	17.067.487
	<u>34.842.575</u>	<u>46.511.018</u>
Responsabilidade por prestação de serviços:		
Cobrança de valores sobre o estrangeiro	4.834.552	1.606.261
Depósitos e guarda de valores	1.080.000	1.080.000
	<u>5.914.552</u>	<u>2.686.261</u>
Responsabilidades de terceiros:		
Garantias reais	<u>1.434.411.748</u>	<u>1.398.654.807</u>
Outras contas extrapatrimoniais:		
Consignações	160.283	411.613
Contas diversas	<u>26.742.788</u>	<u>22.630.045</u>
	<u>26.903.070</u>	<u>23.041.658</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões para garantias e avals prestados apresenta m os seguintes valores:

	2021	2020
Provisões para garantias e avals prestados (Nota 15)	<u>709.103</u>	<u>735.702</u>

As provisões para garantias e avals prestados são apresentadas na rubrica de

provisões diversas incluída na situação líquida do Banco (Nota 16), conforme definido no PCIF.

Tal como descrito na Nota 2.2 c), em 31 de dezembro de 2019 as provisões constituídas são equivalentes a 2% do total das exposições extrapatrimoniais apurado conforme o Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

19. IMPOSTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

	2021	2020
Resultado antes de imposto	84.880.003	48.800.751
Ajustamentos:		
Impostos pago em nome de terceiro (Artº 30, nº 1, alínea d))		-
Salários e outros remunerações a pagar (Art. 30º, nº 3, alínea c))	(321.647)	763.756
Prémio de desempenho a pagar (Art.30º, nº 3, alínea c))	1.982.566	1.261.272
Prémio de antiguidade a pagar (Art.30º, nº 3, alínea c))	(167.999)	391.997
Multas e demais sanções (Artº 30.1 e)	-	-
Seguro de Vida (Art.30º, 3 a))	782.271	-
Amortizações não dedutíveis (Art.40º, nº 1, alínea e))	396.453	610.281
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art.30º, nº 2)	573.166	511.515
Combustível viaturas (Art. 30º, 2)	18.186	396.627
Despesas de representação (Art. 31º, 3)		23.722
Materia coletável	88.273.676	52.759.921
Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%)	22.035.749,89	13.189.980
Excesso de estimativa de imposto de exercícios anteriores		-
Imposto corrente do exercício (1)	<u>22.035.750</u>	<u>13.189.980</u>
Pagamentos por conta (2)	<u>3.126.791</u>	<u>16.544.171</u>
Retenções na fonte (3)	<u>9.149.899</u>	<u>3.411.503</u>
Imposto a pagar (4) = (1) - (2) - (3)	<u>9.759.061</u>	<u>(6.765.694)</u>

Nos exercícios de 2021 e 2020, as entregas antecipadas de imposto do selo, no montante de STN 793.701 e STN 997.174, respetivamente, foram refletidas na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração dos resultados (Nota 23).

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2017 a 2021. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O montante de retenções na fonte inclui uma taxa de 20% aplicada aos juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, conforme referido na Nota 2.2 h).

20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Juros e proveitos equiparados		
De crédito concedido	101.906.654	95.834.392
De obrigações e outros títulos	12.772.748	13.659.472
Comissões associadas a operações de crédito	9.004.060	7.950.298
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	652.416	4.465.796
Outros	-	-
	<u>124.335.878</u>	<u>121.909.957</u>
Juros e custos equiparados:		
De depósitos de clientes	5.885.089	6.395.337
Outros	5.500	27.349
	<u>5.890.589</u>	<u>6.422.686</u>

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimento de serviços e comissões:		
Comissões de transferência	42.197.848	37.942.486
Proveitos de Operações Cambiais	24.464.503	24.844.698
Outras comissões	14.748.232	16.928.867
Comissão de manutenção de conta	7.625.216	6.338.209
Comissões de créditos documentários à importação	7.155.883	4.055.340
Comissão de intervenção	2.687.349	3.451.781
Comissões de garantias e avales	1.326.595	3.465.647
Comissão de imobilização de conta	913.918	2.075.294
Comissão de risco	207.873	182.038
	<u>101.327.417</u>	<u>99.284.360</u>
Encargos com serviços e comissões:		
Serviços bancários prestados por conta de terceiros	10.438.872	7.835.126
Manutenção de cartões	7.407.116	4.319.590
Outras comissões	1.060.944	2.118.620
Taxas de serviço	881.054	1.975.136
Por compromissos assumidos por terceiros	156.634	193.155
	<u>19.944.621</u>	<u>16.441.626</u>

A rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões - Outras Comissões" diz essencialmente respeito a comissões de venda de moeda, a comissões de manutenção de contas de depósitos à ordem e a comissões de transferências de valores.

A rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Comissão de risco" diz respeito às comissões cobradas nas operações de adiantamento de cash-advance.

22. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021			2020		
	Prejuízos	Lucros	Líquido	Prejuízos	Lucros	Líquido
Resultado sobre notas e moedas	(7.114.639)	9.027.146	1.912.506	(6.102.001)	5.571.450	(530.551)
Resultados em divisas	(1.457.574.169)	1.483.823.039	26.248.870	(2.170.150.166)	2.177.262.754	7.112.588
	(1.464.688.808)	1.492.850.185	28.161.376	(2.176.252.167)	2.182.834.204	6.582.038

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços bancários diversos	12.679.571	9.637.537
Recuperação de créditos incobráveis	5.260.513	991.591
Reembolso de despesas bancárias	3.546.147	3.106.915
Outros	3.382.319	1.334.643
Mais valias na venda de imobilizado	1.605.763	703.190
	26.474.313	15.773.876
Outros custos de exploração		
Impostos e taxas	1.238.771	1.173.043
Quotizações e donativos	831.094	1.798.750
Outros	278.713	4.658.981
	2.348.578	7.630.773
	24.125.735	8.143.103

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de prestação de serviços bancários diversos inclui essencialmente proveitos com a venda de cheques no montante de STN 8.298.528, e STN 6.147.794, respetivamente. A maior evolução dos proveitos com recuperação de crédito resulta da recuperação de operação de crédito em atraso e estão essencialmente compostos por juros de mora. A redução do volume de crédito irregular reflete a recuperação de crédito registado em 2021.

A rubrica de Outros custos de exploração inclui no exercício de 2020 o valor de STN 4.267.982 relativo a abates no inventário do imobilizado.

24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 20120, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Remuneração dos empregados	62.154.933	63.032.571
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	11.694.396	11.154.022
Prémio de produtividade	7.994.702	3.557.082
Encargos sociais obrigatórios	3.348.761	3.350.258
Encargos sociais facultativos	422.138	551.392
Outros	122.500	410.884
Prémios de antiguidade (Nota 2.2 i))	88.883	471.004
	85.826.313	82.527.213

O montante total de remunerações atribuídas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização, no exercício de 2021 foi de STN 25.061.982.

Total de Remunerações Atribuídas no Exercício de 2021 (Valores expressos em STN)	
Conselho de Administração	11.343.173
Conselho Fiscal	383.055
Órgão de Direção	9.784.094
Órgão de Fiscalização	3.551.660
Total	25.061.982

Em 31 de Dezembro de 2021, o montante de crédito junto do Banco que os membros dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização possuíam era de STN 6.737.945.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco tinha ao seu serviço 148 e 148 empregados efetivos, respetivamente. Entretanto, a média dos trabalhadores

ao longo do ano foi de 151, conforme a distribuição do quadro abaixo.

Efetivo médio dos trabalhadores ao longo de 2021	
Direção	7
Técnicos	53
Administrativos	73
Auxiliares	18
Total	151

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Custos com Pessoal - Outros” inclui STN 56.642 e STN 314.054 referentes a gastos com voucher e festas de confraternização nos respetivos anos

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos facultativos, esta rubrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

A rubrica “Prémio de produtividade” diz respeito a uma estimativa da Comissão Executiva, a qual será objeto de ratificação por parte da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais em 2022.

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Comunicações	9.195.509	6.717.873
Água, energia e combustível	8.193.329	8.036.888
Outros	5.613.146	2.760.919
Serviços de informática	5.450.999	5.459.275
Rendas e alugueres	4.272.796	4.023.761
Segurança e vigilância	2.979.831	2.933.982
Impressos e material de consumo corrente	2.950.429	3.397.999
Conservação e reparação	2.635.793	3.783.849
Avenças, honorários e outros trabalhos independentes	2.472.546	2.588.032
Publicidade	1.758.752	1.390.954
Transporte de Valores	1.646.156	1.619.169
Seguro	1.452.873	1.230.650
Viagens e representação	1.295.431	1.088.791
Auditoria e Consultoria	1.234.800	1.453.463
	<u>51.152.390</u>	<u>46.485.605</u>

Na rubrica “Outros” destaca-se as despesas de STN 2.124.361 com o serviço Visa.

26. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2021					
	Moeda	Moeda estrangeira				
	nacional	EUR	USD	Outras	Total ME	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	883.445.913	97.295.879	28.730.564	7.787.988	133.814.432	1.017.260.344
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2.090.795	34.036.340	55.089.680	3.780.782	92.906.803	94.997.598
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	-	334.094.005	-	334.094.005	334.094.005
Créditos sobre clientes	650.116.629	20.071.136	5.360.127	-	25.431.263	675.547.892
Obrigações e outros títulos	361.758.555	-	-	-	-	361.758.555
Imobilizações corpóreas	217.662.473	-	-	-	-	217.662.473
Imobilizações incorpóreas	5.226.155	-	-	-	-	5.226.155
Imobilizações em curso	9.958.711	-	-	-	-	9.958.711
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	33.818.551	1.301.242	2.817.075	-	4.118.317	37.936.868
Contas de regularização	4.583.348	-	-	-	-	4.583.348
Total do Ativo	2.168.661.129	152.704.598	426.091.452	11.568.771	590.364.820	2.759.025.950
Depósitos:						
À vista	1.377.980.175	281.746.703	289.034.160	3.535.940	574.316.803	1.952.296.978
A prazo ou com pré-aviso	152.901.345	12.135.698	26.826.676	1.968.432	40.930.805	193.832.150
Recurso de outras entidades	8.943.702	587.539	439.235	-	1.026.774	9.970.476
Outros passivos	15.713.072	48.172.044	522.740	-	48.694.784	64.407.856
Contas de regularização	70.955.900	6.295.264	797.989	-	7.093.252	78.049.153
Total do Passivo	1.626.494.194	348.937.247	317.620.799	5.504.372	672.062.419	2.298.556.612
Ativo/(Passivo) líquido	542.166.936	(196.232.650)	108.470.653	6.064.398	(81.697.598)	460.469.337

Tabela continua...

	2020					
	Moeda	Moeda estrangeira				Total
	nacional	EUR	USD	Outras	Total ME	
Caixa e disponibilidades no Banco Central	933.103.625	86.467.631	13.995.382	9.357.606	109.820.618	1.042.924.243
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	33.153.265	40.477.071	34.037.073	4.152.666	78.666.810	111.820.075
Outros créditos sobre instituições de crédito	55.530.885	-	261.145.783	-	261.145.783	316.676.668
Créditos sobre clientes	755.902.933	28.140.798	5.121.109	91	33.261.998	789.164.931
Obrigações e outros títulos	409.827.206	-	-	-	-	409.827.206
Imobilizações corpóreas	220.221.278	-	-	-	-	220.221.278
Imobilizações incorpóreas	8.375.599	-	-	-	-	8.375.599
Imobilizações em curso	3.285.425	-	-	-	-	3.285.425
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	31.291.214	4.338.990	997.475	-	5.336.465	36.627.678
Contas de regularização	3.769.433	1.687.294	2.463	1.196	1.690.953	5.460.387
Total do Ativo	2.454.460.862	161.111.783	315.299.286	13.511.558	489.922.628	2.944.383.490
	-	-	-	-	-	-
Depósitos:	-	-	-	-	-	-
À vista	1.652.325.880	309.857.500	231.563.975	3.492.116	544.913.590	2.197.239.470
A prazo ou com pré-aviso	163.675.046	11.950.365	24.900.796	901.037	37.752.197	201.427.244
Recurso de outras entidades	10.779.502	587.539	- 1	-	587.538	11.367.040
Outros passivos	8.749.538	35.202.680	487.787	-	35.690.467	44.440.005
Contas de regularização	57.443.966	6.399.779	293.658	- 598	6.692.839	64.136.805
Total do Passivo	1.892.973.932	363.997.862	257.246.214	4.392.555	625.636.631	2.518.610.563
	-	-	-	-	-	-
Ativo/(Passivo) líquido	561.486.930	(202.886.079)	58.053.072	9.119.004	(135.714.003)	425.772.927

27. PASSIVOS CONTINGENTES

De acordo com a política contabilística 2.2. p), os principais passivos contingentes e outros compromissos enquadrados na IAS 37 são os seguintes:

Em 2018, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe foi notificado de um processo, no montante de STN 1.715.000 , instaurado por um cliente devedor de uma operação de crédito. Por sentença proferida em 24 de agosto de 2020, o BISTP foi absolvido, porém, o autor interpôs recurso ao Supremo Tribunal de Justiça, aguardando-se prolação da sentença.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Apesar do BISTP não ter relações ou interesses comerciais diretos nas regiões em que hoje se assiste a uma maior tensão e conflito decorrente de questões geopolíticas, reconhece-se que a eclosão deste diferendo, numa região e entre países que têm algum peso na produção de matérias-primas e no comércio mundial, poderá afetar de certa forma o negócio do Banco, em particular no que diz respeito ao aumento dos preços dos produtos e serviços à escala global, provocado por alguma escassez de produção e atrasos na cadeia de fornecimento. Numa conjuntura como esta, é expectável que alguns projetos ou atividades do Banco e de seus Clientes, que dependam da aquisição de produtos e serviços do exterior, possam sofrer atrasos.

Não obstante o risco ao qual o País está exposto, em face desta atual conjuntura internacional, nesta fase é difícil o Banco definir com precisão a magnitude do impacto que esta situação poderá provocar no seu negócio e atividade.



15

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da Lei, nomeadamente da Lei nº 9/92 sobre as Instituições Financeiras, e dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A. R. L. (BISTP), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas, relativos ao exercício de 2021, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas, o Conselho Fiscal procedeu, em 2021, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da empresa, em especial no que respeita:

- ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- à observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- à eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Para o efeito, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- acompanhou a evolução da estrutura organizativa do BISTP, nomeadamente das suas áreas de controlo, e as decisões da Comissão de Riscos e da Comissão da Auditoria e Controlo Interno;
 - analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos. De realçar o novo relatório trimestral de acompanhamento do Risco de Crédito com uma informação qualitativa e quantitativa muito detalhada;
 - recolheu informação do Conselho de Administração em matérias relacionadas com as atribuições do Conselho Fiscal, nomeadamente sobre a evolução da atividade e contas da sociedade, tendo estado presente em quatro reuniões daquele órgão;
 - participou em quatro reuniões, uma em cada trimestre, com os primeiros responsáveis dos Gabinetes de Compliance, de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de Planeamento e Controlo:
- i) de realçar o acompanhamento das recomendações e das resoluções das deficiências apresentadas no relatório de Controlo Interno de 2020 entregue ao Banco Central e que foi objeto de parecer por parte do Conselho Fiscal;

- ii) em relação à gestão do principal risco, o de crédito, de assinalar as medidas tomadas conducentes a uma melhoria do risco e a um adequado provisionamento num ambiente de incerteza face à pandemia que ainda não terminou. Felizmente o impacto das moratórias verificado no ano de 2020 não foi tão gravoso e permitiu que em 2021 um montante relevante de provisões fosse revertido;
 - iii) em relação à estratégia decorrente do “apetite ao risco” registou a atitude de prudência do Banco, preferindo suportar um maior excesso de liquidez a aumentar a exposição ao risco da sua dívida pública;
 - iv) em relação ao processo de modernização das infraestruturas dos sistemas de pagamento e ao *upgrade* do *workflow* de crédito de registar o investimento nestas novas tecnologias que permitirão também minorar os riscos operacionais.
- reuniu, com os representantes do Auditor Independente, inteirando-se das principais conclusões e recomendações pelos mesmos formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições. As matérias consideradas relevantes para o Auditor Independente, as provisões para a carteira de crédito de clientes e a valorização de imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito, foram especialmente acompanhadas pelo Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal examinou, além disso, nos termos da Lei:

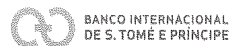
- o Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2021;
- as Demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2021;
- o Relatório do Auditor Independente, que merece o nosso acordo.

2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021 estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios da sociedade, encontrando-se em concordância com as Demonstrações Financeiras;

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.



Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração e aos Serviços da sociedade, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Cidade de São Tomé, 6 de abril de 2022

O CONSELHO FISCAL



Presidente – João Sales Luís



Vogal – João Fonseca